ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Director António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 48 — Série VII — N.º 227
1 de Junho de 1978

Preço: 7$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, – Tels. 769725 - Telex - 13411 – Composição e Impressão - Heska Portuguesa - Distribuição –CDL, R. Pedro Nunes, 9-A Telef.43537-40605-41787

DIA MUNDIAL DA CRIANÇA

Com as crianças de hoje construir o amanhã

Pág. 12

Câmara do Barreiro à espera que o Governo se disponha ao diálogo

O grave problema da falta de verbas para as autarquias locais continua sem solução. Os prejuízos que uma tal situação acarreta recaem totalmente sobre as populações. Entretanto, o critério adoptado pelo Governo na distribuição de subsídios afigura-se muito estranho

Pág. 8

Págs. 3/6

ÁLVARO CUNHAL NA ASSEMBLEIA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS CRIAM ORGANIZAÇÃO UNITÁRIA

«Só o Portugal de Abril respeitará o Outono da vida»

Pág. 12

A foice e o martelo na Festa do «Avante!»

Uma iniciativa original que vai dar muito que falar

Pág. 7

PORTUGUESES DE ANGOLA CONTRA ACTIVIDADES ANTI-MPLA E ANTI-FRELIMO EM TERRITÓRIO NACIONAL

Pág. 4

Os portugueses que vivem em Angola lutam pela defesa dos interesses da sua Pátria e pela solidariedade com os povos dos novos Estados africanos

Pág. 6

ÊXITO EM ALMADA NA FESTA DA UNIDADE

Editorial A CRISE CAPITALISTA E A OFENSIVA CONTRA A REVOLUÇÃO PORTUGUESA

Editorial

A CRISE CAPITALISTA E A OFENSIVA CONTRA A REVOLUÇÃO PORTUGUESA

Nos últimos tempos e em crescendo, mais acentuadamente nos últimos dias, Portugal democrático tornou-se um dos alvos mais visados do grande capital internacional e do imperialismo.

Uma ofensiva de grande estilo de natureza política, económica e ideológica foi desencadeada em toda a linha contra a jovem democracia portuguesa, em particular contra o seu destacamento mais consequente – o PCP.

Esta ofensiva, raiventa e astuciosa, além de constituir uma ingerência inadmissível nas questões internas de Portugal, serve de anteparo e alimenta as actividades desforristas e conspiratórias dos círculos mais reaccionários que no passado recente incarnaram e sustentaram o regime colonial-fascista apeado em 25 de Abril de 74.

Sabe-se que o imperialismo nunca primou pela benemerência – dá, mas para receber largos juros. Ao apoiarem os tubarões portugueses da alta finança, da grande indústria e do latifúndio, da CIP, da CAP, da CCP, o imperialismo e os monopólios que lhes servem de estelo alentam as forças que melhor serviram no passado os seus interesses de rapina e melhor garantiriam no futuro os seus planos de agressão e de hegemonia.

É, porém, fora de dúvida que a ofensiva contra a Revolução portuguesa se integra mais vastamente numa campanha universal dirigida contra o socialismo e as forças democráticas e anti-imperialistas, contra o movimento operário internacional, contra a paz e a segurança dos povos, desencadeada por um sistema corrupto e roído por profunda crise.

O sistema capitalista/monopolista mundial mostra-se cada vez mais incapaz de responder aos anseios dos povos e ao impetuoso desenvolvimento das forças produtivas; outra saída não concebe para a crise que lhe rói as entranhas senão a da guerra e da submissão violenta dos povos.

É significativa a relação entre o agravamento da crise do sistema – uma crise que atingiu aspectos jamais observados desde a grande recessão de 1928/32 – o recrudescimento do anticomunismo no plano internacional e os ataques encarniçados contra a democracia portuguesa. O agravamento da crise geral do capitalismo explica a agressividade imperialista contra o movimento operário, a democracia e as conquistas da Revolução portuguesa, explica o porquê e a intensidade e virulência da campanha de diversão ideológica contra os comunistas portugueses.

Quais são as benesses e as perspectivas que o sistema mundial do capitalismo oferece aos povos?

★
★ ★

Nos principais países capitalistas o marasmo económico e a desmedida exploração dos trabalhadores e das classes e camadas médias da população constituem os traços dominantes.

Durante o ano de 1977 e prolongando-se já por 1978 agravaram-se sensivelmente os males endémicos da economia capitalista no plano mundial.

O ritmo de crescimento da produção industrial sofreu uma queda brusca nos principais países do mundo capitalista. Em 1977 relativamente a 1976 o ritmo do crescimento tombou de 14 para 4% no Japão; de 12 para 6% nos Estados Unidos; de 8 para 2% na RFA; de 11 para 3% em França. São percentagens significativas. Só na Europa Ocidental, no ano de 77, as empresas industriais trabalharam apenas a menos de 80% da sua capacidade laborativa e em certos sectores como a metalurgia ferrosa, por exemplo, não ultrapassou mesmo os 65%.

A quebra dos investimentos acompanhou este movimento. Relativamente ao período que antecedeu a crise actual não atingiram os 20% no Japão; os 13% nos Estados Unidos; os 10% na RFA; os 8% na França; os 7% na Inglaterra.

A taxa de inflação atingiu os 12% em média nos países capitalistas e como corolário social mais gritante o número de desempregados ultrapassou os 17 milhões.

Paralelamente cresce a rivalidade entre as principais potências capitalistas. A concorrência e a luta pelos mercados tornou-se feroz. É um facto perfeitamente verificável que sobre o mercado mundial o novo ciclo da crise iniciado em meados da década de 70 conduziu a cruentas lutas entre os países capitalistas desenvolvidos de que as vítimas mais directas são os povos dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento.

O desequilíbrio do intercâmbio comercial e a desordem do sistema monetário internacional, são as resultantes desta áspera luta concorrencial. Só nos Estados Unidos – os grandes «patrões» do FMI – o défice da Balança Comercial atingiu a cifra astronómica de 25 a 30 biliões de dólares, cerca de 1 bilião e 350 milhões de contos em moeda portuguesa ao câmbio actual do escudo!

O desenvolvimento desigual dos principais países capitalistas, provocou, como não podia deixar de ser, sensíveis alterações na correlação de forças sobre o mercado capitalista. Por exemplo, as exportações japonesas para os países do Mercado Comum e os Estados Unidos subiram de 26 e 41% respectivamente, enquanto as exportações europeias e americanas para o Japão não aumentaram e pelo contrário diminuiram de 8% em relação ao ano de 1974

Não admira que os principais países capitalistas, em primeiro lugar os Estados Unidos, exerçam as pressões mais severas sobre os países subdesenvolvidos e em vias de desenvolvimento, entre eles Portugal, onde além disso a Revolução de Abril assestou um golpe demolidor nos monopólios e nos latifúndios; onde as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário criaram um sector não capitalista determinante do desenvolvimento económico e social do País; onde uma Constituição progressista consagra estas grandes transformações de fundo.

Porém, mais do que os automóveis, os navios, os televisores, a aparelhagem electrónica, o que as potências capitalistas mais fortemente industrializadas se esforçam por exportar para os outros é a crise e o desemprego que abalam os seus próprios países.

★
★ ★

A esta luz fica-se a compreender melhor as condições draconianas do FMI para a concessão do chamado «grande empréstimo» mendigado pelo Governo PS sozinho, e depois pelo Governo PS/CDS.

As cedências às desmedidas exigências do FMI por parte dos actuais governantes constitui uma capitulação inadmissível que compromete a recuperação económica e a independência de Portugal e é um dos mais graves factores da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

Do «grupo dos dez» do FMI, sob o predomínio do capital financeiro americano, os pequenos países como Portugal nada têm a esperar senão a completa submissão.

Na reunião de fins de Abril, no México, vieram a lume as profundas divergências e antagonismos que separam não somente as grandes potências capitalistas entre si como entre estas e os países do Terceiro Mundo e em vias de desenvolvimento. Nenhuma proposta dos Estados da África, Ásia e América Latina foi adoptada e tornou-se evidente que o FMI se erigiu em travão da instauração de uma nova ordem económica internacional mais justa e equitativa.

Como é sabido o PCP não se opunha à concessão de créditos estrangeiros e às negociações com o FMI, tornados necessários pela autêntica sangria das nossas reservas de ouro e divisas, provocada pela desastrosa política económica e financeira desde o VI Governo, de predominância PS/PPD, e prosseguida pelo Governo PS sozinho e pelo Governo de coligação PS/CDS. Mas o que sempre os comunistas defenderam é que tais empréstimos não deveriam obedecer a condições políticas ofensivas da nossa dignidade e independência nacional e, por outro lado, uma necessária diversificação das nossas relações externas e de novas linhas de crédito deveria ser procurada.

Não é isto que interessa ao grande capital e ao imperialismo, à CIP, à CAP, a todas as forças que em Portugal trabalham para subverter a ordem democrática. Daí a raivosa campanha contra o 25 de Abril e contra os comunistas portugueses da parte dos círculos do grande capital estrangeiro e do imperialismo, associados aos grupos e elementos fascistas e fascizantes que sonham com o regresso ao passado de exploração e miséria.

★
★ ★

Na última semana, na sequência da fantochada anticomunista e anti-soviética da «ameaça russa» e ao mesmo tempo que os grandes empresários capitalistas da CIP desferiam no plenário do Porto um ataque frontal ao sector nacionalizado, conspícuos cavalheiros, conhecidos nos arraiais do anticomunismo internacional, num «seminário» da chamada ATA (Associação do Tratado do Atlântico), vieram a Portugal meter o bedelho na nossa situação interna. Juntamente com outros reconhecidos expoentes da extrema-direita, como o senhor Paulo Pita e Cunha, antigo dirigente da extinta organização fascista «Jovem Portugal» a que se associou estranhamente um outro senhor, conhecido pelas suas andanças ideológicas e destrambelhamentos políticos, os cavalheiros da ATA vieram ao nosso País discutir se o PCP era ou não democrático e se havia ou não possibilidades de abraçar o «eurocomunismo».

Lamentavelmente o dr. Mário Soares sancionou com a sua presença esta grosseira manifestação de anticomunismo envernizado, que não pode deixar de representar o encorajamento às forças fascistas e fascizantes que o Primeiro-Ministro em declarações recentes tem considerado uma ameaça ao Estado democrático.

No erudito e autorizado «seminário» foi magnanimamente concedida ao PCP a possibilidade de ser considerado um partido «democrático» desde que se proponha defender o sistema capitalista, a NATO e os monopólios...

No momento em que o presidente Carter e o sr. Brzezinski levantam na cimeira da NATO, em Washington, a batuta para uma nova corrida aos armamentos e para uma nova cruzada anticomunista, o «seminário» da ATA em Lisboa não pode deixar de considerar-se uma operação conexa com os esforços imperialistas de reanimação da «Guerra Fria».

★
★ ★

A ofensiva ideológica dos círculos imperialistas contra o movimento comunista e operário internacional está estreitamente associada ao agravamento da crise geral do capitalismo e ao ascenso da influência dos comunistas na Europa e no resto do mundo capitalista. Os agentes da diversão do imperialismo procuram jogar com as dificuldades e os desacertos ideológicos no seio do movimento comunista internacional para tentarem dividir a classe operária e garantirem a impossível eternização do seu domínio de classe.

Em Portugal enganaram-se na porta. O PCP é um partido marxista-leninista, coeso e habituado às situações complicadas a que nunca voltou costas.

Como nenhum outro partido em Portugal o PCP tem dado um contributo de incontestável validade para o aprofundamento da análise e a correcta solução dos problemas nacionais mais agudos, para a defesa da estabilidade democrática e do regime consagrado na Constituição.

As recentes resoluções e propostas políticas do CC do PCP para a criação de um vasto bloco democrático e patriótico encontraram largo acolhimento das massas populares, ao mesmo tempo que lançaram a confusão no seio dos golpistas e conspiradores fascistas da extrema-direita.

O programa em dez pontos proposto ao País assenta numa análise objectiva e realista da actual correlação de forças políticas do País e corresponde à necessidade de uma nova política e de um novo governo.

A classe operária e o povo trabalhador de Portugal olham para o seu partido de classe com amor e confiança. Sabem que o PCP é o mais firme defensor das liberdades e das grandes conquistas democráticas do Povo português que não vacilará em nenhuma circunstância do combate pela democracia e pela independência nacional.

Desemprego: o maior problema da juventude

A juventude portuguesa sofre hoje na sua vida quotidiana os efeitos não só da situação geral de atraso herdada do regime fascista, mas também as consequências de uma política antipopular — que tem sido agravada pelo governo da coligação PS/CDS — em que o desemprego, a falta de saídas profissionais e a ofensiva do patronato contra os direitos dos trabalhadores, em particular dos jovens, são uma componente essencial, à qual se acrescenta ainda o brutal aumento do custo de vida, que prejudica também a jovem população laboriosa, em especial os jovens casais.

Em 1975, dos 9,5 milhões de portugueses, 2,5 milhões eram jovens dos 10 aos 24 anos, representando as raparigas mais de metade desta enorme massa juvenil: 52 por cento (ou seja 1 257300).

Entre aqueles 2,5 milhões de jovens, 1 162550 fazem parte da população activa do país, constituindo 32 por cento do seu total. A taxa de actividade entre a juventude (46,7 por cento) é sensivelmente maior que a taxa de actividade geral (38 por cento).

Ainda em 1975, existiam, entre o total da população juvenil, 1 100692 estudantes, assim repartidos: 335148 no ensino primário; 701125 no secundário; 11278 no ensino médio e artístico; e 48927 no superior.

Estes números falam por si do papel da juventude na sociedade. Pode-se, pois, salientar que o futuro do nosso país depende, em boa parte, do braço, da inteligência, da capacidade, da vontade, e da determinação da juventude. A sua participação na vida social, política e económica do país vai ser fundamental. Como fundamental está a ser também a sua participação na luta contra as dificuldades e os problemas que aingem todo o Povo: a crise económica e financeira, a subida galopante do custo de vida, o desemprego, a insegurança.

Consciente destes graves problemas, a juventude luta por uma política verdadeiramente democrática e coerente, uma política que dê resposta às suas mais profundas aspirações e que tenha em conta as suas justas reivindicações, uma política que possa mobilizar, tendo em conta o interesse nacional, a capacidade, a generosidade, o espírito criador e a vontade firme dos jovens.

E foi essa política que milhares de jovens reclamaram ontem, ao fim da tarde, em Lisboa, no decorrer de uma grandiosa manifestação de unidade e luta promovida pelos departamentos de Juventude das Uniões de Sindicatos de Lisboa e Setúbal, e que teve o apoio de dezenas de organizações, incluindo a União das Juventudes Comunistas, a União dos Estudantes Comunistas e a DORL do PCP.

Dos mais de 500 mil desempregados actualmente existentes, 300 mil são jovens. Entre estes, mais de 200 mil procuram o primeiro emprego.

Segundo o serviço de emprego do Ministério do Trabalho, existiam em meados do ano passado mais de 35 mil quadros técnicos e intelectuais no desemprego. Um sector como este, que constitui 4,5 por cento da população activa, contribui assim com 7 por cento para o exército de meio milhão de desempregados. É entre os jovens recém-formados que este problema assume maior gravidade. Na mesma altura, 13800 (isto é: 39 por cento dos 35520 quadros desempregados existentes) procuravam o primeiro emprego, ou seja, tinha terminado há meses os seus cursos. Havia ainda mais 5340 que procuravam novo emprego,podendo afirmar-se que entre estes se encontrariam certamente muitas centenas de jovens. As situações de desemprego entre os quadros técnicos e intelectuais afectam invariavelmente, com uma agudeza ampliada, aqueles que são jovens, pois são estes que já no restrito mercado de trabalho, não podem apresentar o aval de uma experiência de qualificação profissional que a escola não lhes deu e que a falta de emprego ainda não lhes deixou adquirir.

No decreto em que criou o "numerus clausus", o sr. Cardia, ministro da Educação, atribuíu a situação de desemprego entre os técnicos e intelectuais ao "excessivo número de diplomados existente" e que "a continuar, iria agravar este mesmo desemprego".

Mas o que se passa é exactamente o contrário. "Excesso" de diplomados? Tal "excesso" só existe na cabeça do sr. Cardia... ou (e) nos relatórios do Banco Mundial e do FMI...

Qualquer estudo ou análise, mesmo pouco profunda, verificará que tanto nos sectores da saúde, habitação, equipamentos colectivos, necessidades básicas, como nos sectores agrícola e industrial, faltam quadros técnicos em grande número.

Muitos dos jovens desempregados vivem na dependência dos pais e familiares, que lhes custeiam habitação, alimentação e outras despesas essenciais. Por vezes, o jovem tem condições para "pagar" esta dependência com a prestação de algum trabalho ao agregado familiar, como acontece mais frequentemente nas zonas rurais, ou quando os familiares do jovem são comerciantes. Outras vezes, a dependência torna-se humilhante, pois o jovem desempregado é olhado como "parasita", sendo frequentes os conflitos.

O jovem desempregado cuja família não tem condições para o sustentar, e que não recebe subsídio de desemprego, vive numa situação ainda mais desesperada. Levantam-se todos os problemas. Surgem os complexos e as frustrações. Desespero e falta de perspectivas facilitam, em alguns casos, o envolvimento na delinquência e nas mais variadas actividades marginais.

O subsídio de desemprego, tal como está estipulado, é de difícil acesso aos jovens desempregados.

Por outro lado, o jovem desempregado tem normalmente pouca ou nenhuma experiência profissional e raramente pode alegar uma formação ou qualificação ao procurar emprego.

A chantagem é frequentemente utilizada pelo patronato que obriga o jovem a baixo salário, más condições de trabalho, etc.

A juventude está unida!

Tal como foi ontem reafirmado ao longo do desfile realizado em Lisboa a juventude trabalhadora está unida e não desiste dos seus justos direitos, claramente expressos na moção aprovada e nas palavras de ordem que se fizeram ouvir com determinação pelas ruas de Lisboa: "contra o desemprego, pelo direito ao trabalho", "salário mínimo aos 18 anos", "não à repressão patronal", "contra o aumento do custo de vida", "pelo direito ao trabalho e ao ensino" "pelo direito à cultura e ao desporto".

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – Lisboa-4. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL*. Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – Lisboa-4. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. Central: Rua Pedro Nunes, 9-A – Lisboa-1. Tel. 769744/769751.
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C – Lisboa-1. Tel. 769705.
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – Lisboa-2. Tel. 372238.
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – Porto. Tel. 28938.
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq – Porto. Tel. 310441.
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 – Coimbra. Tel. 26394.
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 – Santarém. Tel. 24564.
Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A – Setúbal. Tel. 29493.
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 – Évora. Tel. 26361.
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:
CDL, Departamento de Venda Directa. Av. Santos Dumont, 50 – Lisboa-1 Tel. 763701.

PUBLICIDADE:
Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A – Lisboa-1. Tel. 41787. Composto e impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova — Amadora.

Tiragem média do mês de Maio: 82 980

O anticomunismo em acção

Nos últimos dias, dois incidentes vieram mais uma vez mostrar a insistência com que certas forças recorrem a diversos meios para atacar o PCP. Ambos os casos foram denunciados pela SIP do PCP, em notas datadas, respectivamente, dos dias 26 e 27.

PCP e «eurocomunismo»

O «Diário de Notícias», na sua edição de hoje, atribui ao sr. Karl Mommer, presidente da ATA, Associação do Tratado do Atlântico, a afirmação de que na reunião que aquela organização ligada à NATO vai efectuar em Lisboa, se debaterá «a possibilidade de o PCP vir a ascender à via eurocomunista, tornando-se assim um partido verdadeiramente democrático».

A serem autênticas tais afirmações, a SIP do PCP julga oportuno acentuar o seguinte:

1. O sr. Karl Mommer está manifestamente equivocado sobre o país que visita e, como consequência, avalia pessimamente não só a memória do povo português como os seus sentimentos de dignidade e independência nacional.

2. A SIP do PCP recorda que durante a longa ditadura fascista, nunca a ATA se lembrou de efectuar uma reunião em Portugal para avaliar do carácter verdadeiramente fascista e antidemocrático da União Nacional ou da ANP.

3. Independentemente das conclusões da reunião da ATA, das opiniões dos políticos estrangeiros que nela participam e mesmo dos portugueses que se prestarem a colaborar nesta iniciativa de diversão ideológica, é aos trabalhadores e ao povo português que compete apreciar a actividade do PCP, no exercício dos direitos e liberdades democráticos que conquistaram com a revolução de 25 de Abril.

4. A confirmar-se que entre os objectivos da anunciada reunião da ATA se contam os atribuídos ao presidente daquela organização, torna-se evidente que tal reunião constituirá uma inadmissível tentativa de pressionar a opinião pública portuguesa e um acto de ingerência na vida nacional, gravemente incompatível com os princípios da convivência internacional claramente consagrados no Art.º 7.º da Constituição da República.

A RTP e os «lapsos»

1. No seu Telejornal das 20 horas de sexta-feira, a RTP identificou um seu convidado para comentar a reunião da Associação do Tratado do Atlântico com uma legenda onde distintamente se lia «Eduardo Prado Coelho/PCP».

2. Tendo em conta que é público e notório que tal cidadão não é militante do PCP e considerando outros antecedentes relativos a este assunto existentes com a própria RTP, tudo indica que não se trata de um simples lapso, mas antes de um acto de falsificação na sequência de uma política de informação obcecada pelo objectivo de manipular a opinião pública, a qual aliás, nos últimos tempos se tem vindo a agravar de forma intolerável, no Telejornal.

3. Com efeito esta questão não é nova. Aquando de uma anterior e recente apresentação pela RTP do senhor Eduardo Prado Coelho como **«ex-militante do PCP»** a SIP do PCP, em correspondência trocada com a RTP, fez notar que considerava extremamente desonesto e equívoco tal tipo de apresentação, já que, por um lado, foi oportunamente tornada pública a actual filiação política daquele cidadão (o que a RTP estranhamente sempre escamoteia) e por outro lado, não ser hábito da RTP identificar como ex-militantes do PCP as numerosas personalidades da vida política nacional que outrora foram, como é sabido, membros do PCP, não se descortinando, em consequência, razões legítimas para aquele procedimento excepcional.

4. Sem apreciar nesta ocasião a atitude daqueles que, apesar das suas insistentes críticas ao PCP, se deixam apresentar como do «PCP» ou como ex-militantes do PCP, e que, pelos vistos, preferem ser identificados pelo que há muito deixaram de ser em vez de pelo que actualmente são, a SIP do PCP sublinha vigorosamente que um partido político, legalmente constituído e representado na AR, não pode estar à mercê de truques de uma Televisão cada vez mais divorciada dos seus deveres e responsabilidades para com a opinião pública. A RTP não deixará de dizer que se trata de lapsos compreensíveis, mas a verdade é que já são lapsos a mais e, significativamente, sempre com os mesmos objectivos e efeitos políticos.

5. A SIP do PCP manifesta o seu reconhecimento aos órgãos de informação – nomeadamente da imprensa escrita – que têm vindo a noticiar os protestos do PCP contra as práticas de discriminação e manipulação e as ofensas ao pluralismo cometidas pela RTP. Com efeito, é graças à sua compreensão que uma parte – infelizmente mínima – dos telespectadores portugueses, tem podido tomar conhecimento das arbitrariedades da RTP, já que, como também é sabido, a RTP, sistematicamente lhes escamoteia os protestos e críticas que recebe, num procedimento que por mais subtilezas que revista nem por isso deixa de se configurar como uma acção de censura.

O que significa o acordo do Governo com o FMI?

A chamada «Carta de Intenções» enviada recentemente pelo Governo PS-CDS ao Fundo Monetário Internacional, exprime o aacordo oficial a que aquelas duas entidades chegaram após alguns meses de negociações mais ou menos secretas, e significa a expressão pública da cedência do Governo ao grande capital e ao imperialismo. (Não se esqueça que o FMI é uma «sociedade anónima» em que cada um dos mais de 130 países participantes tem determinado número de «acções», e que apenas 20 dos países capitalistas mais industrializados — EUA, RFA, Japão, França, etc. — detêm cerca de 62% dos votos nas «assembleias gerais»).

Aquela «Carta de Intenções» demonstra ainda mais uma vez a incapacidade do Governo PS-CDS para definir e aplicar uma política económica e financeira adaptada à situação e às necessidades reais da economia nacional, capaz de nos fazer sair da crise e avançar para o desenvolvimento económico e social do País. Tal política teria forçosamente de ser diferente da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista até agora prosseguida, e conhecida por política dos pacotes, e que só tem provocado o agravamento das dificuldades económicas e financeiras.

A política expressa no acordo agora concluído entre o Governo PS-CDS e o FMI representa o agravamento das medidas dos pacotes de Fevereiro e Agosto de 1977, medidas essas já impostas, aliás, pelo Fundo.

O acordo a que o Governo se submeteu perante o FMI pode resumir-se em meia dúzia de pontos.

1. Diminuição do défice orçamental

A redução do défice implica que se aumentem as receitas e se reduzam as despesas do Orçamento Geral do Estado. Como já é do conhecimento de todos, o Governo PS-CDS resolveu o problema, seguindo as imposições do FMI, aumentando os impostos suportados pelos trabalhadores (imposto profissional, imposto complementar, imposto de transacções) e diminuindo as despesas em habitação social, em subsídios aos produtos e serviços do «cabaz de compras», bem como reduzindo as verbas para saneamento financeiro das empresas nacionalizadas.

Isto significa que se vão construir menos casas de renda mais ou menos limitada, menos escolas e menos estradas, que os trabalhadores vão pagar mais de impostos, que sobem os preços do pão, da carne, do peixe, dos transportes públicos, da electricidade, da água, etc, e que as empresas nacionalizadas vão continuar a pagar milhões de contos de juros dificultando o seu equilíbrio financeiro.

2. Limitação quantitativa do crédito e agravamento das taxas de juro

O crédito líquido total a conceder pelo sistema bancário, (quer ao Estado quer às empresas e aos particulares), que em 1977 aumentou cerca de 170 milhões de contos, só poderá aumentar 135 milhões de contos no período de vigência do acordo com o FMI (um ano, com início em 1 de Abril de 1978).

Por outro lado todas as taxas de juro da banca aumentaram, variando esse aumento entre 17,4 e 48,4%, exceptuando o crédito à habitação.

Assim, muitas empresas não obterão da banca o crédito que necessitam para desenvolver ou tão só manter a sua actividade, e o crédito que conseguirem obter será mais caro.

Isto significa que muitas empresas, principalmente as PMEs, irão ser lançadas à falência por falta de crédito e pelo custo excessivo deste, que as empresas nacionalizadas (porque de elevada composição orgânica de capital) verão aumentar fortemente os seus encargos financeiros, os seus custos, que aumentarão os preços da generalidade da produção nacional.

3. Liberalização do comércio externo

Como fiel guardião do imperialismo, o FMI impõe sempre a eliminação de obstáculos às importações, para que não sejam afectadas as possibilidades de exportação de excedentes dos grandes países capitalistas. A cedência do Governo PS-CDS ao FMI também não fugiu a esta medida de «liberalização» do comércio externo. Em consequência, e como expressamente se refere na «Carta de Intenções», proceder-se-á à eliminação das sobretaxas à importação, à autorização automática dos pedidos de importação, à eliminação a curto prazo das poucas contingentações actualmente existentes.

Isto significa que as importações de produtos não essenciais, supérfluos ou de luxo serão facilitadas, que serão utilizados milhões de contos em divisas para importar carros de luxo, gravatas italianas, fatos ingleses, etc., para satisfazer a vaidade de alguns, divisas essas que faltarão para importar trigo ou carne essenciais para muitos, que os produtos estrangeiros mais facilmente poderão concorrer no mercado interno com a produção nacional, implicando a redução desta e a manutenção da política de recurso aos empréstimos externos para pagar as importações.

4. Prosseguimento da política de desvalorização do escudo

Embora sejam conhecidos os efeitos desastrosos da política de desvalorização experimentada nos pacotes de Fevereiro e Agosto do último ano, o acordo impôs nova desvalorização de 6,5% em 5 de Maio e a continuação da política de desvalorização média de 1,25% ao mês.

À medida que a desvalorização do escudo for aumentando a diferença entre o poder de compra real do escudo e das moedas dos países capitalistas com quem temos a quase totalidade das relações comerciais externas, verificar-se-ão novos aumentos das taxas de juro, entrando-se num círculo vicioso de nefastos efeitos.

A política de desvalorização do escudo significa que a carne importada será mais cara, que o algodão, o trigo, o ferro, as máquinas, etc., importadas serão mais caros, e que em consequência, o pão, os tecidos, as casas, etc. produzidos no País verão os preços subirem cada vez mais. Por outro lado, os capitalistas estrangeiros poderão comprar com as suas divisas (moedas estrangeiras) cada vez mais empresas, terrenos e casas em Portugal. Em contrapartida as exportações do País pouco ou nada beneficiarão, quer pela sua rigidez quer porque aumentarão os seus custos de produção em resultado do aumento das taxas de juro e da subida do preço das matérias-primas e produtos intermédios importados.

5. Agravamento das condições de vida dos trabalhadores

O FMI impôs que o aumento da massa salarial não aumentasse mais de 20% por um período mínimo de 12 meses. Em contrapartida não impôs qualquer limite à inflação, isto é, ao aumento de preços.

Ora, como já foi referido, o aumento das taxas de juro, a diminuição da produção nacional, a desvalorização do escudo, a redução das despesas orçamentais e o aumento dos impostos, vão provocar elevados índices de aumentos de preços, o que levará a novas reduções dos salários reais.

Isto significa que os salários dos trabalhadores portugueses, mesmo que consigam alguns aumentos pela negociação de contratos ou acordos colectivos, darão para comprar cada vez menor número de quilos de pão, carne, batatas ou arroz, menos sapatos e vestuário.

6. Agravamento dos défices externos

A redução da produção nacional (nos termos do acordo o Produto Interno Bruto do País não poderá crescer mais de 3%), provocada pela liberalização das importações, pelo aumento do número de falências, pela diminuição do poder de compra da população, irá provocar um aumento de importações, agravando os défices das balanças comercial e de pagamentos, tal como se verificou com a aplicação dos pacotes. O agravamento dos défices externos conduzirá ao crescimento do já assustador endividamento externo (mais de 220 milhões de contos). O próprio acordo com o FMI prevê que só as responsabilidades líquidas do sistema bancário aumentem cerca de 82% entre Dezembro de 1977 e Março de 1979, passando de 60,8 para 110,6 milhões de contos à cotação actual do escudo.

Isto significa que as importações de bens essenciais irão ser sacrificadas às importações de bens supérfluos, que para importar perfumes terá de se reduzir a importação de trigo, e que cada vez mais ficaremos dependentes dos países capitalistas que sob a falsa capa da amizade nos vão emprestando dinheiro com o objectivo de nos amarrarem de pés e mãos e de escoarem os seus excedentes.

7. Perda da independência nacional

Finalmente, **o acordo do Governo PS-CDS com o FMI significa a capitulação perante o imperialismo, a alienação do futuro de Portugal, o comprometimento da independência nacional.** No próprio texto da «Carta de intenções» se refere expressamente que «durante o período do acordo o Governo efectuará consultas com o Fundo relativamente à adopção de quaisquer medidas que, por sua própria iniciativa julgue apropriadas...». Se alguma prova fosse necessária para mostrar que a submissão ao FMI implica que a política económica e financeira do País passará a ser definida em Washington e não em Lisboa, ela aí está, muito clara e assinada pelo Governo PS-CDS.

Álvaro Cunhal analisa a situação política

Encerrando os trabalhos da 1.ª Assembleia da Organização Concelhia de Sobral de Monte Agraço, tomou a palavra o camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido, que discursou de improviso perante mais de um milhar de pessoas, na sessão pública que teve lugar no cine-teatro da vila. Eis alguns extractos das suas palavras.

A política do Governo não serve

Camaradas, a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia do nosso Partido realizou-se num momento difícil e perigoso da democracia portuguesa. Desde o 25 de Abril, o processo de democratização do nosso país tem passado por bastantes curvas perigosas. Temos passado uma atrás outra, encontrando o caminho para ultrapassarmos o perigo. Mas é verdade que estamos numa nova curva e numa curva perigosa. Dizemos perigosa, porquê? A democracia portuguesa está ameaçada por dois perigos fundamentais. São dois. Vêm de dois lados. Um desses perigos vem da conspiração fascista e reaccionária. O outro resulta da própria política do Governo de coligação PS-CDS.

(...)

O Governo faz tudo para fazer pagar ao povo trabalhador as dificuldades que a sua própria política criou. Nós, os comunistas, dizemos que esta política não serve, que é necessária uma política que sirva o povo trabalhador e as classes laboriosas e não uma política que sirva os multimilionários, o grande capital, os grandes proprietários e o imperialismo estrangeiro.

(...)

É preciso uma outra política que respeite essa conquista histórica da revolução portuguesa que é a Reforma Agrária e que dê aos trabalhadores das UCPs e das Cooperativas, assim como aos pequenos e médios agricultores o apoio, o crédito e os apoios necessários para que possam desenvolver a agricultura.

(...)

As nacionalizações devem ser defendidas, e uma política como a do actual Governo, que atinge as nacionalizações (essa grande conquista da revolução portuguesa que pôs fim ao domínio de toda a economia nacional por um punhado de multimilionários que eram os Mellos, os Champalimauds, os Espírito Santo e meia dúzia de famílias mais), uma política que não respeita as nacionalizações e que não apoia o sector nacionalizado, essa política não serve nem o nosso povo nem o nosso país e necessita de ser corrigida.

É o caso, camaradas (veio há dois dias nos jornais), de uma grande empresa nacionalizada, a Petrogal. Vem a gerência dizer que vai desistir dos grandes postos de abastecimento. Há em Lisboa, mesmo à saída da cidade, um grande posto de abastecimento junto do aqueduto Duarte Pacheco. É um posto de abastecimento altamente rentável. Pois vem agora a gerência dizer que vai desistir da exploração desse posto de abastecimento. Quer dizer, o que pode dar a uma empresa nacionalizava um alto rendimento, esse conselho de gerência já quer entregar aos monopólios privados o ramo do petróleo.

É necessária uma política diferente e uma política que tenha em conta e que respeite essas grandes transformações democráticas.

A situação das classes médias

Não são apenas os trabalhadores os atingidos pela política do Governo. São também as classes médias.

(...)

Os pequenos e médios agricultores estão interessados numa política diferente, que dê apoio às suas pequenas e médias explorações, de maneira a poderem ter uma vida desafogada e conseguirem desenvolver a produção agrícola.

Foi aqui referido, na Assembleia, que o Grupo Parlamentar Comunista propôs na Assembleia da República a revogação de alguns artigos da nova lei do arrendamento. De facto, isso foi feito e temos esperança de que sejam revogados esses artigos e que, portanto, alguns dos direitos que os rendeiros tinham alcançado em 1975 lhes sejam restituídos.

A política do Governo PS/CDS atinge também os pequenos comerciantes. Pode dizer-se que os pequenos comerciantes não têm os mesmos interesses que têm os trabalhadores, que tem a classe operária. Mas podemos ver (e é fácil qualquer pequeno comerciante comprová-lo) que, se os trabalhadores gastam menos, se desce o seu poder de compra, se recebem mais baixos salários, para os pequenos comerciantes o negócio desce. Passam a vender menos, passam a ter mais fiados, passam a ter mais dificuldades. O pequeno comerciante está interessado, tal como os trabalhadores, na subida dos salários, no melhoramento das condições de vida da classe operária. Não há aqui nenhuma contradição. Antes pelo contrário.

Mas não só isso. Os pequenos comerciantes são prejudicados pela ganância dos grandes intermediários a quem o Governo está facilitando o controlo de todo o comércio do país. Os pequenos comerciantes estão também interessados numa nova política, que é aquela que defendem os trabalhadores e o seu Partido de classe, o Partido Comunista Português.

Na nossa reunião do Comité Central que teve lugar faz hoje oito dias, sublinhou a direcção do nosso Partido a necessidade de que a classe trabalhadora e o seu partido de classe, o Partido Comunista, tomasse nas suas mãos, não apenas a defesa dos interesses da classe operária, dos trabalhadores assalariados, mas tomasse também nas suas mãos a defesa dos interesses de todas aquelas classes e camadas sociais que não querem o regresso ao fascismo, que pretendem o prosseguimento do processo democrático, que pretendem que não seja restaurado o poder dos grandes monopólios. Depois da reunião do nosso Comité Central, houve alguns reparos soprados por grupos ou gente que se diz muito revolucionária sem que de facto o seja. Dizem: mas como é isso?, como é que o partido da classe operária, o partido dos trabalhadores, vai tomar nas suas mãos a defesa dos interesses de outras classes, dos pequenos e médios agricultores, dos pequenos comerciantes? Pois sempre foi assim. Não é coisa nova nem é nenhuma viragem na nossa política. O nosso Partido sempre defendeu os interesses da classe trabalhadora, da classe operária, dos assalariados em geral. Mas também sempre defendeu os interesses das classes e camadas não monopolistas que estão igualmente interessados como a classe operária numa revolução democrática, em transformações profundas nas estruturas económicas do nosso país, no progresso da democracia para o socialismo.

A política do Governo e o esforço nacional necessário

O Governo, com a política que está fazendo de concessões constantes ao grande capital, aos grandes proprietários e ao imperialismo, não sabe ou não quer mobilizar os recursos nacionais. Somos um país pequeno mas os recursos não estão suficientemente aproveitados.

Mas nada se faz para mobilizar os recursos nacionais, as energias nacionais.

Em vez desse esforço nacional (que tudo indicaria que se fizesse, uma vez que estamos numa crise e que a produção nacional não chega para pagar o que importamos), em vez disso pede-se dinheiro emprestado ao estrangeiro, e mais dinheiro emprestado, como se o dinheiro emprestado do estrangeiro é que fosse resolver as nossas dificuldades. Aceita-se uma série de imposições do FMI que, no fim de contas, são para a economia portuguesa, como muitas vezes temos afirmado, uma corda atada ao pescoço que está a sustentar a economia portuguesa como uma corda sustenta um enforcado. Vai-se apertando, apertando, até estrangular a nossa economia. Portugal, amanhã, sem resolver nenhuma dificuldade com estes empréstimos, a não ser a dificuldade imediata para o pagamento das importações, vai ver-se novamente numa outra grande crise. Haverá novas negociações com o FMI em que virão os americanos e virão os bancos estrangeiros e dirão: nós emprestamos, mas agora queremos ainda condições mais graves para Portugal, para a independência portuguesa.

Esta política não resolve os problemas nacionais e representa uma ameaça séria à independência nacional.

(...)

Certamente, camaradas, que socialistas que examinem os problemas sem paixão partidária, sem pensarem que o seu partido está no Governo, que vejam os problemas um a um (e nós estamos a qualquer momento sempre dispostos a examinar com eles estes problemas e outros quaisquer) não poderão deixar de concluir que a política do Governo de coligação PS/CDS não serve bem o povo nem o país. Que é necessária uma nova política e que é necessário um novo Governo. Felizmente, cada dia que passa, muitos socialistas, que não deixam de ser socialistas, antes confirmam essa qualidade com as suas próprias posições, compreendem que é necessário mudar essa política e aproximam-se mais de nós, dos comunistas, e chegamos a entendimentos, a acordos em muitos sectores da vida nacional. Eu quero, aqui, saudar os militantes do Partido Socialista e os eleitores do Partido Socialista que compreendem a necessidade da aliança e da unidade com os comunistas para defesa dos interesses do povo trabalhador e de Portugal como país independente.

Lutamos, pois, por um novo Governo e por uma nova política. Mas pode perguntar-se se estão neste momento criadas as condições para a formação de um novo governo, de um governo democrático, com uma política democrática. A nossa ver, neste momento não estão ainda criadas essas condições. E para abrir caminho para que se criem essas condições e pela urgência da solução dos problemas que atingem o povo e o país, o nosso Partido propõe, no imediato, que o Governo faça rectificação à sua política.

O perigo do fascismo

Este um perigo, camaradas, mas há outro perigo para o regime uemocrático, para o nosso povo e para o nosso país. Esse perigo vem da conspiração fascista e reaccionária. Não se pode dizer que este perigo é pequeno.

(...)

Hoje, a conspiração fascista e reaccionária desenvolve-se sobretudo em torno de dois partidos: o MIRN, com Kaúlza, e o PPD, com Sá Carneiro. Mas uma vez que se fala de Sá Carneiro metido numa conspiração, já agora pode dizer-se que Sá Carneiro desde o 25 de Abril tem sido sistematicamente um conspirador contra a democracia. Não é surpresa que esteja metido em mais uma. Já esteve em muitas.

Ora, camaradas, o fascismo faz voz muito grossa mas devemo-nos convencer de que não é tão forte como diz e que a sua maior força é a debilidade da parte dos órgãos do poder, da parte do Governo em lhe fazer frente com decisão. Se se fizer frente com decisão à conspiração fascista, ela nunca poderá passar. O nosso povo, pela sua acção, faz frente aos conspiradores fascistas, faz frente à reacção e ao fascismo e desde o 25 de Abril foi a classe operária e as massas trabalhadoras que, em muitos momentos decisivos, disseram não ao fascismo e conseguiram que ele não passasse. Mas é justo exigir ao Governo medidas necessárias para fazer frente à conspiração fascista, ao terrorismo, ao separatismo, à conspiração no território nacional contra os povos amigos de Moçambique e de Angola.

Consideramos positivo que o senhor Primeiro-Ministro tenha ido ontem à Assembleia da República declarar que quer tomar medidas contra o fascismo, o terrorismo e o separatismo. Achamos que é positivo. Mas não bastam palavras. São necessários actos. É portanto necessário ver, no futuro próximo, se sim ou não, na Assembleia da República será possível fazer aprovar as leis que permitam lutar contra a conspiração fascista, contra o terrorismo, contra o bombismo, contra o separatismo. Já há muito tempo que espera discussão e aprovação na Assembleia da República um projecto de lei proposto pelo Grupo Parlamentar Comunista. Nunca passou. Veio o CDS depois com outro projecto de lei em que nem queria que ficasse "fascistas", mas sim "totalitários", para depois dizer que os "totalitários" éramos nós, os comunistas. Era uma lei que em vez de se voltar contra os fascistas acabava por se voltar contra os defensores da democracia, contra o Partido Comunista, contra o movimento operário. Nós queremos agora ver que lei vai ser essa que

o Governo propõe. Se propuser uma boa lei ou estiver de acordo com a nossa proposta de lei contra as organizações fascistas, até nos podemos pôr de acordo com os socialistas ou com quaisquer outros que queiram fazer aprovar na Assembleia da República uma lei contra o terrorismo, contra a conspiração fascista.

O que pode parecer estranho é que na mesma altura em que o Primeiro-Ministro do Governo da República vai à Assembleia colocar a necessidade de lutar contra o fascismo, contra o bombismo, contra o terrorismo, ministros desse mesmo Governo vão ao tribunal onde estão a ser julgados os bombistas passar uma carta de bom comportamento aos acusados (e parece que as acusações estão praticamente provadas) de dirigirem redes bombistas.

Estamos prontos a unir-nos

Onde houver sectarismo no nosso Partido é necessário lutar contra ele. Nós sozinhos não podemos resolver os problemas. Não devemos partir da ideia de que só nós, comunistas, é que queremos defender a democracia. Não, camaradas. Há muita gente que não pertence ao nosso Partido e que quer defender a democracia. Somos muitos, somos. Eu ia a dizer: somos 142 512, que é o balanço de 18 de Janeiro de 1978. Éramos nessa altura, na altura em que se fez o balanço, éramos de facto 142 512. Agora já somos uns bons milhares mais, porque o Partido continua a crescer. Somos muitos, somos um grande Partido, mas não chegamos. E se os comunistas se enchessem de orgulho e de sectarismo e pensassem que já são muitos e que sozinhos já podemos resolver os problemas, seria muito mau se assim pensassem os comunistas. Nós podemos ter hoje 140 mil, podíamos ter 300 mil, seríamos um Partido imenso, mas sozinhos não chegávamos. Seria errado pensar que nós, comunistas, somos os bons e todos os outros são maus. E se alguns camaradas têm essa ideia, eu pergunto como é que o nosso Partido passou de alguns milhares que éramos no 25 de Abril para os tais 142 512 em meados de Janeiro deste ano. Havia muitas pessoas que não tinham confiança nos comunistas, que tinham preconceitos anticomunistas e que acabaram por se convencer de que os comunistas tinham razão e acabaram por vir às nossas fileiras. Da mesma forma, há hoje muitos milhares de portugueses que têm preconceitos contra o nosso Partido, que não acreditam no nosso Partido, mas que acabarão por acreditar e acabarão por vir às nossas fileiras ou acabarão pelo menos por lutar juntamente connosco.

Nós, os comunistas, estamos prontos a entender-nos, a aproximarmo-nos, a discutirmos com quaisquer homens, encontrem-se onde se encontrarem, que estejam dispostos a ver connosco, a examinar os problemas e a possibilidade de um entendimento e de uma acção comum. Em todos os sectores e a todos os níveis da vida nacional.

(...)

Na última reunião do Comité Central o nosso Partido propôs como base de um entendimento nacional 10 pontos-programa. Aqueles 10 pontos são o resumo de tudo aquilo que no fundamental queremos para o nosso país. Se estão de acordo com aqueles 10 pontos podem entender-se connosco.

E podem entender-se até por outra razão. É porque nós, os comunistas, somos gente de palavra. Aquilo que prometemos é aquilo que fazemos. O que dizemos que queremos fazer é realmente aquilo que queremos fazer. Não somos daqueles que têm um programa para depois o não cumprirem. Não somos daqueles que fazem uma campanha eleitoral para depois faltarem aos seus compromissos perante o eleitorado. Não somos daqueles que dizem querer o socialismo para depois fazerem uma política a favor dos grandes capitalistas e dos grandes agrários. Não somos daqueles que dizem que querem a independência nacional para depois capitularem perante o imperialismo. O nosso Partido é um partido de palavra e se o Partido apresenta estes 10 pontos é por estes 10 pontos que lutará.

A importância das organizações unitárias de classe

A possibilidade de fazermos frente à ameaça fascista e à política do Governo PS-CDS e de fazermos andar para diante o processo democrático no nosso país defendendo os interesses dos trabalhadores e as conquistas da Revolução, depende da política de unidade com outras forças democráticas. Depende fundamentalmente da unidade da classe trabalhadora, da aliança entre a classe operária e o campesinato (pequenos e médios agricultores) e da aliança com classes sociais como pequenos comerciantes, quadros técnicos, profissões liberais e outras que são atingidas também pela política do Governo e ameaçadas pela recuperação capitalista e pela perspectiva da restauração do poder económico e político dos grupos monopolistas.

É fundamentalmente na unidade dos trabalhadores e das massas populares que está a nossa capacidade – eu quando digo nossa capacidade, não digo a capacidade *nossa* dos comunistas, digo *nossa* do nosso povo e do nosso país – de fazer frente à política do Governo, que não serve, de fazer frente à conspiração fascista e reaccionária e de assegurarmos a continuidade do processo democrático no caminho indicado na Constituição.

(...)

Já preparam novos esquemas. Ontem ou anteontem o CDS propôs uma nova lei sindical. O CDS, o partido dos patrões, propõe a lei para a organização dos trabalhadores. São os capitalistas que querem fazer a lei da organização dos trabalhadores. São os inimigos dos trabalhadores que têm a audácia de propor na Assembleia da República um projecto de lei sindical. Esse projecto não pode representar outra coisa que não seja os interesses do patronato. Nós já estudámos esse projecto de lei. Ele tem em vista dividir os trabalhadores e impedir a continuação da organização unitária, livre e democrática dos trabalhadores portugueses, a CGTP-Intersindical Nacional. Querem no fim de contas liquidar a liberdade sindical.

Organizações e movimentos camponeses

Da mesma forma procuram travar os movimentos e as organizações dos pequenos e médios agricultores. É ouvir com que desespero o Casqueiro e a CAP vão lá cima para Albergaria dizer que vão cortar as estradas. Nós não sabemos bem quem é que cortou as estradas. Porque estava tanta GNR, tanta GNR, sem se saber para quê porque eram meia dúzia de gatos, que com aquele aparato militar até a CAP parecia uma grande força. O que é certo é que estavam lá tantas forças militarizadas que conseguiram interromper o trânsito. Com aquelas forças todas bastava dizer: meus senhores, cheguem-se para ali, e acabava-se a história. Mas não. Deixaram interromper o trânsito.

A CAP não defende os interesses dos agricultores. Procura sim explorar os sentimentos e os interesses dos agricultores para mobilizar as massas camponesas contra a democracia. É isso que eles querem. Mas, se o Casqueiro está assim tão nervoso, não é só por isso. É por ver que avança a organização e os movimentos dos pequenos e médios agricultores.

O PCP força indispensável

Não é sectarismo dizer que sem o nosso Partido não é possível defender nem as liberdades, nem a democracia, nem os interesses dos trabalhadores, nem a Constituição, nem a independência nacional. O Partido é uma força essencial e indispensável.

Há uma grande campanha contra o nosso Partido. Fazem ameaças contra o nosso Partido. Mas nós vemos que apesar dessas ameaças, apesar de toda a tentativa de isolamento do nosso Partido, o nosso Partido está cada vez mais radicado no nosso povo. Os laços do Partido com as classes trabalhadoras são cada vez mais profundos. Se há alguns que sonharam que o nosso Partido, pelo facto de contra ele se desenvolver toda essa acção, ia enfraquecer a sua influência, ia enfraquecer as suas ligações com as massas, enganaram-se profundamente. E enganaram-se profundamente porque o nosso Partido tem uma característica que lhe dá a confiança do povo trabalhador. É que de facto o nosso Partido defende os interesses do povo trabalhador. E como aqui disseram os camaradas da Comissão Concelhia, há horas boas e há horas más, e nós defendemos os interesses do povo nas horas boas e nas horas más. Não temos receio das horas más. Se há dificuldades fazemos frente às dificuldades. Se há chuva e tempestades não temos receio das tempestadades. Estamos com o povo trabalhador quaisquer que sejam as dificuldades.

(...)

E quando nós afirmamos, camaradas, que o nosso Partido não diminuiu a sua influência nem a sua militância antes pelo contrário aumenta, é porque lutamos nas horas boas e nas horas más, é porque o povo do nosso país se convence cada vez mais de que os comunistas são os seus melhores amigos, de que os comunistas estão prontos a dar tudo pelo bem-estar e pela felicidade do povo trabalhador. Os comunistas olham o futuro com tanta confiança que nós vemos de maneira crescente como nas salas e recintos dos nossos comícios, hoje aqui em Sobral de Monte Agraço, se juntam grupos de crianças e essas crianças como aquelas que estão aí à nossa esquerda, confiam também no nosso Partido, e essas já não têm dúvidas, essas já têm a certeza de que o nosso povo viverá não só em democracia, viverá numa sociedade socialista.

Eu gostaria de felicitar os camaradas da Comissão Concelhia de Sobral de Monte Agraço, não apenas pelo êxito dos trabalhos da Assembleia, mas também pela inauguração do Centro de Trabalho. É mais um exemplo do que consegue a dedicação e o esforço e o trabalho dos comunistas. Eu gostaria de felicitar todos aqueles camaradas ou amigos que contribuiram para a construção deste Centro. Certamente será um Centro onde serão bem recebidos todos aqueles que apareçam como amigos.

Nós, os comunistas, devemos ter sempre os ouvidos abertos para aqueles que nos procurem, mesmo que para nos fazerem uma crítica. Que nesse Centro de Trabalho haja sempre um convívio fraternal, em que a lealdade, a fraternidade, a amizade dos comunistas consiga também uni-los aos trabalhadores que, não sendo comunistas, procuram trabalhar com os comunistas.

Semana

23
Terça-feira

1361 – No reinado de D.Pedro I reunem-se as Cortes Gerais, em Elvas, nas quais os representantes do povo reclamam contra os atentados à sua liberdade.

Na Assembleia da República, o Primeiro-Ministério Mário Soares solicita àquele órgão autorizações legislativas em matéria de combate ao fascismo e também a aprovação rápida de projectos pendentes na Assembleia, nomeadamente os que se relacionam com a proibição de organizações que perfilhem a ideologia fascista. ■ Durante o debate televisivo com os representantes da Ordem dos Médicos, o ministro António Arnaut afirma que «para o Serviço Nacional de Saúde, os interlocutores do Governo não são os médicos, mas o povo». ■ A Conferência Nacional da Agricultura (CNA) divulga um comunicado em que reafirma o seu direito em participar no Conselho Nacional do Plano. ■ O Presidente Ramalho Eanes continua a sua visita ao Brasil. É divulgado o comunicado conjunto e assinado um acordo sobre transporte marítimo; é divulgada também a troca de notas sobre o contencioso económico-financeiro e sobre transportes aéreos. ■ A Assembleia Municipal de Lisboa, por recusa do PS e com o apoio do CDS, não aceita para discussão uma moção de repúdio pelo eventual regresso de Américo Tomás, apresentada pela APU.

24
Quarta-feira

1972 – Os trabalhadores metalúrgicos da Casa Hipólito, em Torres Vedras, paralisam meia hora exigindo a passagem à retribuição mensal e o vencimento respectivo.

No prosseguimento da sua visita ao Brasil o general Ramalho Eanes chega a S.Paulo onde condecora, entre outros, o coronel Sarmento Pimentel, combatente antifascista. ■ Na reunião do Conselho de Ministros é aprovada a Lei da Televisão a enviar à Assembleia da República, e desintervencionada a têxtil «Lanofabril», decidindo-se a sua transformação em empresa de capital misto. ■ São publicados no órgão oficial os novos vencimentos dos trabalhadores da Função Pública, que ficam aquém das propostas sindicais. ■ Realiza-se no Banco de Portugal a assinatura do empréstimo de 20 milhões de dólares feito pela Holanda no âmbito do grande empréstimo caucionado pelo FMI. ■ No final da reunião do Conselho de Ministros, Luís Saias, ministro da Agricultura e Pescas, afirma que a CAP «é hoje mais uma organização política da direita, de ultradireita, que se encaixou num esquema de luta política, sob a aparência de organização de carácter profissional».

25
Quinta-feira

1974 – Iniciam-se em Londres as conversações entre Portugal e o PAIGC.

O Presidente Ramalho Eanes chega ao Rio de Janeiro. Na véspera, em S.Paulo, encontrou-se com o presidente nacional do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Ulisses Guimarães, e com o arcebispo de S.Paulo, cardeal Paulo Arns, defensor dos direitos democráticos do povo brasileiro. ■ Em Sobral de Monte Agraço, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, participa na 1.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP. No comício que se realiza no final, Álvaro Cunhal aponta a necessidade de uma «política que sirva os trabalhadores e as classes laboriosas e não uma política que sirva os capitalistas e os agrários».

26
Sexta-feira

1974 – Por iniciativa do MJT realiza-se em Lisboa o Grande Encontro Nacional da Juventude, no qual participam mais de 5000 jovens.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, termina a sua visita ao Brasil. ■ O matutino «o diário» começa a divulgar alguns documentos secretos do FMI sobre o acordo estabelecido com o Governo português. ■ Diversas comemorações assinalam o Dia de África. ■ Demite-se o presidente da Câmara Municipal do Entroncamento, engenheiro António Cardoso, eleito pelo Partido Socialista. ■ Aderem à Confederação Nacional da Agricultura as Ligas e Associações de Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Lisboa. ■ Em Faro, o ministro da Justiça, Santos Pais, afirma a intenção do Governo em criar círculos judiciais onde não existam, o que se prende com o reordenamento territorial. ■ A Juventude Socialista apoia a decisão do MEC de anular a reintegração do antigo director fascista da Faculdade de Direito de Coimbra, Afonso Queiró.

27
Sábado

1963 – Morre o escritor Aquilino Ribeiro.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, chega à Venezuela, encontrando-se com o presidente daquele país latino-americano, Andres Perez. ■ No Pavilhão da Académica da Amadora realiza-se a Conferência Nacional dos Reformados que reúne mais de 400 delegados de todo o país, os quais decidem constituir o Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos e aprovam um caderno reivindicativo que, entre outros pontos, se refere «ao restabelecimento do princípio da pensão mínima e a sua regular actualização, de acordo com o aumento do custo de vida». ■ As Comissões Distritais de Bragança e Vila Real do PCP alertam para o perigo de construção de uma central nuclear em Espanha, a 12 quilómetros da fronteira. ■ No encontro promovido pela CIP, no Porto, sucedem-se os ataques raivosos às nacionalizações e à Constituição. Ao mesmo tempo foram pedidas mais facilidades para despedir os trabalhadores. ■ Começa na Voz do Operário, em Lisboa, o Tribunal Cívico Humberto Delgado onde foram recordados os crimes do fascismo e da PIDE. ■ Um decreto publicado no órgão oficial regulamenta a entrega de terras expropriadas e nacionalizadas.

28
Domingo

1375 – No reinado de D.Fernando é promulgada a Lei das Sesmarias, que obriga os donos das terras ociosas a cultivá-las, sob pena de confisco.

O Presidente da República prossegue a sua visita à Venezuela. ■ Aproveitando a data, a Juventude Centrista realiza um encontro nacional. Sottomayor Cardia foi uma presença informal neste encontro que contou com a participação de Freitas do Amaral. ■ Prossegue a sessão pública do Tribunal Cívico Humberto Delgado. A leitura da decisão final é anunciada para o dia 10 de Junho. ■ Manuel Alegre, no encerramento do encontro dos metalúrgicos socialistas (tentativa de criar um sindicato paralelo) refere-se à questão do presidencialismo afirmando nomeadamente que o «PS não é nem nunca será presidencialista».

29
Segunda-feira

1834 – Parte para o exílio o monarca absolutista, D.Miguel.

A CGTP-IN é recebida pelo Governo a quem deu a sua opinião sobre a resposta deste ao Caderno Reivindicativo aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos e actualizado no plenário de 4 de Fevereiro último. No final José Luís Judas, do Secretariado Nacional, considerou que o Governo em certas matérias ficara muito aquém do exigido. ■ No prosseguimento da sua viagem, o Presidente da República chega aos Estados Unidos. ■ O MAPRU reclama um mínimo de 1750$00 para as pensões de invalidez e velhice dos agricultores. ■ Os mineiros do Pejão entram em greve como meio de pressionar a administração a aceitar os aumentos salariais pedidos. ■ A Câmara Municipal de Lisboa, na reunião pública, aprova uma moção reclamando da Assembleia da República a elaboração da Lei das Finanças Locais até ao final da sessão legislativa.

30
Terça-feira

1926 – Termina o II Congresso do PCP que começara na véspera.

Os trabalhadores da Concentral, empresa conserveira, entram novamente em greve exigindo a reintegração da dirigente sindical despedida. ■ A lista unitária vence as eleições do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Santarém. ■ Entra em vigor o novo salário mínimo com efeitos retroactivos a partir de 1 de Abril. ■ O Presidente Ramalho Eanes continua a sua visita aos Estados Unidos onde se deslocou a fim de participar na Cimeira da Primavera, da NATO. ■ A Imprensa revela alguns trechos da entrevista concedida pelo major Melo Antunes, membro do Conselho da Revolução, ao «Jornal de Angola» e na qual o major Melo Antunes refere que tem havido da parte do actual titular do MNE «um grande interesse na normalização completa das relações com Angola e as antigas colónias portuguesas».

Os Comunistas na Assembleia da República

Até 15 de Junho a prioridade está na defesa do estado democrático

A Assembleia da República encontra-se quase no termo da 2.ª Sessão Legislativa, pois os trabalhos da Assembleia devem terminar regimentalmente no próximo dia 15 de Junho. Esta última fase dos trabalhos da AR na presente Sessão Legislativa foi, e vai seguramente continuar a ser dominada pelo teor da comunicação que o Primeiro-Ministro proferiu na passada semana perante o plenário.

No termo dessa comunicação, que foi escutada sempre em silêncio pelos deputados do PPD e aplaudida pelos deputados do PS/CDS, e também, em várias alturas, pelos deputados do PCP, o Presidente do Grupo Parlamentar comunista, Carlos Brito, teria ocasião de afirmar que **finalmente, através de um acto político com o significado de que este se reveste, o Governo dá-se conta da dimensão da ameaça que a conspiração fascista e fascizante representa para o regime democrático português.**

Continuando ainda a analisar o teor da comunicação proferida pelo máximo responsável do Governo PS/CDS, Carlos Brito teria ainda ocasião de afirmar que **a política do Governo dá pasto à actividade dos conspiradores fascistas e fascizantes. A política do Governo, gerando o descontentamento popular, dá naturalmente perspectivas àqueles que o querem virar, não na crítica e na oposição democrática ao Governo, mas no combate à democracia e aos seus órgãos de soberania.**

Na sua intervenção, o representante do PCP defendeu que as medidas necessárias à defesa do Estado democrático não poderão ferir as liberdades e garantias que o Povo português soube construir.

O Primeiro-Ministro, no decorrer da sua comunicação enunciou, pelo seu lado, as medidas de autodefesa a tomar pelo Estado democrático, tendo referido — conforme noticiámos na passada semana — a urgência da aprovação, até 15 de Junho, da lei que proíbe as organizações fascistas.

O representante do Governo pediu ainda a aprovação, até ao final da presente Sessão Legislativa, de vários diplomas e autorizações legislativas, sendo de realçar o facto de alguns desses pedidos de autorização legislativa terem já dado entrada na Assembleia da República na passada terça-feira.

De entre as matérias para as quais o Governo requer autorização legislativa contam-se as seguintes: entrada, permanência e saída de estrangeiros; alteração provisória da Lei de Imprensa, no sentido de assegurar a efectivação rápida e expedita dos julgamentos por crimes de abuso de liberdade de imprensa e uma maior adequação das penas aplicadas; alteração do regime de expulsão de estrangeiros; resolução provisória da situação legal dos candidatos a asilados políticos; alteração de algumas disposições do Código Penal com vista ao reforço da protecção devida à unidade do Estado, a unidade e indivisibilidade da soberania e aos símbolos nacionais, e a prevenção mais eficaz e punição com maior vigor dos crimes cometidos com uso de matérias e engenhos explosivos.

Na sua comunicação à Assembleia da República, o Primeiro-Ministro anunciou igualmente a legislação que, sobre o assunto, o governo conta apresentar à Assembleia no decorrer da segunda Sessão Legislativa. De entre essas matérias ressaltam a lei antiterrorismo, o estatuto político-administrativo da Madeira e dos Açores, a revisão da Lei de Imprensa, a reestruturação da Guarda Fiscal, o estatuto do refugiado e a lei dos Serviços de pesquisa e informação.

Resumindo o espírito com que o PCP encara todas as medidas que se venham a tomar para a defesa do Estado democrático, Carlos Brito salientou no final da sua intervenção:

Pelo nosso lado, estamos dispostos e disponíveis para cooperar com todos aqueles, independentemente das suas posições políticas e ideológicas, que queiram travar este indispensável combate com o vigor necessário. Mais do que isso, o PCP propôs, a partir da última reunião do seu Comité Central, o diálogo, a aproximação e o entendimento de democratas das mais variadas tendências, com a perspectiva da criação de um bloco democrático e patriótico, com a participação de pardos, organizações, sectores e democratas individualmente considerados, que compreendem a necessidade de uma política que permita a Portugal sair da crise, empreender o desenvolvimento económico, criar o bem-estar material e cultural do Povo, assegurar a continuidade do regime democrático e a independência nacional.

O deputado Carlos Candal, do PS, proferiu na passada semana, na tribuna da Assembleia da República, uma intervenção recordando os crimes do fascismo contra o povo português, tendo sido atentamente escutado por grande número de deputados presentes no hemiciclo. Entretanto, um dos deputados do CDS manteve sempre os olhos bem cerrados no decorrer da evocação de Carlos Candal. O que não se conseguiu apurar é se esses olhos cerrados do deputado do CDS significavam uma meditação sobre os crimes do fascismo, se uma bela soneca passada sobre a brasa desses crimes.

Essa intervenção de Carlos Candal foi aplaudida pela generalidade das bancadas do PS e do PCP. Três deputados do PPD, de entre os 23 presentes na altura no hemiciclo, e 2 do CDS, de entre os 14 presentes, bateram igualmente algumas palmas.

Há um «mistério» no Palácio de S. Bento que começa a preocupar alguns observadores políticos. O «mistério» consta do seguinte: desde que o CDS está no Governo, a sua bancada parlamentar encontra-se quase sempre praticamente deserta, ocupada por oito, dez, uma dúzia de deputados. Sempre que acontece qualquer votação, é vê-los entrar, apressadamente, a ocupar as cadeiras parlamentares e prontos para a votação. Votação terminada e volta a desolação da bancada semideserta. O «mistério» que preocupa cada vez mais observadores é este: onde se meterão os outros deputados do CDS quando a Assembleia não está a votar, para poderem chegar tão a tempo ao hemiciclo?

O PS e o CDS apresentaram anteontem à Assembleia um projecto de lei, para o qual requerem urgência, em que se actualizam os vencimentos dos membros do Governo. Nos termos do referido projecto o Primeiro-Ministro passa a ganhar 45 mil escudos (mais 15 mil escudos), os ministros 40 mil (mais 13 mil escudos), os secretários de Estado 35 mil (mais 11 mil escudos) e os subsecretários de Estado 30 mil (mais 10 mil escudos). O projecto de lei não diz quais os vencimentos que passam a auferir os ministros-sombra.

Intervenções

«A força da conspiração fascista reside na impunidade de que tem desfrutado»

(..) Há muito que, do nosso lado, advertimos para os perigos. Há muito que, do nosso lado, reclamámos medidas, mas, ainda assim, não podemos deixar de nos regozijar com o sentido geral da comunicação que o sr Primeiro-Ministro acaba de fazer à Assembleia da República. Regozijamo-nos porque pede medidas e nós temos reclamado essas medidas. Além disso, regozijamo-nos também porque a conspiração fascista se combate, não apenas com medidas jurídicas e legislativas, mas com actos políticos, como o que aqui estamos a realizar.

É através da acção política geral que remeteremos para o seu significado a conspiração fascista e as promessas que, depois de 50 anos de terror, de atraso e de miséria ousam ainda fazer ao povo português, como se ele tivesse tão curta memória.

( )Se criticamos o Governo em relação à sua política económica e financeira, em relação à sua política social e em relação à sua acção nos mais variados domínios, somos capazes de estar com ele neste combate contra os que querem derrubar o regime democrático, contra os que querem liquidar as liberdades.

Se a política do Governo gera tal descontentamento na maioria dos portugueses, é também altura de perguntar se não está o Governo pronto a fazer algumas rectificações na sua política, se não está o Governo pronto a ir ao encontro do protesto popular, satisfazendo legítimas reivindicações que percorrem o país.

(..) Não me pareceu claro na sua exposição que seja convicção do Governo que a conspiração tem por base um vasto plano de desestabilização, em que se inserem certos discursos pronunciados em certas datas e em monumentos que os portugueses respeitam, e que nessa acção desestabilizadora se inserem também acções como as que a CAP há muito anuncia e que ontem mesmo realizou perante, ao que parece, uma certa passividade das forças de segurança que se encontravam no local.

( ) Em relação à conspiração contra os países africanos que se libertaram do colonialismo português, gostaríamos, por um lado, de anotar que desde o 25 de Abril a conspiração colonialista acompanhou, foi um elemento dela e interligou-se sempre, à conspiração fascista. Permitir que essas actividades se desenvolvam em território nacional é permitir que se desenvolvam em território nacional é permitir que se desenvolva a ameaça contra os jovens Estados africanos formados nas antigas colónias portuguesas. Isso é permitir também que se desenvolva a ameaça fascista contra a democracia portuguesa.

(..) Em relação aos pedidos que nos fez e às sugestões que aduziu, naturalmente, tratando-se de matéria legislativa, definiremos, na altura oportuna, a nossa posição. Em todo o caso, queríamos adiantar qual será o nosso critério. Consideramos fundamental que as medidas necessárias para a defesa do Estado democrático não possam ferir as liberdades e as garantias que, em boa hora todo o povo português soube construir de facto e que a Assembleia Constituinte soube consagrar na Constituição. Seria grave, e naturalmente teremos que ter isso na mais alta consideração, que, querendo defender o Estado democrático, pudéssemos limitar a acção política dos cidadãos em defesa do próprio Estado democrático.

(..) Terá sido correcta e adequada a política do Governo ao facilitar que retomassem posição em pontos estratégicos da administração reconhecidos responsáveis do antigo regime? Não residirá aí um dos pontos maiores das dificuldades? Não residirá aí o obstáculo grande com que o Governo se defronta para executar as leis justas da democracia?

Nós entendemos que a força da conspiração fascista reside na impunidade de que tem desfrutado. Afirmamos que a reacção não se acalma nem se apazigua recuando e cedendo perante as suas pressões, exigências, chantagens e ameaças, mas, pelo contrário, fazendo-lhe frente vigorosamente. Será que o Governo, a partir de agora, partilha desta nossa doutrina? **(carlos Brito, àm 23/5/78).**

Dia a Dia

Voto de saudação à sessão da ONU sobre o desarmamento

No próprio dia em que se iniciavam os trabalhos da Sessão Extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas dedicada ao desarmamento, a Assembleia da República aprovou por unanimidade um voto de saudação às nações presentes nessa sessão, **desejando que a delegação portuguesa contribua activamente para que se atinjam os objectivos desta sessão – a adopção de uma Declaração e de um Programa de Acção que conduza efectivamente ao desarmamento controlado, como primeiro passo para a convocação da Conferência Mundial do Desarmamento.**

Voto de protesto recusado

Um voto de protesto contra o encerramento da Escola do Magistério Primário do Porto, apresentado pelo deputado da UDP, foi rejeitado pelos deputados do PS, PPD e CDS. Os deputados comunistas votaram favoravelmente, tendo Jorge Lemos proferido a declaração de voto do PCP.

Património florestal

O ordenamento e protecção do património florestal, cuja aplicação se encontra presentemente suspensa por decisão governamental foi um dos temas que a Assembleia da República abordou na passada semana no período da ordem do dia, através da apreciação do projecto de lei 103/I, apresentado pelo PSD, e no qual se pedia a revogação dos Decretos-Leis n.ºs 439-D e 439-E/77. O primeiro destes diplomas visa disciplinar o corte de árvores e o segundo contém algumas soluções de ordenamento florestal. Três deputados comunistas intervieram no debate: Sá Matos (que abordou problemas dos pequenos proprietários florestais do Norte), Vítor Louro (que teceu críticas aos diplomas governamentais e apresentou as linhas gerais de uma alternativa) e Manuel Moita (que fez a declaração de voto do PCP). O projecto de lei do PPD foi recusado pelos votos do PS e do CDS, tendo-se abstido os deputados comunistas.

Brevemente, o «Avante!» dedicará um artigo a este tema de particular importância para os pequenos e médios agricultores.

Carreiras dos professores

A Assembleia da República procedeu anteontem à discussão e votação na generalidade da ratificação 33/I, solicitada pelo PSD. Trata-se da ratificação do Decreto-Lei n.º 74/78, que estabelece as normas relativas ao regime de fases da carreira profissional dos professores efectivos dos Ensinos Primário, Preparatório e Secundário, que foi concedida pelos votos favoráveis da maioria governamental e a abstenção do partido que requereu a ratificação.

Os deputados comunistas votaram contra a concessão da ratificação, tendo os deputados Jorge Lemos e Matos Gago explicado a posição do PCP.

Eleição dos representantes da AR no CS da Magistratura

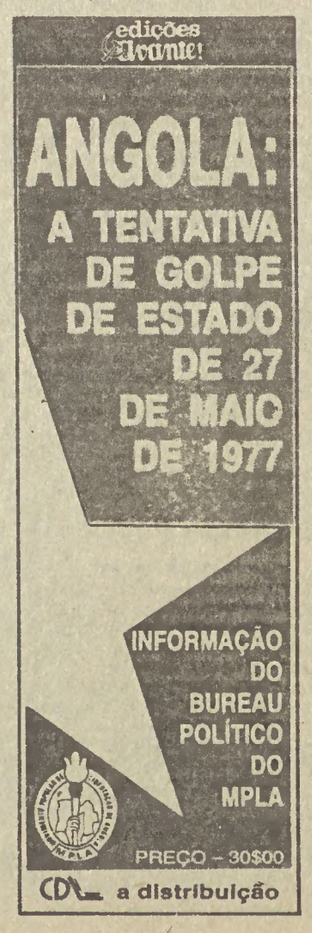
Procedeu-se na passada terça-feira, na Assembleia da República, à eleição dos representantes daquele órgão de soberania no Conselho Superior da Magistratura. Apresentou-se a sufrágio uma lista composta pelos seguintes quatro deputados: António Macedo (PS), Menéres Pimentel (PPD), Martins Canaverde (CDS), e Lino Lima (PCP). Votaram 185 deputados, tendo-se registado dois votos brancos. Os resultados foram os seguintes: António Macedo – 134 votos; Menéres Pimentel – 92 votos; Martins Canaverde – 152 votos; Lino Lima – 143 votos.

De notar que o representante do PPD, presidente da Comissão Permanente deste partido e também presidente do respectivo grupo parlamentar, esteve quase a não poder ser eleito, uma vez que obteve apenas um voto a mais do que o mínimo necessário.

Actividade do Grupo Parlamentar do PCP

O Grupo Parlamentar do PCP formulou ao Governo dez requerimentos: sobre a desintervenção da Corame; sobre atrasos nas consultas de oftalmologia; sobre prejuízos acumulados na CP, Carris e RN; sobre o estado de adiantamento da preparação da lei de bases gerais do transporte público de passageiros; sobre coordenação entre o planeamento urbanístico e de transportes; sobre a situação da Parry & Son; sobre as receitas e despesas da Caixa Geral de Aposentações e do Montepio dos Servidores do Estado; sobre o não cumprimento da lei no que respeita a salários dos trabalhadores das autarquias locais; sobre a dualidade de critérios na atribuição de pensões da Previdência aos beneficiários que o são simultaneamente da Caixa Geral de Aposentações; sobre as actividades do Instituto de Obras Sociais.

O Grupo Parlamentar do PCP concedeu entrevistas aos Sindicatos Agrícolas e Secretariados das UCPs e Cooperativas; às Comissões de Trabalhadores do INATEL, da Messa e da Fisipe; e a trabalhadores do Hospital de S. José.



Protesto dos portugueses de Angola

Na Presidência da República foi entregue, recentemente, um documento com as assinaturas de 681 portugueses, residentes na República Popular de Angola, tomando pública a opinião de protesto a respeito das notícias que em Portugal são propaladas sobre Angola e Moçambique e, principalmente, contra a implantação em Portugal de organizações fantoches ao serviço do colonialismo e do imperialismo, para daí caluniarem o MPLA e a Frelimo e prepararem novas provocações e agressões armadas contra Angola e Moçambique.

Para a entrega do documento na Presidência da República deslocou-se a Lisboa uma delegação de três portugueses, habitando em Angola, os quais numa conferência de imprensa posterior expuseram o desenrolar da iniciativa.

Como afirmou João Silva, um dos elementos da delegação, poucas foram as assinaturas recolhidas por contacto pessoal. O grosso dos signatários foi obtido através da colocação de cartazes dando conta da iniciativa em três livrarias, em Luanda, no Lobito e em Benguela.

A propósito, João Silva assinalaria que apesar de o documento ter passado apenas em três cidades, o número de assinaturas é significativo, dado que os portugueses residentes em Angola estão dispersos por todo o país.

Por outro lado, Aníbal Bizarro, outro dos elementos da delegação, não deixou de recordar que foram enviadas cópias do documento para o Conselho da Revolução e para a Assembleia da República, e que para a Presidência da República foi logo enviado no dia 26 de Abril, pois não queríamos que o Presidente tivesse conhecimento dele por outra via. **O documento em questão refere que os portugueses democratas residentes em Angola tudo farão** para defender Abril, para que o Portugal libertado do fascismo pelos heróicos capitães do MFA e pelo movimento operário e popular se não converta em central de mercenários e base de conspiração do neocolonialismo.

Tudo faremos — **prossegue o texto enviado ao Presidente da República** —, unidos às forças democráticas portuguesas, para reforçar os laços de amizade e cooperação entre o nosso povo e o povo angolano, entre o nosso povo e os povos libertados do colonialismo português.

Reuniu em Lisboa o «Tribunal Cívico Humberto Delgado»

A primeira sessão pública do julgamento da sinistra PIDE-DGS, iniciativa tomada pelo «Tribunal Cívico Humberto Delgado», realizou-se no passado sábado na «Voz do Operário» e ocorreu numa altura em que, nos mais diversos sectores da vida nacional, se avolumam as precauções pela dimensão da ameaça e conspiração fascista e fascizante e cresce a predisposição para combater vigorosamente tal ameaça.

O relato pormenorizado das torturas sofridas nas masmorras da PIDE/DGS, feito por ex-presos políticos antifascistas, trouxe para a actualidade a denúncia dos crimes do fascismo e alguns dos seus aspectos mais sinistros.

Não caberiam nas instalações da «Voz do Operário» todas as vítimas da PIDE/DGS. Vítimas da polícia política do fascismo foram-no, é verdade, todos os resistentes antifascistas e anticolonialistas. Mas não só. Vítimas do fascismo e da sua polícia terrorista foram-no também milhões e milhões de portugueses, marcados para sempre pela opressão e repressão fascistas de que a PIDE era o principal agente.

Julgar a PIDE/DGS é condenar o fascismo, num tribunal em que as suas vítimas — o povo português — sejam os acusadores. Porque a História, a nova História que o povo português está a construir desde o 25 de Abril, já proferiu a sentença que o mesmo povo velará para que se cumpra: o fascismo não voltará!

À VENDA

JUVENTUDE
ORGÃO CENTRAL DA UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA
LUTAR TRABALHAR ESTUDAR

Jogos Florais TEMA GERAL «A JUVENTUDE E O PORTUGAL DE ABRIL»

Júri **Poesia** — Mário Castrim, Ary dos Santos e Casimiro de Brito

Crónica/Reportagem — Urbano T. Rodrigues, Alexandre Cabral e Álvaro Salema

Fotografia — Augusto Cabrita e José Araújo

Trabalhador do Comércio consulta o teu contrato!

— «Sabes qual é o ordenado mínimo previsto para a tua categoria no Contrato Colectivo que abrange a empresa onde trabalhas?

— «Possivelmente é mais do que aquilo que estás a ganhar.

— «Este mês foram publicados dois contratos (o do Comércio Retalhista e o dos Grossistas de Material Eléctrico, Electrónico e Electrodomésticos) que, no distrito de Lisboa, abrangem mais de 40 mil trabalhadores: quer um quer outro contêm novas tabelas salariais que não podes desconhecer» – avisa o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa, dirigindo-se aos filiados, no âmbito da Campanha de Dinamização Sindical que lançou contra os despedimentos e «a fim de alertar e mobilizar a classe para as manobras do patronato que, a exemplo do sucedido noutros sectores, não cumpre os contratos livremente negociados».

«Aplicar o Contrato Colectivo», «Defender os nossos direitos» e «Reforçar a organização sindical» são as palavras de ordem que presidem à Campanha. Em Junho próximo e ainda em Maio, haverá dezenas de plenários e distribuição de documentos nos locais de trabalho. O Sindicato aplicará medidas práticas que, segundo anunciou em conferência de Imprensa, «vão desde a reestruturação da Secção de Apoio a Delegados Sindicais até à realização de cursos de formação sindical com início ainda este mês».

Dirigida a todos os trabalhadores e não apenas aos sócios do Sindicato, a mobilização inclui o reforço da organização sindical, elemento básico da unidade e da sua eficácia contra as ilegalidades patronais. Empresas há – afirmaram os sindicalistas no encontro com os jornais – onde ainda «não foi aplicado o Contrato de 1976, enquanto que noutras tantas são ainda devidas aos trabalhadores importâncias salariais consignadas no CCT de 1974!» Isto no sector retalhista onde os contratos a prazo são ainda prática corrente, contribuindo para o desemprego de centenas de trabalhadores, pois há patrões que, através desse expediente, mandam os trabalhadores para a rua à data da caducidade dos contratos, sem garantias de qualquer espécie.

O Sindicato não esconde que há pequenas e médias empresas com dificuldades económicas. Mas isso «não é provocado pela satisfação das reivindicações dos trabalhadores», acrescenta. Apesar de algumas actualizações de salários, nos últimos dois anos, o já baixo poder de compra dos assalariados diminui assustadoramente. Entretanto, o Governo, «não só não apoia o pequeno e médio empresário como lhe aperta um autêntico garrote ao fixar taxas de juros que chegam a ultrapassar os 20 por cento». Ao mesmo tempo, o grande capital é «premiado» com benefícios e isenções. Agrários e monopolistas recebem, ou têm prometidas, chorudas indemnizações. As dificuldades dos pequenos e médios comerciantes devem-se à política de recuperação capitalista e não às reivindicações justas e realistas dos trabalhadores e do Movimento Sindical.

A luta contra os despedimentos é outro dos objectivos centrais da Campanha de Dinamização Sindical dos trabalhadores do comércio. A maior parte dos

conflitos apresentados pelos filiados ao seu Sindicato tem origem nos despedimentos e no desemprego.

«No segundo semestre de 1977, a Secção de Actividade de Base do nosso Sindicato – disseram os sindicalistas na conferência de Imprensa – registou a entrada de 104 casos de despedimento, que abrangiam um total de 175 trabalhadores. Em 49 destes casos, a intervenção do Sindicato permitiu evitar o despedimento».

Nos primeiros quatro meses do ano corrente, «registaram-se 55 processos de despedimento que atingiram cerca de 90 trabalhadores» – acrescenta o Sindicato referindo que, até agora, foi possível resolver favoravelmente 34 desses casos, salvaguardando os direitos dos trabalhadores atingidos.

Legislação do trabalho, outras, leis, a Constituição, os direitos, garantias e liberdades que consagra, a contratação colectiva e a sua defesa são outros tantos motivos para lançar uma Campanha que deve merecer a participação e o apoio de todos os trabalhadores para quem a solidariedade não é um conceito abstracto, mas uma prática a seguir na defesa do seu próprio interesse individual que só a luta e o esforço comum podem assegurar com eficácia dentro do Movimento Sindical.

Acordo de cooperação entre a CGTP-IN e a FDGB

Numa visita recente à RDA, uma delegação oficial da CGTP-IN assinou com a FDGB – Confederação dos Sindicatos Livres Alemães – um acordo de cooperação assente na amizade, na colaboração e no apoio mútuo entre as duas organizações sindicais. Recebida pelo presidente do Comité Confederal Nacional da FDGB, camarada Harry Tisch, a delegação portuguesa subscreveu com a congénere da República Democrática Alemã um importante comunicado conjunto, no qual as duas organizações se pronunciam favoravelmente pela convocação de "uma nova Conferência Sindical Europeia a realizar na Primavera de 1979, bem como de uma reunião sindical regional e de reuniões sindicais profissionais e de ramos de actividade sobre questões de interesse dos sindicatos e de todos os trabalhadores".

A visita, que decorreu num clima de confiança mútua, proporcionou vários encontros e conversações com dirigentes sindicais e com trabalhadores nos seus locais de trabalho. A delegação portuguesa, chefiada por Manuel Carvalho da Silva, da Comissão Executiva do Secretariado da CGTP-IN, caracterizou, juntamente com a FDGB, a campanha de "ataques e calúnias contra os países socialistas como ideologias da reacção, dirigidas contra a unidade dos trabalhadores e dos Sindicatos".

A CGTP-IN, que divulgou na íntegra o comunicado conjunto, assinala que "as duas organizações felicitaram e apoiaram as decisões adoptadas pelo IX Congresso Sindical Mundial, na medida em que reflectem a vontade unitária dos trabalhadores na luta pela paz, pelo desarmamento, pelo desanuviamento, pela defesa e alargamento dos interesses dos trabalhadores e pela cooperação entre movimentos sindicais de orientações diferentes".

No interesse dos trabalhadores, as suas Centrais apoiaram no decorrer das conversações "todas as medidas adoptadas no sentido da promoção da cooperação entre os movimentos sindicais de orientações e filiações internacionais diferentes, com base no respeito mútuo da soberania e da independência de cada movimento sindical".

A delegação da FDGB, dirigida pela vice-presidente do Comité Confederal Nacional, camarada Johanna Topfer, apoia juntamente com a CGTP-IN a luta dos povos árabes, dos povos da África Austral e do povo chileno, ao mesmo tempo que manifesta a sua solidariedade "aos seus irmãos de classe vietnamitas na superação das consequências da guerra e na edificação do sistema socialista num Vietname unificado", bem como a todos os povos já mencionados e aos "restantes povos da América Latina e aos seus movimentos sindicais de classe ainda sujeitos a regimes de exploração e opressão».

Além dos dirigentes sindicais já referidos, faziam parte das delegações Rogério Dias dos Santos Torres, Maria Emília Reis Castro e José Manuel Carinhas, pela CGTP-IN, e Heinz Neukrantz, Gunter Behnisch e Dieter Meisser, pela FDGB.

Inventário breve de uma luta geral

Centenas de milhares de trabalhadores de todos os sectores económicos (agricultura, indústria, comércio e serviços), através das suas organizações representativas, radicalizam as formas de luta pela negociação e aplicação das convenções colectivas de trabalho e no combate aos despedimentos e à repressão patronal. Na última semana, dezanove empresas e ramos de actividade continuaram as paralisações, decidiram paralisar, ou encaminharam a sua luta nesse sentido. Entretanto, a CGTP-IN era recebida em São Bento pelo Primeiro-Ministro, tendo a resposta governamental permanecido muito aquém do exigido pela Central única no seu Plenário Nacional de 4 de Fevereiro findo e confirmado por mais de milhão e meio de trabalhadores nas manifestações do 1.º de Maio.

Sector farmacêutico — Anunciada para hoje uma paralisação nacional. Objectivo: publicação da Portaria de Regulamentação de Trabalho (PRT) para o sector. Dirigentes sindicais representativos de cerca de 12 mil trabalhadores acusam o patronato, onde predominam as multinacionais, de pressionarem o Ministério do Trabalho no sentido de alterar aquela Portaria em prejuízo dos trabalhadores.

Minas do Pejão — 100 por cento de adesão à greve de 29. A administração continua a recusar o aumento dos salários. Cerca de 1100 mineiros estão dispostos a continuar a luta pelo caderno reivindicativo. A empresa é administrada em Lisboa e no Porto «por homens que nunca entraram nas minas e não fazem a mais pequena ideia do que é o trabalho no Pejão», afirmam representantes dos trabalhadores.

Hotelaria — Dezenas de empresas onde não é cumprida a PRT para o sector. Paralisações intermitentes em hotéis, restaurantes, cafés. O sector da hotelaria e turismo emprega cerca de cem mil trabalhadores em todo o País. O 1.º Plenário da Federação aponta a intensificação da luta pelo cumprimento das convenções colectivas e pela negociação de novas regulementações de trabalho.

Função Pública — Novos vencimentos a partir de hoje. Os Sindicatos representativos de mais de 250 mil trabalhadores continuam a insistir junto do Ministério da Reforma Administrativa para o estabelecimento de um calendário de reuniões, a fim de discutir a Lei de Bases, sobretudo no que respeita ao exercício dos direitos colectivos com relevo para o direito constitucional de negociação.

Petrogal — Greve repúdio generalizado contra um despedimento injusto na secção de lubrificantes da refinaria do Porto.

Concentral — Na sequência de outras formas de luta, os trabalhadores entram em greve (4 horas diárias) pela reintegração de uma dirigente sindical despedida arbitrariamente pela administração desta fábrica de conservas de Portimão.

J. J. Gonçalves — Agrava-se a repressão patronal. É cada dia mais visível o espectro do desemprego.

Audio-Magnética — Em curso um processo de despedimento colectivo. A União Sindical das Caldas da Rainha chama os trabalhadores à luta solidária pela manutenção dos postos de trabalho.

Vigilância e prevenção (portaria, limpeza, etc.) — Prevê-se um Encontro Nacional para definir formas de luta pela contratação colectiva. Após 4 meses de negociações directas, as cláusulas mais importantes do ACT continuam suspensas.

Empreital — Escritório em greve por tempo indeterminado. Reivindicação principal: salários em atraso e futuro da empresa.

Magistrados do Ministério Público — Luta pela aprovação da Lei Orgânica conduzida pelo respectivo Sindicato.

Metalúrgicos da Madeira — Cerca de 1600 trabalhadores representados pelo Sindicato recorrerão a formas de luta concretas, se o Governo Regional não aplicar à Madeira a PRT em vigor no resto do território nacional desde Maio do ano findo.

Trabalhadores agrícolas — Reuniões e mobilização sindical em vários pontos do País. Luta pela saída da regulamentação de trabalho para o sector.

Professores — Análise das formas de luta passadas e a adoptar. Prevêem-se paralisações a discutir pela classe.

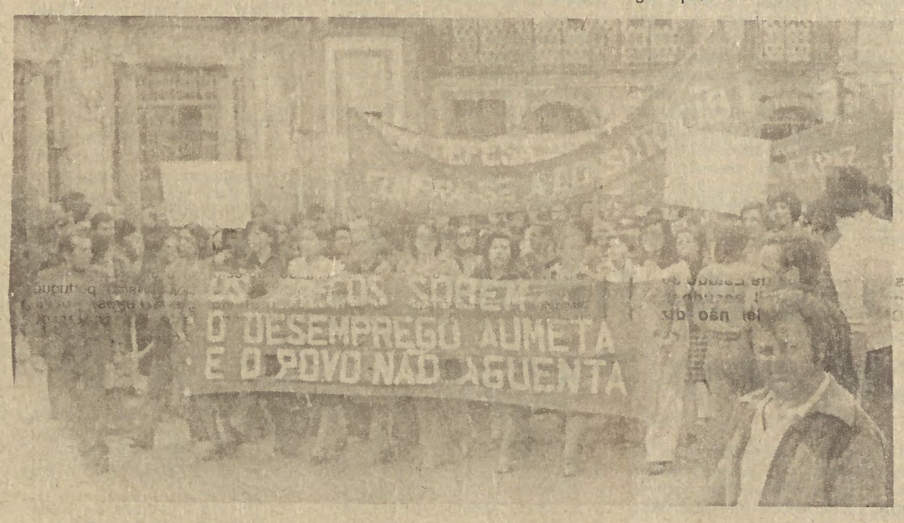
Trabalhadores do calçado — Aveiro e Coimbra. Previstas formas de luta incluindo a greve pelo CCT em negociação.

Moagens — Percentagem muito elevada na adesão à greve de 22 pela assinatura de um novo CCT.

Sector do frio da indústria conserveira — Nova paralisação em 23 pela revisão do CCT.

Fiação de Torres Novas — Em greve parcial desde 8 de Maio findo. A luta endurecerá se a empresa continuar a não cumprir a PRT do sector têxtil. A fábrica emprega cerca de 700 trabalhadores.

Marinha do Comércio — Os sectores de mar e terra, através das direcções sindicais, apelam à mobilização e à luta pelos contratos de trabalho em negociação.



Contrato único e vertical - um imperativo da luta nos têxteis

Está prevista para amanhã, no Porto, a primeira reunião do novo Secretariado da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal. Segunda-feira próxima, reunirá em Coimbra o Conselho-Geral. Estas reuniões, as primeiras depois do II Congresso que decorreu na Covilhã de 19 a 21 de Maio findo, terão um alcance indiscutível na aplicação prática das conclusões do Congresso e, designadamente, na importante resolução sobre a contratação colectiva.

Os sindicalistas agora eleitos vão distribuir pelouros, resolver outras questões de organização, apresentar aos órgãos de soberania os documentos aprovados no Congresso, promover uma discussão profunda e alargada entre os trabalhadores sobre as resoluções aprovadas na Covilhã e marcar uma reunião dos Sindicatos federados para avançar, nomeadamente com os quantitativos das novas tabelas salariais a negociar no âmbito do novo Contrato Colectivo Vertical e Nacional (CCTVN), que abrangerá 300 mil trabalhadores.

«Só a firme defesa dos interesses de classe dos trabalhadores na luta contra a exploração capitalista permite conquistar as reais melhorias das condições de vida e de trabalho, fundindo numa só a luta económica (nomeadamente por melhores salários) e a luta política (no caminho do exercício democrático do Poder pelas classes trabalhadoras), colocando assim o trabalho sindical no caminho correcto da emancipação de todos os trabalhadores», afirma o Programa de Acção aprovado na Covilhã, no capítulo das «Condições de Vida e de Trabalho no Sector». É nesse sentido que a contratação colectiva, a que está estreitamente ligada a melhoria das condições de vida e de trabalho, vai ser intensificada no sector têxtil.

Melhorar o poder de compra e defender as regalias e direitos conquistados é a preocupação central do Programa de Acção, que define a contratação colectiva como uma das direcções fundamentais de luta dos trabalhadores. Assim, o Congresso apontou, entre as linhas de acção aprovadas no âmbito das condições de vida e de trabalho, a «revisão imediata da PRT (Portaria de Regulamentação de Trabalho) actualmente em vigor, tendo como preocupação fundamental a luta pela recuperação do poder de compra dos trabalhadores têxteis, de modo a podermos enfrentar o aumento do custo de vida que se vem verificando».

Entre os doze pontos aprovados na resolução sobre a contratação colectiva, especificamente para o sector, é de salientar a reafirmação dos objectivos de luta «para alcançar essa importante conquista para todos os trabalhadores têxteis que é o Contrato Único e Vertical do Sector, tendo em conta a defesa e manutenção, no caminho progressivo da unificação, dos direitos e regalias já alcançados pela acção desenvolvida pelos trabalhadores».

Reafirmando o princípio da luta organizada nos locais de trabalho, o Programa de Acção aponta o alargamento às Ilhas do Contrato Único e Vertical e a luta «contra todas as medidas previstas nos decretos do 2.º pacote (353-H/77 e 353-I/77), as quais visam reduzir as regalias e os direitos dos trabalhadores previstos contratualmente, bem como todas as leis que apontem para a resolução das dificuldades das empresas com base na intensificação da exploração dos trabalhadores e no sacrifício exclusivo dos seus interesses».

Festa dos trabalhadores da Mundet

Os trabalhadores da MUNDET, cujo nome está ligado para sempre à luta pelas grandes conquistas da Revolução, realizaram ontem a sua festa anual. Do programa variado e atraente salientamos a inauguração do "Parque 31 de Maio" (um local para o desporto dos trabalhadores) uma sessão de canto livre e outras iniciativas que lembram a luta de sempre pelos direitos de Abril

O maior!

Gostamos de afirmações claras. Aqui temos uma que nos vem do Estoril: «o PPD é o maior partido sindical!» O maior noutras coisas já o era.

Mas esta agora! E é o «Jornal Novo» que o diz: Meneres Pimentel «lembraria aos presentes (mais de uma centena, segundo «O Dia», outra folha insuspeita) que o PSD, neste momento, é de facto a primeira força sindical democrática do país a quem cabem grandes responsabilidades».

Quem considerar isto um escândalo não sabe o que vai por aí. Desconhece, pelo menos, que o PPD é o maior em tudo. Até naquilo onde, por um mínimo de coerência para com os seus «sindicalistas independentes», não teria que meter o nariz. Mas mete e com um descaro que parece não fazer mossa à meia dúzia de dirigentes sindicais divisionistas dos Sindicatos da Banca, que se reuniram no Estoril num «2.º Encontro» em família.

A intromissão do PPD nos Sindicatos bancários é uma vergonha. Não pela defesa de uma política sindical. Mas pela ingerência da «classe política» pepedista na tentativa de desagregação do Movimento Sindical comandanda pelas centrais do imperialismo.

Os trabalhadores bancários, que não são aquela «mais de uma centena» de que fala «O Dia» não estiveram no Estoril, no último fim-de-semana. Mas, perante as afirmações claras do sr. Meneres Pimentel podem confirmar, pelo menos, uma ilacção clara: a de que, quando votaram nos dirigentes divisionistas que hoje estão à frente dos Sindicatos Bancários, não votaram pelos seus interesses de trabalhadores, mas pelos interesses de alguns dirigentes políticos do partido de Sá Carneiro.

Lutas e Tarefas

Confiança na MDF

"A posição recentemente anunciada pelo Ministério da Indústria e Tecnologia às CTs da MDF (Metalúrgica Duarte Ferreira) de proceder ao financiamento necessário para a concretização da carteira de encomendas, de transformar a empresa numa empresa de economia mista controlada pelo Estado, de deixar de considerar a empresa em 'situação económica difícil' (reconhecendo que esta medida foi errada), com a consequente aplicação da PRT (portaria de Regulamentação de Trabalho) de 1977, e da salvaguarda dos actuais postos de trabalho" representa um conjunto de medidas positivas que, se forem aprovadas pelo Conselho de Ministros, permitirão encarar com confiança o futuro da maior empresa de metalomecânica ligeira do País – afirmam num comunicado os secretariados das células do PCP na MDF do Tramagal, Lisboa e Porto, ao saudarem calorosamente todos os seus companheiros pela luta que desenvolvem, "com firmeza e determinação, na defesa dos postos de trabalho, pela aplicação da PRT de 1977 e pela recuperação económica da empresa ao serviço do povo e do País".

Readmissões

Despedidos arbitrariamente por motivos político-sindicais, voltaram ao trabalho, por decisão do tribunal, três trabalhadores do Hotel Praia-Mar de Carcavelos. Os trabalhadores reintegrados eram membros da comissão de trabalhadores e delegados sindicais. O respectivo Sindicato classificara o despedimento como tentativa de "quebrar a força e a unidade dos trabalhadores" da empresa.

Nova adesão à CGTP-IN

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira da Madeira aderiu à Central única dos trabalhadores portugueses. A decisão aprovada em assembleia-geral leva também à filiação do Sindicato na União dos Sindicatos da Madeira e na respectiva Federação.

Os 12 meses na lei

A promulgação de dois decretos recentemente aprovados em Conselho de Ministros dá força de lei ao novo salário mínimo nacional e ao prazo de 12 meses para a vigência das tabelas salariais das convenções colectivas de trabalho.

PRT rural

Prossegue por todo o País a movimentação sindical para a negociação da PRT dos assalariados rurais. Recentemente, houve reuniões e outras iniciativas promovidas pelos Sindicatos Agrícolas de Coimbra, Lisboa e Faro. O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Resineiros do Distrito de Coimbra distribuía, entretanto, uma circular chamando a atenção dos associados para a necessidade da luta e da participação na vida do Sindicato.

"Como é que os outros trabalhadores têm conseguido melhores salários e mais regalias? E cruzando os braços à espera que os patrões ou o Governo lhes ofereçam isso tudo? Ou é unindo-se e lutando sem desistir até o conseguirem? Como foi na Barragem da Aguieira, com os ferroviários, os metalúrgicos, etc.? – pergunta o Sindicato apelando à mobilização, à luta e à confiança nos resultados, sobretudo no que respeita à saída da Portaria que regulamentará as relações de trabalho dos assalariados rurais.

Firmeza na RN

Contra as tentativas para desnacionalizar sectores da empresa nacionalizada Rodoviária Nacional (RN), os trabalhadores da filial das Caldas da Rainha "exigem, junto do Conselho de Gerência da RN e dos órgãos do poder, que comportamentos desse tipo venham a ser impedidos de uma vez para sempre e que sejam severamente castigados os promotores dessa acção desestabilizadora". Os trabalhadores protestam e exigem que se ponha termo a um processo de recolha de assinaturas para o regresso de ex-patrões. A campanha contra a nacionalização da RN, sem êxito junto da grande maioria dos trabalhadores, é condenada, também com firmeza, pelo Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Santarém.

Pela transformação da ECA em cooperativa

Numa proposta aprovada em plenário, os trabalhadores da ECA, empresa de concentrado de tomate, de Alvalade-Sado, manifestam aos órgãos do poder a opinião maioritária acerca da solução para a empresa intervencionada. Segundo a proposta, maioritária, a ECA deve ser transformada em "cooperativa, com o necessário apoio estatal, ou em empresa mista trabalhadores-Estado. Está assim claramente manifestada a recusa de quem trabalha ao regresso do patrão", refere a Comissão de Trabalhadores num comunicado. Ao mesmo tempo que desmente o boato difundido por uma pretensa "comissão de luta", segundo o qual a empresa seria entregue ao patrão, a CT afirma que o objectivo dessa "comissão de luta" era "espalhar a confusão" no momento em que os trabalhadores discutiam a sua proposta. Mas não o conseguiram – acrescenta a CT – pois o plenário contou com a presença de mais de dois terços dos trabalhadores e a proposta foi aprovada apenas com 4 votos contra e sete abstenções.

Contra os despedimentos na «Carta-Aberta»

A comissão de apoio à reintegração dos trabalhadores suspensos pela direcção cartabertista do Sindicato dos Seguros do Sul decidiu avistar-se com os responsáveis pelas suspensões e tomar outras medidas concretas de solidariedade para com os trabalhadores ameaçados de despedimento pelos corpos gerentes que para tal invocam, como já aqui referimos, um motivo fútil relacionado com água derramada, sem perigo para a segurança do edifício ou ameaça de afogamento iminente. Como veio a público na ocasião, sem desmentido que conste, a água era de um jarro e foi derramada por inadvertência numa sala do Sindicato.

férias de verão na União Soviética

visitando:
MOSCOVO * LENINEGRADO * KIEV

CONTACTE O DEPARTAMENTO DE TURISMO, DAS 15 H ÀS 20 H

ASSOCIAÇÃO PORTUGAL-URSS

RUA DE S. CAETANO (À LAPA) 30 — TELEFONE 60 11 99 — 60 10 99

O camarada Álvaro Cunhal visitando o novo Centro de Trabalho

Inauguração do novo Centro de Sobral de Monte Agraço em dia de Assembleia do PCP

O Reforço da Organização pela Defesa da Democracia, lema que se inscrevia no vermelho pano de fundo que se podia ver no cine-teatro de Sobral de Monte Agraço, dominou os trabalhos, que ali se realizaram no passado domingo, da Assembleia da Organização daquele concelho.

Na mesa encontravam-se os camaradas da Comissão Organizadora e ainda convidados, entre os quais se distinguiam o camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido, que no final viria a proferir, de improviso, uma intervenção que publicamos à parte , e outros camaradas do Comité Central e da DORL.

Depois das intervenções de delegados sobre os variados aspectos do trabalho partidário do concelho, aqueles, em número de 87, aprovariam o relatório de actividades apresentado pela Comissão Concelhia cessante e mais tarde elegeram o novo organismo dirigente.

Em nome deste, o camarada Egídio Ribeiro proferiu, no início da sessão pública em que também tomaria a palavra o Secretário-Geral do Partido, uma alocução saudando todos os presentes, mais de um milhar que enchia a sala, vendo-se numerosas pessoas de pé enquanto cá fora cerca de duas centenas de pessoas ouviam, através da aparelhagem sonora, as palavras dos comunistas de Sobral de Monte Agraço.

Prometendo em nome da Comissão Concelhia envidar todos os esforços para o fortalecimento do PCP e trabalhar para que as decisões ali tomadas fossem levadas à prática, o camarada Egídio Ribeiro sublinharia depois a importância do trabalho unitário no concelho, reafirmando o desejo de chegar a acordos com os socialistas locais.

Mais adiante aquele camarada aludiu às dezenas de reuniões que prepararam a Assembleia, fazendo participar centenas de militantes no processo democrático que é a vida do Partido.

Anunciou depois a inauguração do novo Centro de Trabalho, construído e mobilado graças à dedicação dos militantes, e agradeceu publicamente a todos os não comunistas que de várias formas contribuiram para que essa inauguração pudesse realizar-se.

Depois da intervenção do camarada Álvaro Cunhal, que falou a seguir, os Pioneiros foram os primeiros a actuar no Canto Livre que se seguiu. Depois todos os presentes tiveram oportunidade de ouvir José Jorge Letria e Adriano Correia de Oliveira.

Entretanto o camarada Álvaro Cunhal, acompanhado por membros eleitos da nova Comissão Concelhia e pelos convidados do Comité Central e da DORL, dirigia-se ao novo Centro de Trabalho. Situado numa cave, cedida por um camarada, o novo Centro era ainda há pouco apenas o cimento e o entulho. Nesse domingo ao descerrar a lápide que assinala a sua inauguração, o Secretário-Geral do Partido dava início à vida de um novo local para o trabalho e para o convívio dos comunistas de Sobral de Monte Agraço. Salas de trabalho com nomes de dirigentes comunistas — Bento Gonçalves, Alfredo Diniz, Herculano Carvalho, José Miranda — encontravam-se, mercê do trabalho dos militantes e dos amigos do Partido, prontas a funcionar, a reforçar o trabalho do PCP na sua luta por uma vida melhor.

Jaime Serra em Almada: A unidade necessária»

Decorrendo sob o nome da Unidade esta Festa poderia, por isso mesmo, chamar-se, com mais propriedade, Festa da Amizade e da Unidade, afirmou o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC, no discurso que proferiu em Almada, no passado Domingo. E continuou:

Esta Festa simboliza a Unidade que a classe operária propõe, através do seu Partido — o Partido Comunista Português — às demais forças e camadas sociais, a todos os democratas e antifascistas, interessados na defesa e consolidação do processo democrático.

Na verdade, camaradas, no momento que atravessamos, face à ofensiva e arrogância das forças do fascismo e da reacção, esta unidade é mais necessária do que nunca, para barrar o caminho às forças do passado que pretendem a restauração dos seus antigos privilégios e voltar a impôr aos trabalhadores o regime de opressão e exploração derrubado com o 25 de Abril.

E, mais adiante, depois de ter passado em revista os insucessos do Governo e a sua política de cedências à direita, aquele dirigente comunista afirmaria ainda:

A política de recuperação capitalista já demonstrou sobejamente, pelos seus desastrosos resultados, que não se adapta, nem se pode enxertar nas novas realidades económicas-sociais, criadas em Portugal com a Revolução de Abril.

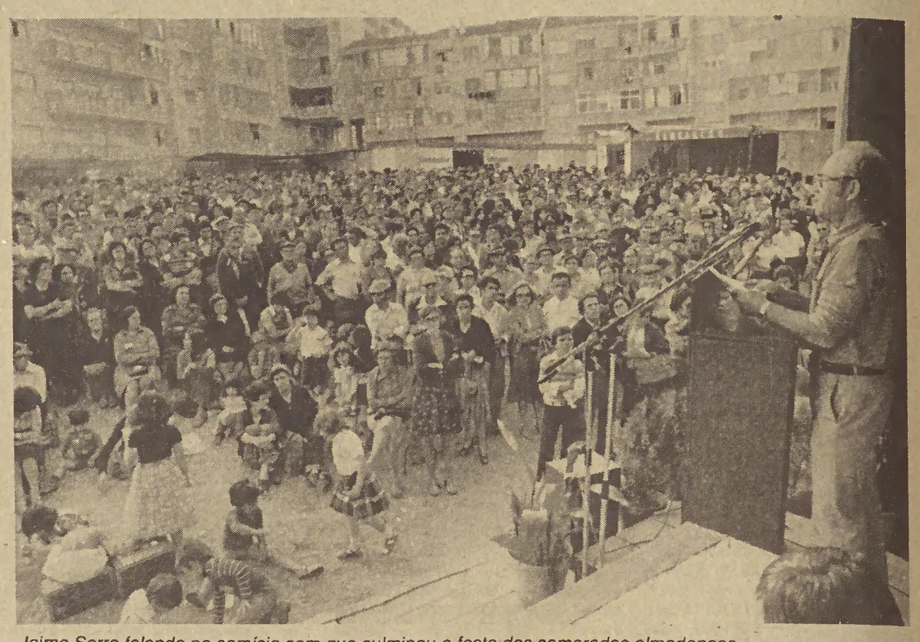
Uma tal política, por mais que gritem os seus responsáveis, não é capaz de fazer sair Portugal da crise e visa pagar aos trabalhadores o preço de todas as dificuldades duma política desastrosa e sem saída, através do brutal aumento dos preços dos géneros, dos artigos e serviços de primeira necessidade, tais como a água, o gás, a electricidade e os transportes; através do aumento do desemprego e da diminuição do salário real dos trabalhadores; através do agravamento brutal das condições de vida de todos aqueles que vivem apenas do seu salário ou das suas magras pensões e reformas.

Virada fundamentalmente para a defesa do grande capital, a política do Governo PS-CDS, agrava cada vez mais a situação económica nacional e o individamento de Portugal ao estrangeiro.

Mais adiante, depois de ter demonstrado a necessidade de lutar, combatendo tanto os reaccionários como os falsos revolucionários, Jaime Serra esclareceu a proposta dos 10 pontos saídos da última reunião do CC. E concluiu:

O PCP aparece cada vez mais aos olhos duma parte considerável do povo português como o Partido cuja contribuição é indispensável para fazer Portugal sair da crise e para resolver os problemas nacionais.

O PCP aparece cada vez mais aos olhos das massas trabalhadoras e do povo como o Partido da Liberdade, da Democracia, da Independência Nacional, do Socialismo.



Jaime Serra falando no comício com que culminou a festa dos camaradas almadenses

A avó também foi à festa

Festa da Unidade Festa da Amizade

Vem Dar Força à Unidade. Este tema, e um vasto programa levou à Festa da Amizade, que se desenrolou em Almada, promovida pela respectiva Comissão Concelhia do Partido, muitos milhares de pessoas.

Diversos grupos de teatro, nomeadamente o TAI e o GATAA, amadores das colectividades do concelho, artistas como José Jorge Letria, Carlos do Carmo e Ary dos Santos, coros como o da Academia de Amadores de Música e o dos Mineiros de Aljustrel, deram animação e cultura aos três dias de festa do passado fim-de-semana.

Durante o comício que se realizou no Domingo, no qual tomaria a palavra o camarada Jaime Serra, a camarada Manuela Pinto Ângelo saudou todos os camaradas que por qualquer modo tomaram parte activa e contribuiram para a realização desta Festa que todos os anos o Partido leva a cabo em Almada. E afirmou:

A aderência verificada à Festa significa que a política do PCP encontra apoio cada vez mais amplo, firme e entusiasta das massas trabalhadoras e das forças democráticas que, em unidade, estão em condições de cortar o passo à conspiração fascista e reaccionária.

Jorge Araújo em Alverca: «Uma política de verdade»

Durante o comício que, integrado na Festa promovida pela organização do Partido em Alverca durante o fim-de-semana passado, se realizou na localidade, no sábado, o camarada Jorge Araújo, do Secretariado do Comité Central, falaria da situação política actual, analisando as consequências da política de direita, exercida pelo Governo contra os interesses dos trabalhadores. E a dado passo, salientou:

Devemos dizer que consideramos necessárias certas medidas de austeridade. Que para salvar a economia portuguesa do desastre, para criar condições para a elevação do nível de vida dos trabalhadores e do povo, para defender a democracia e a independência nacional, são necessárias certas medidas de austeridade.

O PCP tem uma política de verdade e não procura iludir as dificuldades nem cobrir a realidade com demagogia. Mas também afirmamos que a política actual, baseada no sempre crescente agravamento das condições de vida dos trabalhadores e do povo, como forma de reduzir a diferença entre a produção e o consumo, é a austeridade só para os trabalhadores e para as massas populares, exingindo-lhes sempre mais sacrifícios e privações, e em nada atingindo os consumos escandalosos daqueles que vivem das dificuldades, da miséria e da ruína do povo trabalhador.

E mais adiante, o camarada afirmaria:

O PCP sempre denunciou os efeitos ruinosos da política de pacotes impostos pelo FMI contra os interesses do povo e do país, política deliberadamente orientada para a limitação do crescimento da economia nacional, para a abolição das restrições às importações, para as restrições ao crédito bancário; política de consequências desastrosas para os trabalhadores portugueses e também para os pequenos e médios comerciantes e industriais.

Não se limitando a criticar uma política errada e nefasta e a lutar contra ela, o PCP, mantendo a sua atitude responsável e construtiva, sempre apontou como alternativa para a política actual, para a efectiva recuperação económica e a saída da crise, uma política patriótica baseada num grande esforço nacional assente nos recursos do país e na vontade e determinação do povo trabalhador.

Dias Lourenço em Coimbra: «Perigos para a democracia»

A célula do Sector de Saúde de Coimbra promoveu no passado sábado, nas instalações da Faculdade de Letras da cidade, a sua Assembleia, na qual participaram cerca de 140 delegados e mais de duas centenas de convidados.

A Assembleia, onde foi eleito o novo organismo dirigente composto por 15 camaradas, debruçou-se sobre os problemas profissionais e as questões relativas aos problemas de saúde registando-se mais de duas dezenas de intervenções.

Encerrando os trabalhos falou o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central.

Abordando as conclusões e propostas políticas saídas da última Reunião Plenária do CC, o camarada Dias Lourenço referiu os principais perigos que na hora actual ameaçam o regime democrático consagrado na Constituição.

O perigo fascista — disse — **polarizado no eixo «Kaulza-MIRN e Sá-Carneiro-PPD» a que se juntam as forças e elementos mais reaccionários e retrógrados da sociedade portuguesa, que joga na conspiração, pode tornar-se grave se continuarem as cedências à direita e a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista da parte do Governo.**

De facto a política errada e nefasta do actual Governo PS/CDS, não abrindo o caminho a soluções correctas para a crise, atirando para cima das classes trabalhadores o fardo principal, enfeudando cada vez mais a economia e a política externa de Portugal aos monopólios e ao imperialismo, é a mais perigosa abertura para as manobras e as conspirações da extrema-direita pró-fascista. O «presidencialismo» que Kaulza preconiza tornar-se-ia um perigo real se a política de cedências à direita não fosse travada.

O discurso do Primeiro-Ministro na Assembleia da República é positivo pela sua denúncia do perigo fascista — continuou o camarada — **mas as afirmações verbais carecem de materialização prática para serem válidas, e infelizmente o 1.º Ministro ainda não nos habituou à coerência entre as suas palavras e os actos do Governo.**

Um outro perigo que pode tornar-se sério — afirmou ainda — **é o que vem de uma formação de políticas desclassificados como Barreto, Medeiros Ferreira e outros, juntamente com tecnocratas de direita que pretendem forçar uma solução, mesmo por meios anticonstitucionais, altamente perigosa também para a democracia portuguesa.**

Dias Lourenço esclareceu depois a proposta do bloco democrático e patriótico saída da Reunião do CC, salientando que ela se apoia numa grande firmeza de princípios e numa grande abertura onde caibam todos os que se dispõem a defender e a respeitar o regime democrático e a Constituição, trabalhar para uma autêntica recuperação económica do país, na qual os trabalhadores tenham uma participação activa e responsável e para erguer uma barreira à ameaça do fascismo, do terrorismo e do separatismo.

Agenda

Dia 2, Sexta-feira

Tavira, no Centro de Trabalho, reunião de militantes e simpatizantes, com o camarada **Carlos Durão**, membro suplente do Comité Central. ● **Queluz**, às 21 horas, comício nos Bombeiros com a presença de um camarada do Comité Central. ● **Redondo**, às 21 horas, sessão de esclarecimento na Casa do Povo com o camarada **Diamantino Dias.**

Dia 3, Sábado

Arraiolos, às 16 horas, sessão de esclarecimento no quintal do ex-grémio da lavoura, com o camarada **Diniz Miranda**, membro da Comissão Política do Comité Central. ● Pavia (Mora) às 16 horas, sessão de esclarecimento na Casa do Povo com um camarada da Comissão Distrital de Évora. ● **Vale Fuzeiros**, freguesia de Messines (Silves), às 16 horas, sessão de esclarecimento com o camarada **José Vitoriano**, membro da Comissão Política do Comité Central. ● **Poço Dogueno**, (freguesia de Messines) com o camarada **José Vitoriano**, membro da Comissão Política do Comité Central, sessão de esclarecimento sobre situação política. ● **Monte Trigo**, (Portel) festa popular às 21 horas no Salão Paroquial, integrada na Campanha dos 3000 contos. ● **Borba**, Festa da Liberdade, também integrada na Campanha dos 3000 contos, no antigo campo de futebol. À 16 horas, intervenção política com o camarada **Diamantino Dias.** ● **Alçácovas**, a partir das 10 horas, festa popular integrada na Campanha. Às 19 horas, intervenção política. ● **Rosário**, às 21 horas, festa popular. ● **Hortíneas**, (Alandroal) festa popular. ● **Ponte de Sor**, festa popular a partir das 19 horas. ● **Aviz**, (Portalegre) festa popular. ● **Vidigueira**, porta-a-porta. ● **Queluz**, às 14.30, nos Bombeiros, encontro sobre Autarquias e Organizações Populares. ● **Lisboa**, às 10 horas, I Assembleia de Organização da célula da Metalúrgica Duarte Ferreira, na Cooperativa de Braço de Prata. ● **Lisboa**, no Centro de Trabalho Vitória, plenário de Organização de Odivelas com o camarada **Octávio Pato** membro da Comissão Política do Comité Central. ● **Porto**, no Centro de Trabalho de Aníbal Cunha, às 21.30, leilão de ofertas seguido de sessão de cinema. ● **Glória do Ribatejo** (Salvaterra de Magos), às 21 horas, sessão de esclarecimento em que intervirá o camarada **Carlos Pinhão**, do CC, seguindo-se Canto Livre.

Dia 4, Domingo

Lisboa, festa no bairro de Alfama (Largo de S. Miguel), promovida pelo sector público da ORL: "O PCP com as crianças e o povo de Alfama". ● **Faro**, na esplanada do Centro de Trabalho, almoço-convívio às 13 horas, organizado pela célula dos petróleos para a Campanha dos 500 contos. ● **Odivelas**, festa convívio na Barragem. Às 17 horas, intervenção política com o camarada **Carlos Brito**, da Comissão Política do Comité Central. ● **Caldas da Rainha**, no Campo da Mata-Parque das Merendas, grande festa popular.

CAMARADAS FALECIDOS

ANTÓNIO AUGUSTO DO NASCIMENTO — **Alfaite, natural do Porto, com 67 anos de idade, militante do Partido desde há muito, faleceu em Faro o camarada António Nascimento, cujo funeral se realizou em São Brás de Alportel.**

ANTÓNIO CÂNDIDO CALADO — **Operário do Estaleiro Pena de cuja Comissão Administrativa fazia parte, faleceu o camarada Calado, que contava 48 anos e era natural de Ferragude**

HENRIQUE RODRIGUES — **Em 19 de Maio corrente, faleceu o camarada Henrique Rodrigues, que era operário metalúrgico da Fábrica Unalbor, pertencia à célula de Santo António dos Cavaleiros e tinha 47 anos de idade.**

VASCO MANUEL ANDRADE FERREIRA — **Metalúrgico, de 27 anos de idade, faleceu o camarada Vasco Ferreira, militante prestigiado e activista em Torres Vedras, onde residia. Pertencia à célula do Partido da ENO-Mecânica, em Malveira, Mafra.**

FRANCISCO DUARTE DE OLIVEIRA COSTA — **Em 20 de Maio faleceu o camarada Francisco Costa, militante do Partido na célula da Carris, Estação de Santo Amaro.**

JOAQUIM DA ROCHA GONÇALVES — **Vítima de um acidente de trabalho, o camarada Joaquim Gonçalves faleceu na passada sexta-feira. Tinha 23 anos. Era agricultor e militante activo da organização concelhia de Barcelos do nosso Partido.**

Campanhas de fundos para reforçar o Partido

São já várias as Campanhas de fundos que organizações do Partido lançam em regiões diversas e distantes umas das outras. Ora para custear despesas decorrentes da actividade política normal, como no Algarve, ora como no Alentejo para promover a construção de um Centro de Trabalho.

Odivelas também

O Partido tem em Odivelas um Centro de Trabalho provisório, instalado num edifício que vai ser demolido. Por isto os comunistas de Odivelas decidiram meter ombros a uma grande tarefa: a compra de uma casa que, depois de restaurada, será o Centro de Trabalho do PCP na Freguesia.

A Comissão de Freguesia de Odivelas decidiu — e a estas horas já passou à prática —, iniciar uma Campanha de 1200 contos, em 1 de Junho.

Um conjunto de iniciativas de propaganda, culturais, políticas e outras — convívios, festas, desporto — vão arrancar. Brevemente entrevistaremos camaradas de Odivelas que esclarecerão melhor os seus projectos, nos dirão quais as actividades previstas e mesmo o que já foi feito. Há entretanto muito entusiasmo entre os militantes. A Comissão de Freguesia de Odivelas do PCP exorta os democratas, os jovens, as mulheres, todos os trabalhadores à adesão às iniciativas e à sua participação para que a Campanha seja um êxito!

Campanha da DORA

No Alentejo, a Campanha dos 3 mil contos continua. Soubemos entretanto que, por iniciativa de trabalhadores emigrados na RFA, está a proceder-se à venda, entre os núcleos de emigração portuguesa naquele país, de uma rifa para o sorteio de um emblema do Partido, em aço inoxidável. Os fundos destinam-se à construção do novo Centro de Trabalho da DORA.

Aqui vão os resultados alcançados nesta Campanha em 28 de Maio último:

Distrito de Beja: Comissão distrital, 9 721$70; Aljustrel, 67 782$00; Alvito, 8 214$60; Beja; 149 871$90; Castro Verde, 5 952$50; Cuba, 6 350$00; Ferreira, 44 605$70; Mértola, 10 239$00; Moura, 22 568$00; Odemira, 10 220$00; Ourique, 8 765$30; Serpa, 150 908$50; Vidigueira, 26 063$00. Total do distrito, 521 262$20.

Distrito de Évora: Alandroal, 24 654$50; Arraiolos, 52 791$70; Borba, 23 277$50; Estremoz, 32 732$50; Évora, 270 366$50; Montemor, 188 872$10; Mora, 51 172$20; Portel, 18 063$50; Redondo, 26 091$20; Reguengos, 7 117$50; Vendas Novas, 126 977$30; Viana 34 278$60; Vila Viçosa, 34 817$00; Comissão Distrital, 13 200$00. Total do Distrito, 904 412$10.

Distrito de Portalegre: Alter, 4 487$00; Arronches, 667$50; Aviz, 108 633$50; Campo Maior, 106 329$10; Elvas, 2 552$00; Fronteira, 876$60; Monforte, 2 790$80; Nisa, 353$00; Portalegre, 15 102$50; Sousel, 23 396$00; Ponte Sor, 80 390$20; Comissão Distrital, 600$00. Total do Distrito, 346 178$20. Iniciativas da DORA, 48 474$10. **Total geral, 1 820 326$60.**

Como vai a Campanha dos 500 contos

No Algarve, continuam a ter êxito as mais variadas iniciativas que são promovidas no âmbito da Campanha dos 500 contos, meta que não demorará a atingir. Neste momento já foram alcançados **477 643$30!** Vejamos os resultados por concelho:

Albufeira, 47 436$00; Alcoutim, 800$00; Aljezur, 5 109$00; Castro Marim, 1000$00; Faro 131 162$00; Lagoa, 960$00; Lagos, 16 622$00; Loulé, 35 885$00; Monchique, 12 271$00; Olhão, 19 390$00; Portimão, 79 906$00; São Brás, 3 797$00; Silves, 76 409$80; Tavira, 520$00; Vila Real de Santo António, 39 114$00; Vila do Bispo, 2 500$00; CDL, 2 706$50; DORAL, 2 055$00.

Já há 200 contos em Matosinhos

Está a encontrar boa receptividade entre camaradas, amigos e simpatizantes do Partido, a Campanha de Fundos para a compra de um edifício para o Centro de Trabalho da Comissão Concelhia de Matosinhos. Iniciada na segunda quinzena de Fevereiro, na sequência de uma proposta aprovada por unanimidade e aclamação durante a I Assembleia das Organizações de Freguesia de Matosinhos e Leça da Palmeira, realizada em 15 de Outubro do ano transacto, esta importante iniciativa já rendeu 200 contos, estando já assegurada a entrega de mais 300 contos até ao fim do ano.

Entretanto trabalha-se com o propósito de aumentar aquelas importâncias para que rapidamente seja superada uma situação que tanto tem entravado o desenvolvimento da organização do Partido.

No concelho de Matosinhos há actualmente quatro Centros de trabalho — S. Mamede de Infesta, Senhora da Hora, Custóias e Leça do Bailio. Enquanto na zona situada a leste da Via Rápida a situação não é má, o mesmo não se pode dizer quanto à zona oeste onde se situam quatro freguesias com mais de metade da população do concelho e onde não está aberto qualquer Centro de Trabalho, apesar de a influência do Partido estar a crescer acentuadamente. Mais de 60 por cento dos camaradas que aderiram ao Partido na "promoção Conquistas de Abril" residem nesta zona.

Visando alargar a Campanha às largas massas populares e aos democratas do concelho, vai realizar-se no próximo dia 11 do corrente uma grande festa popular que decorrerá durante todo o dia na Quinta de Santiago. A manhã é dedicada às crianças. Depois é a sardinhada ao almoço. De tarde, depois de uma sessão de Canto Livre, realiza-se um comício com a presença do camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC e Presidente do Grupo Parlamentar comunista na Assembleia da República. Em data a designar, está também prevista a realização de um arraial minhoto.

Primeira Assembleia dos Pioneiros do Norte

Uma grande jornada de convívio infantil está marcada para o próximo domingo, dia 4 de Junho, no Palácio de Cristal. A partir das 10 horas, estão programadas diversas manifestações culturais, desportivas e recreativas, desde torneios de minibasquete, minifutebol, corridas, gincana, até pinturas, colagens e projecção de filmes.

À tarde, pelas 15 horas, inicia-se a primeira Assembleia da Organização do Norte dos Pioneiros de Portugal. Às 15.30 actuarão Barata Moura, ilusionistas e palhaços.

As crianças têm no domingo, no Palácio de Cristal, um óptimo ponto de encontro, tanto mais facilitado quando se sabe que, nesse dia, haverá transportes públicos gratuitos para os que tenham mais de seis e menos que 12 anos.

Reunião em Lisboa

Para tratar de alguns problemas de interesse para o nosso Partido, pedimos aos camaradas que vivam na zona da grande Lisboa e que sejam naturais de Trás-os-Montes que estejam presentes numa reunião a realizar na sexta-feira dia 9 de Junho pelas 21 horas no Centro de Trabalho na Rua Soeiro Pereira Gomes (à Rua da Beneficência).

O camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do nosso Partido, participou no sábado passado numa sessão realizada na Brandoa. Numa sala repleta e perante uma assistência interessada, Carlos Brito falou sobre a actual situação política e a alternativa democrática proposta pelo PCP, à luz das decisões da última reunião do Comité Central. Na foto: duas pioneiras entregam a Carlos Brito um ramo de flores

CC da UJC analisa os problemas da juventude

No decorrer da sua última reunião plenária alargada, a Comissão Central da União da Juventude Comunista (UJC) analisou as consequências da política governamental e a acção das forças fascistas entre a juventude. O desenvolvimento da luta e da organização unitária dos jovens trabalhadores-estudantes, a preparação do XI Festival Mundial e o balanço da actividade da UJC foram também aspectos abordados durante a reunião da Comissão Central.

Em relação ao primeiro ponto, foram especialmente debatidos os problemas relacionados com o desemprego juvenil, que tende a agravar-se, e a política de *crescentes limitações no acesso ao ensino.*

Num documento divulgado aos órgãos de Comunicação Social após a reunião, a UJC sublinha que o desemprego juvenil origina uma dramática situação para mais de 300 mil jovens e a perda de milhões de horas de trabalho por dia para o país. Por outro lado, *continua a intensificação das discriminações salariais, o desrespeito pelo princípio constitucional "a trabalho igual salário igual", a não aplicação do salário mínimo nacional e a agudização da repressão patronal e dos despedimentos, designadamente sobre as jovens raparigas.*

O documento da CC da UJC denuncia, em seguida, a política antipedagógica do MEC e os obstáculos que tem levantado à efectiva democratização do ensino.

As crescentes limitações no acesso ao ensino – sublinha a UJC –, além de irem contra as necessidades actuais do país, *demonstram o profundo desprezo votado pelo MEC às dezenas de milhares de jovens que, depois de cada dia de trabalho, estudam com sacrifício nas escolas nocturnas.*

Depois de referir que o Governo se mostra incapaz de empreender *uma acção global e concertada* contra as causas da droga, da criminalidade e das outras formas de delinquência, o documento alerta para as *situações perigosas* que poderão ser originadas pela *intensificação das actividades das forças reaccionárias e fascistas agrupadas em torno da convergência MIRN/PPD.* Nestes sentido, a UJC salienta que, no plano juvenil, *os bancos de caceteiros e neonazis prosseguem impunemente as suas actividades terroristas nos liceus e nas escolas*, e exige que sejam tomadas medidas firmes contra os que, violando a Constituição, lei fundamental do país, *atentam e manobram contra a democracia e a liberdade, conquistadas em 25 de Abril.*

Tal como sublinha o comunicado da UJC, o movimento juvenil unitário regista *novo ímpeto e dinâmica, e alarga a sua actividade e organização* nas empresas, nos sindicatos, nas escolas, nos centros de convívio, cultura e recreio, etc.

Ainda em relação ao reforço do movimento juvenil, é destacado o papel das comissões de juventude nas empresas e sindicatos, organismos que têm desenvolvido um importante trabalho de organização e mobilização dos jovens no âmbito da luta sindical.

O documento analisa ainda a questão da actividade cultural, recreativa e desportiva dos jovens, salientando a necessidade de *coordenar as experiências das diversas estruturas e organizações juvenis* e de desenvolver regularmente jornadas e iniciativas que possam mobilizar a juventude, nomeadamente provas desportivas e acampamentos.

Ao considerar *positivo* o trabalho, até agora realizado no país, de preparação do XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, a Comissão Central da UJC sublinha o entusiasmo com que a juventude portuguesa tem participado nesse trabalho e o espírito democrático, progressista e internacionalista do XI Festival.

Mais adiante, a CC da UJC *saúda as centenas de jovens que aderiram à organização nos últimos meses e exorta todos os militantes a prosseguir na tarefa fundamental de alargar a UJC e transformá-la numa grande organização de massas.*

O documento termina com uma mensagem de confiança:

A CC da UJC está certa de que a jovem geração portuguesa saberá aprofundar a unidade e acção juvenil na defesa do 25 de Abril e das suas grandes conquistas.

A Festa do «Avante!» é nos dias 8/9/10 de Setembro no Vale do Jamor

A foice e o martelo na Festa do «Avante!»

A foice e o martelo cruzam-se desde há muitos anos nas bandeiras do proletariado. São um símbolo da íntima aliança entre a classe operária e o campesinato, tornaram-se no símbolo de luta contra a exploração e a opressão em todos os cantos do mundo, num símbolo de resistência e cada vez mais em símbolo de vitória, por mais difícil que seja.

Onde apareçam, riscados numa parede ou flutuando numa bandeira vermelha, são símbolos que dizem muito aos trabalhadores do nosso país, a quem sempre indicaram o caminho da liberdade e da democracia, são os símbolos do Partido que ao longo de 57 anos lutou, luta e lutará para abrir ao nosso povo as portas do socialismo, para alcançar o comunismo.

Não se trata de mero desenho ou forma abstracta, distante do seu significado, não exprime ideais apagados na memória ou simplesmente introduzidos nos hábitos a ponto de se tornarem ornamento vão. Vivem. Neles se condensam as lembranças de batalhas já distantes no tempo ou de ontem mesmo, apontam e estimulam novas batalhas aos trabalhadores e ao povo.

São os símbolos dos comunistas. Falam do trabalho e da unidade, abrem perspectivas de esperança no futuro.

Que outro símbolo, pois, mais ligado ao Partido e ao «Avante!», escolher para uma iniciativa da festa que os comunistas organizam para toda a gente?

A foice e o martelo, encimadas pelas cinco pontas de uma estrela que indicam a firme política internacionalista proletária dos comunistas, são os símbolos do Partido, inscritos a ouro na sua bandeira vermelha. A foice e o martelo estiveram sempre impressos no «Avante!» desde que, há 47 anos, foi distribuído o primeiro número. Que outros símbolos, pois, para a festa que nos reunirá a muitos outros democratas que partilham os ideais de democracia e de liberdade?

A foice e o martelo foram assim escolhidos para uma exposição que ficará patente durante os três dias da festa do Jamor. Exposição em que todos poderão participar, contribuindo organizadamente ou individualmente para ela. E como?

Quantas mãos os fizeram

A foice e o martelo, símbolos conhecidos mesmo durante os 48 anos de fascismo quando por vezes surgiam na rugosidade de um muro ou impressos no papel fino da targeta, apelando a uma jornada de luta, vieram, no 25 de Abril, por todo o país, a conhecer a luz livre do dia, na manifestação, no comício, na varanda do Centro de Trabalho que abria as suas portas pela primeira vez. Foices e martelos surgiam um pouco por todo o lado, os que foram bordados por mãos apreensivas nas bandeiras escondidas a esperar o dia da libertação, os que já foram recortados por mãos serenas e rápidas para encabeçar as jornadas que aprofundaram o significado do 25 de Abril.

Os trabalhadores aprenderam a familiaridade com a foice e o martelo, puseram-nos ao peito no emblema, junto ao cravo fresco daqueles dias inesquecíveis, no autocolante que ilustrava a organização de uma célula, que promovia um comício, que vitoriava cada conquista.

A foice e o martelo viajaram pelo país fora, a dar-se a conhecer onde os olhos dos trabalhadores nunca os tinham visto. E tomaram as formas e os tamanhos que a imaginação dos trabalhadores, que tomaram esses símbolos como seus, lhes quiseram dar. E tomaram forma nos mais diversos materiais, voando desde o pano, arrancando-se do papel ou da tela, descobrindo-se agora no cartaz, depois no metal de um emblema, na pedra ou no cimento ou no barro de uma escultura. Espalharam-se pelo vidrado de cinzeiros, cintilaram em porta-chaves, adquiriram o relevo da cortiça.

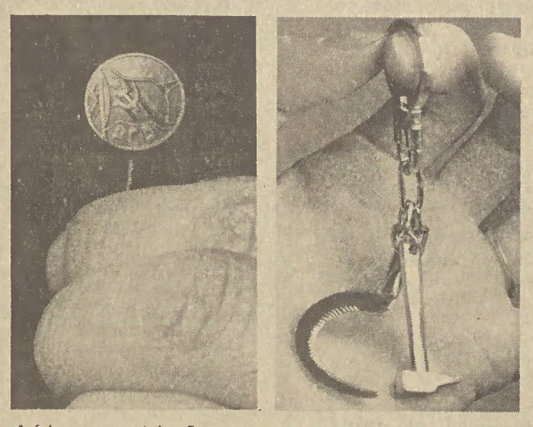
Quantas mãos os fizeram, impossível saber. Mãos de trabalhadores, calosas mesmo de agarrar a foice, de desferir o martelo, mas também outras mãos que os modelaram em barro ou os desenharam finamente, ou os bordaram num lenço.

Na Festa do «Avante!» vamos ver uma exposição que abarque as mais variadas formas desses símbolos, trazidos de todo o país para lembrar que, lá onde se luta e trabalha, no campo e na cidade, no Norte e no Sul, estão os comunistas, ombro a ombro com os outros democratas, estão os militantes da foice e do martelo, ligados às massas, com elas procurando construir uma vida melhor.

Organizações do Partido e camaradas individualmente irão emprestar à Festa os melhores e os mais belos exemplares desses símbolos. Os mais originais e os mais simples. Trata-se de uma iniciativa que vai requerer tempo para organizar. E assim, todos os camaradas que decerto vão responder a este apelo, desde já começam a enviar ou através da sua organização, ou mesmo, individualmente, para a Festa, dirigindo os objectos a emprestar para o gabinete permanente da Festa do «Avante!», no Centro de Trabalho Vitória, Avenida da Liberdade, Lisboa.

Para que não haja mais tarde dificuldade em devolver os objectos emprestados, os camaradas ou organizações que os enviem devem fazê-los acompanhar da respectiva identificação.

A este apelo vão responder muitos. E talvez mesmo, neste preciso momento, uma ideia original atravesse a cabeça de mais um camarada. Porque não fazer, de propósito, para a nossa Festa, uma foice e um martelo, cruzados na matéria que imaginamos? Ou então, por que não ir já a casa daquele camarada que há tempos, num leilão, comprou aqueles símbolos transformados num objecto de arte, que nós tivemos pena de não poder comprar?



A foice e o martelo são uma constante nas actividades e iniciativas do Partido

O acampamento no Jamor será especialmente dedicado aos que participarem nos trabalhos preparatórios da grande Festa

Um acampamento de trabalho

O acampamento do Jamor também vai ser diferente este ano. melhora a sua organização, depois da experiência do ano anterior. Como em todas as actividades, a experiência recolhida ajudou a fixar melhor os objectivos do acampamento e as suas normas de funcionamento. E este acampamento, destinado exclusivamente a servir de apoio e abrigo aos camaradas que têm de trabalhar na instalação, funcionamento e desmontagem da Festa, vai ser um acampamento de trabalho.

Por isso, e porque a sua área é limitada e a lotação das tendas poderá vir a ser considerada esgotada, tem de ser dada prioridade aos camaradas que se deslocam de longe e que, através da sua organização, tenham feito a sua inscrição prévia.

Por outro lado, para além de se prever uma taxa de ocupação diária, por pessoas por tenda ou caravana e por carro, cada camarada do Partido, da UJC, da UEC ou Pioneiro — ou mesmo um amigo que eventualmente acampe, acompanhado e sob a responsabilidade de um militante —, terá de se inscrever na Recepção, independentemente da reserva feita através da respectiva Comissão Distrital.

Um regulamento, que define as normas em que se pode utilizar o acampamento poderá ser consultado através da organização do Partido. Normas para que o acampamento funcione como é característico funcionarem as organizações do Partido, dentro do espírito de amizade e camaradagem que distingue os comunistas. O acampamento faz-se para servir a Festa. Será um acampamento de trabalho.

Uma EP para 3 dias!

A EP já a vimos em Centros de Trabalho e a ser vendida mesmo na rua. Logo nos primeiros dias camaradas houve que se distinguiram na sua tarefa, pelo número de Entradas Permanentes vendidas. Por um lado pelo seu esforço militante, porque não lhes bastou propor apenas a sua compra, mas acompanharam a sua proposta da explicação do que é a EP, do que ela vale, do que ela dá direito. Por outro lado porque encontraram a esperada receptividade da parte das pessoas que abordaram.

Com efeito, com apenas duas festas realizadas, a Festa do «Avante!» já é uma tradição. Já muita gente espera que em Setembro, cada ano, três dias haja dedicados ao convívio e à cultura e à arte.

Os programas, já se sabe, vão ser outra vez novidade. Vai ser sempre cada vez melhor que o ano anterior. É uma regra. E vai também haver a Entrada Permanente, que permite ir todos os dias à Festa, sair sempre que apeteça e voltar a entrar.

Não vamos aqui lembrar todas as virtudes da EP. Mas recordamos que cada possuidor de um cupão de Entrada Permanente se habilita aos brindes que serão sorteados nos dias 2 de Julho, 4 de Agosto e 9 de Setembro!

Tantas vantagens decidiram já muitos camaradas e amigos a comprar a sua EP. E tanto os compradores como os vendedores sabem que mais vale comprar já e o mais depressa possível. Há várias razões para ter pressa. É que se aproximam os sorteios. E é também porque ao gastar hoje o preço de uma EP, é dinheiro que se vai diluindo nos meses que faltam para a Festa. Em Setembro custará menos levar mais algum dinheiro para o petisco, para comprar a lembrança, para adquirir o refresco lá no Jamor. Porque sabem dessas razões, os visitantes tratam de perguntar onde é que há a EP à venda. E porque também as organizações do Partido estão atentas, nos Centros de Trabalho, nas ruas, por todo o lado onde esteja um militante, está sempre uma EP para o amigo que quer ir até ao Jamor, à Festa do «Avante!».

Saudação do PCP aos camaradas de Chipre

Decorreu entre os dias 25 e 28 de Maio o 14.º Congresso, do Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre (AKEL). O nosso Partido esteve representado nos Trabalhos pelo camarada José Bernardino, membro do CC.

O Comité Central do PCP enviou aos camaradas cipriotas uma saudação em que se começa por afirmar:

"Em nome dos comunistas portugueses e certo de interpretar os sentimos da maioria dos trabalhadores de Portugal, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosamente e fraternalmente o 14.º Congresso do Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre e, por intermédio dos seus delegados, todos os comunistas, as forças democráticas e o povo de Chipre.

A estratégica localização da Ilha de Chipre tornou-a ponto cobiçado pelo imperialismo nos seus planos de domínio da região. Os comunistas portugueses prestam sentida homenagem aos patriotas e democratas patriotas de ambas as comunidades caídos na longa, difícil e heróica luta pela independência nacional, contra o jugo colonial britânico, na defesa da soberania e integridade territorial do seu país, contra as agressões e os *complots* do imperialismo.

O Partido Comunista Português saúda a participação determinante que nessa luta heróica tiveram os comunistas cipriotas. O PCP manifesta a sua inteira solidariedade à luta dos comunistas e do povo cipriota contra a ocupação militar turca de 40% do território da ilha, realizada com o apoio do imperialismo note-americano e dos círculos mais belicistas da NATO, pela retirada de todas as tropas estrangeiras da ilha, pelo regresso de todos os refugiados, pela manutenção de Chipre no quadro dos países não alinhados."

Depois de uma referência à situação em Portugal e à luta do nosso Partido, a saudação conclui:

"O Partido Comunista Português, na sua acção, orienta-se simultaneamente pelos interesses do povo português e da nação portuguesa e pelos interesses do movimento revolucionário mundial, segundo os princípios do internacionalismo proletário.

É com profunda satisfação que verificamos que, na luta contra o imperialismo, pela paz e pelo progresso social e o socialismo, os nossos dois partidos se encontram lado a lado, fiéis aos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Fazemos votos para que se desenvolvam e reforcem ainda mais os laços de amizade e cooperação que unem os nossos dois Partidos.

Fazemos igualmente votos para que as decisões do 14.º Congresso do AKEL e a sua ulterior aplicação vos permita dar novos passos em frente na vossa luta corajosa em defesa dos interesses vitais da classe operária e do povo cipriota, pela integridade e soberania nacional do vosso país, pela resolução pacífica do conflito no quadro da ONU, pela paz e pelo socialismo.

Viva o 14.º Congresso do Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre!

Viva o Marxismo-Leninismo e o Internacionalismo Proletário!"

Actividades do Partido

● **Transporte da DORL** — No Centro de Trabalho de Alfama, promovido pelo Sector de Transportes da DORL, realizou-se uma sessão de esclarecimento. Iniciada a sessão com um Canto Livre em que participou Samuel, a intervenção política foi proferida pelo camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central. Após a sua exposição que versou os temas da situação política actual, o camarada Carlos Brito respondeu às muitas e variadas perguntas que a assistência, reunindo cerca de 500 pessoas, lhe fez.

● **Grupo de Estudo na Roménia** — De 21 a 27 de Maio um grupo de estudo do nosso Partido sobre problemas ligados à Zootécnica visitou a República Socialista da Roménia.

A delegação de estudo visitou a Roménia a convite do CC do PCR, no quadro das relações de amizade e cooperação existentes entre o PCP e o PCR. Era composta pelos camaradas António Bruto da Costa e Carlos Augusto Semião de Sousa, médicos veterinários e pelo camarada José Martins Lucas, técnico agrícola e membro da Comissão Distrital de Beja do PCP.

Os nossos camaradas foram recebidos por diversos responsáveis da União Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção e das Uniões Regionais de Prahova, de Dolj e de Mehedinti. Nestes departamentos a delegação visitou diversas empresas e cooperativas agrícolas e industriais.

● **Sessões no Ribatejo** — No passado dia 26 de Maio, em Samora Correia, o camarada Raimundo Cabral, membro do CC, participou numa sessão de esclarecimento que reuniu uma centena de pessoas. Por outro lado, em Salvaterra de Magos, no dia 20, sábado, pelas 21 horas, teve lugar uma sessão de esclarecimento na casa do Povo de São Magos. Estiveram presentes os camaradas Raimundo Cabral, do CC, e Margarida Bento, da DOROR. A sessão reuniu cerca de 70 pessoas.

● **Reunião em Almansil** — No centro de Trabalho de Almansil, pelas 17 horas do passado dia 25 de Maio, reuniram-se os militantes do Partido inscritos naquela Freguesia. Reactivar a actividade do Partido tal era o objectivo da reunião, que discutiu também a questão da reabertura do Centro de Trabalho.

● **Concelho de Cascais** — No dia 24 de Maio o camarada Manuel Pedro, membro do CC, esteve presente na sessão de esclarecimento que, em Cascais, reuniu uma centena de assistentes. Muitas perguntas sobre aspectos essenciais do documento publicado pelo Comité Central, originaram um vivo debate.

Entretanto, no dia seguinte, em Alcabideche, na Mata do Guincho, mais de 100 pessoas partilharam a alegria do convívio do Povo Unido de Alcabideche.

● **Pioneiros** — O grupo Coral dos Pioneiros de Portugal juntou-se ao grupo Praxis, de Vila Real de Santo António, ao participarem numa festa de aniversário da Comissão de Moradores, «19 de Maio», contribuindo para o reforço da organização popular. Foi no dia 19 de Maio, em Castro Marim.

Em vários concelhos do distrito de Setúbal, entretanto, muitos pioneiros preparam, com a ajuda dos pais, a sua trouxa a levar para o acampamento de 9, 10 e 11 do corrente. Muitos camaradas ajudam a realização deste acampamento emprestando tendas e outro material.

Câmara do Barreiro sem verbas à espera que o Governo se disponha ao diálogo

A denúncia das graves dificuldades financeiras com que se debate a Câmara Municipal do Barreiro em consequência do desinteresse e inoperância do Governo Central, nomeadamente o Ministério da Administração Interna (MAI), foi o tema central da conferência de Imprensa promovida na passada semana pelo presidente e dois vereadores daquele município.

Como se salientou na altura, o facto de a Lei das atribuições e competências das autarquias locais só ter entrado em vigor um ano após a tomada de posse daqueles órgãos, sem que as medidas aí preconizadas tenham sido acompanhadas por outras que definissem e reforçassem os recursos técnicos e financeiros das autarquias, de modo a permitirem o cumprimento da própria lei, provocou o aumento da degradação financeira das Câmaras e aumentou a sua dependência do Poder Central, impossibilitando desta forma a satisfação das necessidades primárias e mais urgentes das populações.

O concelho do Barreiro é bem o exemplo dessa dependência: *73% das receitas totais da Câmara, em 1977, foram provenientes de subsídios atribuídos pelo Governo; 95% das receitas das Juntas de Freguesia, no mesmo ano, necessárias ao funcionamento normal das mesmas, foram concedidas pela Câmara.*

De notar que, dado a Câmara não ter sido sequer consultada quanto ao critério que presidiu à atribuição dos subsídios, o seu Orçamento teve de ser elaborado sem conhecimento de 73% das verbas com que poderia contar!

Entretanto, no corrente ano, o município recebeu do MAI apenas quatro mil contos de subsídio para despesas de pessoal, quando, em relação à verba atribuída no ano transacto para o mesmo efeito, deveria receber nesta data doze mil contos. Outro tanto sucedeu com o subsídio para os Serviços Municipalizados – dos treze mil e oitocentos contos correspondentes aos gastos de 77 foram apenas recebidos até à data dois mil novecentos e setenta e dois contos!

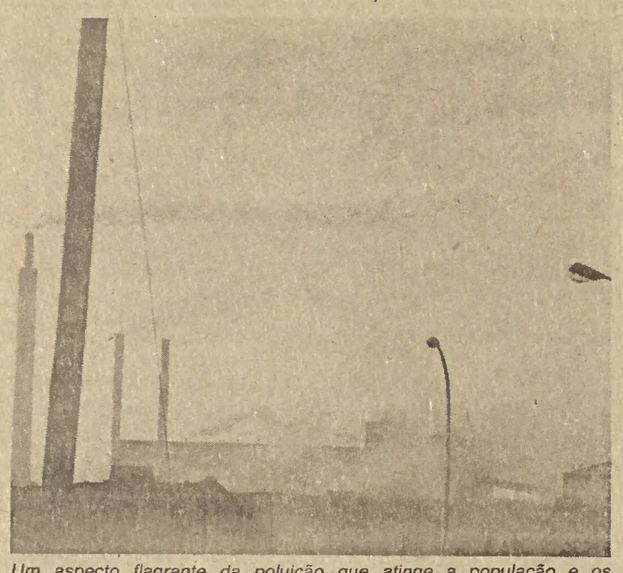
De sublinhar igualmente que desde Agosto passado que não é pago o subsídio de refeição, de setecentos escudos por trabalhador, conforme estipula o Dec.-Lei 305/77, embora a Câmara tenha efectuado pontualmente este pagamento, cujo montante em atraso, por parte do Governo, é já da ordem dos quatro mil e oitocentos contos.

Por último, os responsáveis da Câmara Municipal do Barreiro informaram que as dívidas a curto prazo dos Serviços Municipalizados totalizam setenta e quatro mil trezentos e sessenta contos, vinte mil novecentos e vinte dos quais dizem respeito à parte ainda por pagar dos vinte autocarros adquiridos em 1977.

Que resposta do Governo para tão grave situação?

Preocupada com a degradação financeira dos Serviços, de há muito que a Câmara vem solicitando ao MAI que lhe sejam atribuídas verbas que permitam fazer face às despesas de funcionamento, nomeadamente ao pagamento de vencimentos e a fornecedores, sem considerar o lançamento de qualquer nova obra.

Face ao silêncio com que o MAI "respondeu" às insistências e contactos pessoais entre os membros da Câmara e representantes da Secretaria de Estado da Administração Regional e Local, representantes da Assembleia Municipal do Barreiro, da Câmara, Juntas de Freguesia e Comissão de Trabalhadores da CMB/SM, deslocaram-se ao MAI para, em reunião com o Secretário de Estado, apresentarem os problemas existentes e solicitarem medidas urgentes.



Um aspecto flagrante da poluição que atinge a população e os trabalhadores do Barreiro

Perante esta situação, a única resposta obtida foi a da impossibilidade de serem tomadas medidas imediatas que assegurassem a resolução dos problemas. A Câmara decidiu, entretanto, solicitar ao Governador Civil de Setúbal uma audiência com o ministro da Administração Interna, a quem enviou todos os elementos necessários para avaliar a situação de extrema gravidade em que se encontra.

Até à data, o silêncio continua a ser a única resposta do MAI.

Como poderá a Câmara, nestas condições, responder aos problemas mais prementes, nomeadamente o pagamento de vencimentos do mês de Maio e as dívidas aos fornecedores?

E como responder, por outro lado, aos principais e mais urgentes problemas das populações do concelho do Barreiro, nomeadamente no campo da habitação, equipamento social (escolas, centros sociais, mercados, arruamentos, etc.), águas e saneamento?

Enquanto esta situação se arrasta importa não esquecer que o volume das despesas aumenta com o agravamento dos preços verificados praticamente em todos os produtos. É o caso, por exemplo, do preço de dois carros para recolha de lixo que, comprados em Maio de 78, custaram mais mil e duzentos contos (35%) do que teriam custado na data do primeiro orçamento apresentado pelo fornecedor, em Outubro de 77.

Como o demonstra a gravidade da situação exposta pelos responsáveis da Câmara Municipal do Barreiro é cada vez mais urgente *a saída de uma Lei de Finanças Locais que garanta o exercício da descentralização e da autonomia administrativa das autarquias face ao poder central, ou, na sua falta, que se tomem medidas eficazes e transparentes sobre o modo de financiamento às autarquias.*

Os problemas que afectam o município do Barreiro não são um caso isolado. Muitos outros se encontram já à beira de uma situação de rotura económica. Quem lucra com a manutenção de tal estado de coisas?

A Câmara do Barreiro reafirmou na Conferência de Imprensa a sua *firme disposição de dialogar com o Governo no sentido de se encontrarem os caminhos e soluções que permitam a satisfação das necessidades prementes da população.* Resta saber se o Governo terá a mesma vontade de dialogar. Resta saber se o Governo terá a mesma vontade de resolver os problemas das populações.

Uma vista do Barreiro. Ao fundo a zona industrial, grande concentração de fábricas e de poluição

Governo prevê para 1978 estrangulamento da actividade dos órgãos de poder local

No Programa do Governo PS/CDS afirma-se, na alínea dedicada ao poder local, que *a instituição e consolidação da democracia impôs a existência de autarquias fortes, livres e com autêntica capacidade de decisão, (...) devolveu-lhes o poder político, (...) reconheceu-lhes a faculdade de se administrarem a si próprias, (...) e concedeu-lhes ainda os meios e o poder financeiro indispensável para levarem a cabo a realização dessas atribuições.*

Não obstante o Governo se dizer disposto, no estrito cumprimento da Constituição, a prosseguir esta política e a promover a descentralização, verifica-se que em matéria de finanças as autarquias continuam hoje tão dependentes como antes. E, como é óbvio, a autonomia administrativa, por si só, de nada serve desde que não existam verbas que permitam concretizar as acções programadas.

Num estudo ao estabelecido no Orçamento Geral do Estado para o corrente ano, nomeadamente às verbas previstas para os sectores que mais directamente se ligam com as atribuições e competências dos órgãos de poder local, tais como a habitação, saneamento básico, viação rural, construções escolares e hospitalares, constata-se que, em relação a 77, a capacidade de manobra das autarquias foi substancialmente reduzida.

No sector da habitação, por exemplo, as verbas inscritas no Orçamento de 1978 foram reduzidas, em termos reais, de mais de 30% em relação ao ano transacto. Também a taxa de crescimento prevista para o sector é bastante inferior, dado que dos 11% previstos para o ano anterior passou-se em 1978 para apenas 5%.

A política de taxas de juro aplicada ao sector, por outro lado, agravará ainda mais a já gravíssima situação no campo habitacional, pois embora se anuncie o propósito de "alargamento de promoção pública directa e dos programas do sector cooperativo", o facto é que a contracção de empréstimos se faz em condições muito desvantajosas (as taxas de juro são as normais), obrigando a um esforço financeiro suplementar sem que tal represente um acréscimo da construção.

De notar ainda que o reduzido montante inscrito no Orçamento Geral, aliado ao constante aumento dos preços das matérias de construção, mais não permitirá do que a realização das obras em curso.

No que se refere ao sector das Obras Públicas, a situação é idêntica. Enquanto em 77 a verba inscrita no Plano de Investimentos da Administração Pública (PIAP) para transferências para as autarquias foi de cerca de 6,8 milhões de contos para despesas de capital, de dotações do MAI, MOP, MHUC e Secretaria de Estado da População e Emprego, este ano estão inscritos apenas cerca de sete milhões.

Como facilmente se deduz, nas verbas para comparticipação aos órgãos de poder local o aumento verificado nem sequer compensa a inflação registada em 1977.

De acrescentar ainda que, para além do mais, a previsão do Governo no tocante ao conjunto das despesas de capital das autarquias aponta para *um deficit de cerca de dois milhões de contos!*

Perante tal situação, que mais não representa do que o estrangulamento da actividade das autarquias locais – já em tão difícil funcionamento – cabe perguntar se é assim que o Governo entende que se criam autarquias fortes, livres e com autêntica capacidade de decisão.

Golpe da coligação PS/CDS para impedir a autonomia financeira das autarquias

A aprovação de um regime de finanças locais que garanta a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias e a necessária correcção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau tem sido insistentemente reivindicado de Norte a Sul do país pelos diversos órgãos de poder local.

A subcomissão de trabalho que na Assembleia da República vem há cerca de um ano preparando para a discussão na especialidade o projecto do PSD e a proposta do Governo sobre finanças locais (o projecto do PCP foi rejeitado pelo plenário da Assembleia), nunca encontrou, junto dos organismos oficiais a que teve de recorrer, grande pressa para a conclusão de tão importante assunto.

Foi tanto assim que, por exemplo, quando teve de recorrer segunda vez ao Ministério das Finanças solicitando documentos relativos a contribuições e impostos, a referida subcomissão esperou tanto tempo pela resposta que não chegou que se viu obrigada a terminar o seu trabalho sem esses dados. Também o parecer solicitado aos Ministérios da Administração Interna e das Finanças sobre o anteprojecto de 124 artigos que resultou do trabalho de conciliação e obteve o consenso dos deputados, continua até hoje por ser dado.

Não pode pois deixar de causar estranheza o repentino afã do CDS que, por intermédio de Lucas Pires, não só põe em causa todo o trabalho da subcomissão como, a pretexto de que a Assembleia não terá tempo de discutir os 124 artigos, decidiu apresentar um novo projecto da sua autoria, com dezasseis artigos.

Para além de tudo isto se passar em Maio, quase um ano passado sobre o trabalho da subcomissão formada para apreciar e conjugar as propostas para a lei das finanças locais, há a salientar o manifesto desrespeito que esta atitude do CDS representa para o Parlamento, dado que se propõe para debate na especialidade uma matéria não aprovada em plenário.

Não menos estranho é que o projecto de Lucas Pires, rejeitado pelo PCP e PSD, tenha desde logo merecido o apoio do PS.

A manobra não podia ser mais clara. A poucos dias do termo da actual legislatura da Assembleia da República, CDS e PS propõem-se fazer aprovar uma lei de finanças locais que dê ao Governo plenos poderes para regulamentar a distribuição de verbas às autarquias, no mais completo desrespeito pelos princípios consagrados na Constituição. Desta forma, PS e CDS procuram impedir a descentralização do poder, a correcção das desigualdades, a verdadeira autonomia financeira dos órgãos de poder local.

As autarquias que por todo o país têm exigido a aprovação de um regime de finanças locais saberão dar a devida resposta a tal golpismo. Não é uma qualquer lei de finanças locais que se reclama, mas sim uma lei que respeite o consagrado na Constituição.

Que critério usa o Governo na distribuição de verbas às autarquias locais?

Segundo a Lei 20/78, de 26 de Abril, que aprova o Orçamento Geral do Estado para o corrente ano, o Decreto-Lei que define o plano de distribuição de verbas às autarquias, por parte dos diversos Serviços do aparelho central, devia ser publicado até ao dia de ontem. Como lamentavelmente já vem sendo habitual, o Governo violou uma vez mais o prazo estabelecido na lei, não se sabendo quando sairá o referido decreto.

Este facto, juntamente com a indefinição dos critérios que devem presidir à distribuição de verbas, permite que se continue a ignorar as razões (que até poderão ser válidas) por que foram atribuídos em 1977 aos Serviços Municipalizados de Coimbra cinquenta e sete mil contos para despesas de pessoal, enquanto os Serviços Municipalizados do Barreiro receberam apenas cerca de sete mil; ou por que motivos, já este ano, os Serviços de Transportes Colectivos do Porto receberam setenta e quatro mil contos para pagamento das dívidas à Previdência e, bem recentemente, a Câmara de Coimbra (de novo) embolsasse oitenta mil contos como empréstimo para a compra de autocarros e sete mil quinhentos contos a fundo perdido para aumento da produtividade dos Serviços, enquanto aos Serviços Municipalizados do Barreiro não foi concedida autorização para contrair um empréstimo de trinta mil contos, solicitada em 1 de Julho de 1976 e destinada à aquisição de vinte autocarros.

Desconhece-se também porque não foi ainda concedida à Câmara do Barreiro uma verba de cinco mil e oitocentos contos, pedida à Secretaria de Estado dos Transportes, para investimentos com infra-estruturas de longa duração, a efectuar nas instalações oficinais, e que visam melhorar a operacionalidade dos serviços prestados à população.

Não se sabe igualmente por que razão a Câmara Municipal de Vila França de Xira recebeu nos primeiros quatro meses deste ano apenas metade da verba recebida em igual período do ano passado, vinte e seis mil contos contra cinquenta mil em 77. Refira-se que, destes vinte e seis mil contos, vinte e quatro mil são para gastos de pessoal.

Para além da pergunta inevitável sôbre o que poderá fazer uma autarquia desde que não possua verbas, uma outra se coloca:

– Os casos conhecidos até à data de disparidade nas verbas concedidas pelo Governo, beneficiam as Câmaras onde o PS domina. Simples acaso ou favoritismo?

Na ausência de um critério de distribuição de verbas perfeitamente definido, o Governo actua como bem lhe apraz. Até prova em contrário, é lícito pensar que ao Governo apraz cilindrar – como os casos de Vila Franca e Barreiro claramente exemplificam – as autarquias geridas pelos comunistas e seus aliados.

O poder local, cuja autonomia administrativa e financeira a Constituição consagra, não pode estar dependente dos favores e desfavores do poder central. Não bastam as declarações de intenções que o senhor ministro da Administração Interna não se cansa de repetir, quando na prática os interesses partidários continuam a sobrepor-se ao interesse das populações.

AM de Aljustrel preocupada com a demora dos financiamentos

No decorrer da sua última reunião, a Assembleia Municipal de Aljustrel decidiu manifestar aos órgãos centrais a sua preocupação pela demora dos financiamentos para 1978. Tal como foi referido na altura, a falta de verba prejudicará a acção do município e, assim, todos os habitantes da zona.

A reunião decidiu ainda aprovar com a Câmara Municipal e o Conselho Municipal uma moção de repúdio pela autorização do regresso do ex-almirante Américo Tomás.

«Por falta de indicação», o representante dos industriais no Conselho Municipal será substituído por um representante da Comissão Concelhia de Reformados, tal como foi aprovado na sessão.

Entretanto, também durante a sua primeira reunião, recentemente efectuada, o Conselho Municipal de Aljustrel constituiu a respectiva mesa, eleita pelos membros daquele organismo. Assim, ficou a presidir à mesa o representante dos Serviços de Saúde e Assistência. Os dois secretários eleitos representam as Comissões de Moradores e o Sindicato das Indústrias Mineiras do Sul.

Parque Natural da Serra de Portel

Com o objectivo de valorizar o património natural e cultural da região alentejana, está prevista para breve a assinatura de um convénio entre o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico e o Instituto Universitário de Évora.

Por um lado, o Serviço Nacional de Parques tem em vista a protecção do património cultural e natural das paisagens nacionais, protecção essa que terá de se concretizar na criação de parques, reservas naturais, etc.

Por outro lado, o Instituto Universitário de Évora está empenhado na promoção de estudos, planos, programas e projectos na perspectiva da formação dos seus docentes e alunos, e da valorização social e cultural das populações da área.

A cooperação entre aqueles dois organismos dará brevemente o seu primeiro resultado: o projecto de caracterização, definição e estudo prévio de ordenamento do Parque Natural da Serra de Portel.

Assembleia de Freguesia do Barreiro

Durante uma reunião efectuada recentemente, a Assembleia de Freguesia do Barreiro aprovou por unanimidade uma proposta em que aceita a doação, pela firma «Marbol», de um andar onde funcionarão as suas novas instalações e os serviços da Junta de Freguesia.

A reunião aprovou ainda um documento onde se expressam algumas alterações ao regimento e à demarcação das áreas de actuação das Comissões de Moradores.

A Assembleia de Freguesia manifestou, por unanimidade, o seu firme repúdio pela autorização do regresso do último presidente da ditadura fascista.

Por outro lado, foi analisada a situação da Câmara Municipal, tendo sido expresso pela Assembleia o seu apoio ao executivo do concelho.

Entretanto, os trabalhadores da Câmara e Serviços Municipalizados do Barreiro aprovaram recentemente, por unanimidade e aclamação, uma moção em que «apoiam firmemente a administração na gestão da autarquia» e se mostram dispostos a prosseguir o «caminho difícil mas verdadeiro de uma gestão democrática, ao serviço dos trabalhadores, da população e do País».

Na mesma moção, os trabalhadores referem-se às dificuldades que a Câmara atravessa «face ao boicote do Governo da coligação PS/CDS».

Central nuclear de Sayage (a 12 km de Miranda do Douro) lesará a população duriense

Deve entrar em funcionamento em 1982 a central nuclear de Sayage, situada a 12 quilómetros de Miranda do Douro, que se integra num plano que prevê a construção de mais duas centrais nucleares, junto dos rios Tejo e Guadiana e nas proximidades do nosso País. Perante esta situação, que está a provocar preocupações e alarme na população duriense, as Comissões Distritais de Vila Real e de Bragança do nosso Partido divulgaram um comunicado conjunto.

Caso o governo espanhol persista na construção da central de Sayage, graves prejuízos resultarão para a região duriense, duramente atingida pela poluição atmosférica e fluvial que modificará as suas condições ecológicas. Como salienta o documento do PCP, **estaria comprometida a cultura da vinha nas margens do rio Douro e a produção do vinho do Porto, a maior riqueza da região; não seria possível abastecer com a água do rio Douro muitas povoações, como está planeado (...); estaria comprometida a segurança da população que, em caso de acidente, seria afectada por radiações radioactivas.**

Apoiando a posição das Câmaras Municipais do sul do distrito de Vila Real, que reclamaram publicamente do Governo uma intervenção para **salvaguardar os interesses da região**, o comunicado do PCP considera que o silêncio do Governo e das Câmaras Municipais do sul do distrito de Bragança **compromete a economia do País e o bem-estar do povo da região do Douro.**

Depois de interrogar – **o que leva o Governo português a não tomar uma atitude?** –, o documento pergunta: **Será o facto de a central de Sayage ter sido fornecida e administrada pela «Westinghouse», uma empresa americana, e não querer hostilizar os monopólios nucleares, desejosos de escoar a produção para países económica e politicamente dependentes? Será para não dar razão aos que se opõem à instalação da central de Ferrol, em Peniche?**

Depois de reiterarem a posição dos comunistas portugueses face à instalação de centrais nucleares no nosso País, a que sempre se tem oposto, as Comissões Distritais de Vila Real e de Bragança consideram inadmissível a posição governamental, reclamam uma tomada de posição do Governo para evitar uma situação de facto consumado e apelam **a todos os durienses para que manifestem o seu repúdio pelo desinteresse que o Governo vem demonstrando em relação a tão perigoso empreendimento,** situado a meia dúzia de metros da nossa fronteira.

Escândalo das sementes importadas: O País está a suportar a incompetência de Barreto

Da incompetência do ex-ministro Barreto muito se falou. Da incompetência do ex-ministro Barreto muito o país suportou. Da incompetência do ex-ministro Barreto muito suporta ainda e suportará a economia nacional e o povo trabalhador. Senão vejamos: – De quem, em última análise, a responsabilidade da importação de sementes, originárias de países nórdicos, que tudo leva a crer não terem sido analisadas nem experimentadas antes de distribuídas a produtores e a unidades colectivas?

– De quem a responsabilidade do desastre das sementeiras realizadas com estas sementes importadas que não se adaptam às nossas condições climáticas, que germinaram mal, apresentando-se ralas, muitas nem sequer dando grão?

– De quem a responsabilidade dos prejuízos vultosos que se estão a verificar, as searas perdidas, as colheitas que se não farão, prejudicando gravemente o esforço de sementeiras que foi intenso na zona da Reforma Agrária?

– De quem a responsabilidade da situação aflitiva de tantos e tantos pequenos e até médios agricultores que não irão colher sequer um grão, famílias de camponeses que envolveram os seus parcos recursos nas sementeiras e agora ficam de mãos vazias?

– De quem a responsabilidade pelas indemnizações que necessariamente o Governo terá de conceder face aos prejuízos causados pela incompetência do ex-consulado de Barreto e Portas no MAP?

Esforço dos trabalhadores boicotado pela incompetência

Ao contrario do que afirma a chamada Federação das Associações de Agricultores do Alentejo, braço da CAP e tentáculo da reacção no Sul, **as áreas das sementeiras de cereais são, este ano, muito superiores às do ano passado.** Assim, **em relação às sementeiras de 1976, verificou-se um acréscimo de 54% quanto ao trigo de Inverno, de 17% e de 35% quanto às sementeiras de centeio e aveia e de 29% e 28% relativamente à cevada e à fava.** Descendo à caracterização por distrito, revela-se o imenso esforço produtivo dos trabalhadores da zona da Reforma Agrária. Por exemplo, **quanto ao trigo de Inverno, em Évora semeou-se mais de 110%, em Setúbal mais 10%, em Beja, mais 54% e em Portalegre mais 56% do que em 1976.**

"Trabalhámos dia e noite como uns negros, não poupámos feriado ou domingo e agora olha-se para as searas feitas com sementes da EPAC e onde está o resultado do nosso esforço?"

Esta a queixa mais ouvida, o lamento mais repetido pelos trabalhadores das UCPs. Onde o seu esforço se afirmou de uma maneira patriótica, onde a luta por maior produção foi encarada como parte fundamental da batalha pela defesa da Reforma Agrária e da democracia, veio a incompetência de Barreto (seria só a incompetência?) e sabotou, veio mais uma vez a mão que comandou tantas reservas ilegais, que foi instrumento de tanta recente repressão na zona da Reforma Agrária, a mão que ordenou cortes de crédito, que anulou qualquer forma de apoio financeiro e técnico do MAP, a mão de Barreto amparada pela reacção, sustentada pela CAP, desejada, agora abertamente, pelo "Diabo" e outros órgãos da extrema direita.

Mas onde a mão de Barreto quis destruir, onde a incompetência de Barreto causou prejuízos de monta que serão mais uma vez sofridos pelo povo, mantém-se a força dinâmica dos trabalhadores, a sua vigilância revolucionária porque do avanço da produção souberam eles fazer também um objectivo da Revolução. E se a força dinâmica dos trabalhadores os fará ultrapassar um ou outro desânimo momentâneo e natural perante o fracasso de tanto esforço envolvido, e continuar, com maior determinação ainda, a luta encetada, a vigilância revolucionária impediu já que se possa falar de desastre pleno, ainda que o ano agrícola seja mau (e aqui também o mau tempo não ajudou nem está a ajudar). Mais, **a vigilância revolucionária dos trabalhadores impediu que os resultados na zona da Reforma Agrária sejam tão maus quanto o serão nas demais regiões do país.**

Isto porquê?

A previsão das UCPs obstou a maiores danos da incompetência

Enquanto o pequeno agricultor por força das próprias dificuldades que enfrenta, agravadas desde o VI Governo Provisório, não pôde guardar sementes da anterior produção e as entregou totalmente para com o dinheiro recebido tratar das sementeiras, algumas UCPs tiveram o cuidado de reservar parte das sementes produzidas pensando nas sementeiras de Outono prevendo que o MAP as entregaria a más horas (mas jamais prevendo que entregava sementes totalmente inadaptadas ao nosso clima). **Nos casos das searas feitas com sementes que as UCPs tinham em reserva, e que infelizmente constituem uma diminuta parcela no total da área semeada, o estado das searas é muito mais desenvolvido embora o mau tempo tenha impedido um maior grau de germinação. Fundamentalmente nas terras altas menos atingidas pelas chuvadas, o estado destas searas não é desfavorável. Igualmente, e como resposta para todos visível, às calúnias da reacção, as poucas sementeiras feitas com sementes soviéticas são as que se apresentam em bom estado vegetativo, sendo de esperar boas produções.**

Mas a vigilância revolucionária dos trabalhadores, o seu empenhamento em avançar com a produção proporciona ainda uma contrapartida noutro ângulo da produção: a pecuária. Se o Governo intervir eficazmente, o esforço investido pelos trabalhadores neste sector – esforço que não foi maior porque o Governo deixa sistematicamente sem apoio financeiro projectos de investimentos – permitirá contrabalançar o mau ano agrícola, nomeadamente da produção de cereais. **Assim, tomando como termo de comparação o período de Janeiro de 1976 a Janeiro de 1977, o aumento de gado abatido (toneladas), de Janeiro de 1977 a 1978, foi de 37%, verificando-se ainda um acréscimo de mais de 19% na produção de ovos e de cerca de 18% na carne de frango.** Mas ainda aqui e até ao momento presente se verifica que o esforço dos trabalhadores aproveita, fundamentalmente, a meia dúzia de grandes intermediários: os preços mantêm-se baixos na produção enquanto o consumidor paga estes produtos cada vez mais caros, indo as diferenças encher as bolsas do parasitismo intermediário.

Apesar de tudo isto, das consequências nefastas da incompetência de Barreto, da sua sanha destruidora, apesar de tudo o que de Barreto permanece após a sua saída do Ministério da Agricultura, apesar da ineficácia do Governo, apesar das ambiguidades e evasivas, os trabalhadores estão dispostos a continuar o diálogo com os novos responsáveis do MAP, desde que tal diálogo "não seja condicionado, por pressões do PSD, do CDS e da CAP e que nele sejam consideradas as propostas dos trabalhadores".

Deste diálogo, a manter-se nestas condições, poderão resultar benefícios que fundamentalmente se reflectirão na economia nacional e na vida de todo o povo trabalhador. Daí as fortes pressões das forças reaccionárias no sentido de substituir uma política de diálogo pela política de violência que foi praticada por Barreto. Política de violência que não pôde quebrantar a vontade das massas trabalhadoras em defender a Reforma Agrária.

Quantas famílias de pequenos agricultores que investiram os seus parcos recursos nas sementeiras, ficam agora de mãos vazias? Este mais um resultado da incompetência de Barreto...

Graças à vigilância dos trabalhadores, à sua capacidade de previsão, na zona da Reforma Agrária, os prejuízos causados pela incompetência de Barreto, apesar de profundos, são os menos graves de todo o país

No Couço trabalhadores dão o exemplo: Não aos salários especulativos! A cortiça não ficará na árvore!

Através de uma ampla acção de esclarecimento em diversas zonas, a União das Cooperativas do Couço conseguiu travar a tendência para a exigência de salários especulativos neste período de tiragem da cortiça. Alertados, através de diversos plenários, para os riscos que os salários especulativos trariam a UCPs e Cooperativas Agrícolas, todas elas já envolvidas em diversas dificuldades que vão desde a perda de parte das searas, por incúria da EPAC e pelo mau tempo, aos cortes de crédito e ao avizinhar de novas reservas, os trabalhadores da região do Couço souberam corresponder com um firme espírito de classe, com uma afirmação inequívoca de unidade na defesa da Reforma Agrária.

Desde que todas as Unidades Colectivas e Cooperativas da região pratiquem os mesmos salários, a cortiça não ficará por tirar! Esta a posição unânime dos trabalhadores esclarecidos sobre a inviabilidade prática das UCPs e Cooperativas satisfazerem salários, aliás de especulação, soprados pelo inimigo que deseja voltar trabalhadores contra trabalhadores no seio das herdades colectivas, que anseia pelo estrangulamento económico destas, abalando assim o edifício da Reforma Agrária e provocando o desemprego em largas camadas de trabalhadores dos campos. Não é, de modo nenhum, por acaso que, neste momento, em todas as regiões de produção de cortiça do país, e particularmente em certas zonas do Ribatejo e no Alentejo, surgem agrários a oferecerem 750$00, 800$00 e até mais de 1 000$00 diários aos tiradores de cortiça procurando desviá-los das unidades colectivas e cooperativas, procurando impossibilitá-las de extrair a cortiça, importante fonte de receita de tantas delas, e em muitos casos quase a decisiva fonte de sobrevivência. São os mesmos agrários que hoje sopram os salários especulativos, aliados à direita e a sectores esquerdistas, que lutam afanosamente por reservas, cuja concretização, nos moldes requeridos, traria, segundo cálculos optimistas do engenheiro Carvalho Cardoso, porta-voz do CDS junto do MAP, um volume de desempregados da ordem das 15 mil pessoas! São os agrários que acenam hoje com grandes salários aos trabalhadores, os mesmos que, mais tarde, se recusarão a dar trabalho aos que, iludidos, quebrarem as fileiras das UCPs sacrificando ao ganho imediato o emprego seguro nas herdades.

No Couço, os trabalhadores souberam corresponder ao esforço esclarecedor da União das Cooperativas da freguesia. Assim, no Couço, durante o período da cortiça, os tiradores irão receber em todas as UCPs o salário mensal de 7 500$00. Deste modo, os trabalhadores do Couço dão o exemplo a todas as outras regiões e assumem o seu compromisso perante todo o país: **a Cortiça não ficará nas árvores!**

Comercialização da cortiça: A luta continua!

A suspensão do Decreto-Lei 260/77 e das portarias complementares que pretendem regulamentar a comercialização da cortiça continua a ser uma palavra de luta para os trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas. No Plenário Distrital de Évora das Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas Agrícolas reunido recentemente em montemor-o-Novo, foi decidido por unanimidade que:

«— Caso se não verifique a reivindicada suspensão, cada Cooperativa deve decidir se vale ou não a pena comercializar a cortiça em condições que não nos garantam o recebimento da receita respectiva;

— As UCPs e Cooperativas Agrícolas só devem vender a cortiça desde que tenham assegurado o recebimento do respectivo valor. A cortiça só deve sair das Cooperativas desde que previamente lhes tenha sido entregue o dinheiro respectivo.

— As UCPs e Cooperativas devem estar atentas aos preços de especulação dos grandes monopolistas, como os Amorins, cujo objectivo é liquidar a concorrência das pequenas e médias empresas, para a seguir dominarem completamente o mercado.

— Nenhuma UCP ou Cooperativa deve vender a cortiça na árvore.

Os Secretariados Concelhios e os Sindicato devem orienter a luta em cada concelho e devem mobilizar as Cooperativas para exigir a suspensão da lei da cortiça feita pela parelha Barreto e Portas.

É necessário que as pequenas a médias empresas e os seus trabalhadores se organizem e lutem, também, para que a legislação em vigor seja suspensa.

— Chama-se a atenção de todos os trabalhadores para a oferta de salários especulativos aos tiradores de cortiça, feita pelos grandes agrários e negociantes, cujo objectivo visa divir-nos, enfraquecendo a nossa unidade e liquidando a Reforma Agrária.

É preciso que o problema da tiragem da cortiça seja debatido nos plenários das Cooperativas e que, em cada concelho, se encontrem orientações comuns».

É necessário que os CRRA paguem as dívidas da cortiça

Relativamente às medidas a tomar em conjunto, de modo a evitar que as tentativas de divisão dos trabalhadores resultem, o Plenário Distrital de Évora decidiu:

«Tirador que saia da Cooperativa sem a cortiça estar tirada e sem autorização do plenário não deve ser autorizado a voltar enquanto não houver necessidade de trabalhadores e sem que novo plenário o decida.

«Quanto aos salários devem-se ter em conta as diferentes situações de zona para zona e até de cooperativa para cooperativa: onde for essa a decisão de todos os trabalhadores os tiradores podem tirar a cortiça pelos salários normais. Onde tal não for decidido podem-se pagar salários um pouco mais elevados mas não permitindo salários de especulação.

«É preciso pôr novos tiradores a aprenderem a tirar cortiça e apela-se a que as UCPs e Cooperativas de cada concelho coordenem entre si a tiragem da cortiça com o objectivo das Cooperativas que tenham tais tiradores disponíveis poderem cedê-los a outras que necessitem, em condições a acordar.

«Por outro lado é necessário que os antigos CRRA paguem as dívidas da cortiça entregando às Cooperativas dinheiros que estão ilegalmente retidos, como é o caso, entre outros, da Cooperativa Sol Nascente de Vendas Novas.

Denuncia-se o facto de a Santa Casa da Misericórdia, por vezes com a conivência de funcionários dos antigos CRRA, estar a fazer contratos ilegais de venda de cortiça de herdades que estão expropriadas e integradas nas Cooperativas. Não se aceitará tal facto sem luta».

Os salários especulativos não vingarão! A cortiça não ficará nas árvores!

O CAE deve ser urgentemente reaberto

O Crédito Agrícola de Emergência mantém-se cortado a mais de 100 UCPs. A esta situação que afecta seriamente a actividade produtiva, acrescenta-se o facto do Estado não pagar as suas dívidas às unidades colectivas, de continuarem retidos nos CRRA dinheiros dos trabalhadores e a ausência de transferência do CAE para crédito a médio e a longo prazo das verbas utilizadas em investimentos. Continuam igualmente por saldar as indemnizações pela peste suína africana e também significativa parte dos subsídios de motomecanização. Esta situação foi denunciada na recente Conferência de Imprensa dos Secretariados das UCPs e Cooperativas Agrícolas, na qual os trabalhadores concluíram:

«Nós entendemos que as dívidas existentes devem ser pagas. Mas também é necessário que o Estado honre os seus compromissos; que se tenha em conta as consequências para a produção dos cortes arbitrários de crédito (alguns deles por represália política), e que cada caso seja analisado um por um no sentido de se encontrarem soluções que defendam os interesses da Economia Nacional.»

Desenvolver a organização das UCPs

Outra das importantes conclusões do plenário de 500 representantes das UCPs e Cooperativas Agrícolas do Distrito de Évora, diz respeito ao desenvolvimento e melhoria da organização das unidades colectivas. Consideram os trabalhadores que «sem vida democrática e sem um funcionamento regular dos órgãos das Cooperativas, tal como estão previstos nos Estatutos, não é possível manter a unidade interna e a coesão das cooperativas e dos trabalhadores; não é possível prosseguir com a Reforma Agrária. Hoje, na actual situação da Reforma Agrária, as tarefas que se nos colocam são bem mais complexas do que na fase inicial da vida das cooperativas. Trata-se de administrar e de gerir colectivamente, sem apoio do Estado e, muitas vezes, até enfrentando a sua hostilidade, vastas áreas de milhares de hectares e organizar o trabalho de centenas de trabalhadores-cooperantes.»

Camponeses contra a poluição

No Encontro da Lavoura numa das moções aprovadas, foi interpretado o sentimento geral de muitos pequenos e médios agricultores contra a poluição que «põe em perigo a saúde das populações, destrói as culturas, provoca doenças nos animais», constituindo, em suma «fonte de destruição, de doença e de miséria». Chamando a atenção «das autoridades governamentais para os graves prejuízos e malefícios que diversas indústrias provocam com a poluição»; alertando «para o perigo para a saúde pública e para a produção agrícola que a mesma representa», os agricultores exigiram, no Encontro da Lavoura:

«1.º — Justas indemnizações para os agricultores que vêem a sua produção agrícola e animal destruída ou diminuída devido à poluição; 2.º — que essa indemnização não seja apenas para compensar uma ou outra produção mas que cubra todo o estrago produzido nas terras e que se poderá reflectir nas produções futuras; 3.º — que as indústrias sejam obrigadas a adoptar todas as medidas que anulem ou pelo menos limitem a sua acção poluidora; 4.º — que sejam estudados e executados planos para a recuperação das terras e rios contaminados ou empobrecidos.»

Searas destruídas por descarga de barragem

— Searas de tomate destruídas, motores, alfaias agrícolas e pequenas barragens de terras arrastadas, eis o resultado de uma súbita descarga da barragem do Roxo em Aljustrel. Centenas de contos de prejuízos atingiram assim agricultores de Junqueiros e Montes Velhos que reivindicam ser indemnizados pelas perdas sofridas.

Comunistas da Carris na UCP "25 de Abril"

Cerca de 42 trabalhadores da célula do PCP na Carris visitaram, no passado dia 20, a UCP "25 de Abril" para se inteirarem mais profundamente dos reais problemas que actualmente os trabalhadores da Reforma Agrária enfrentam.

Jornada de convívio e de solidariedade, esta iniciativa dos comunistas da Carris constitui mais um poderoso contributo à unidade entre trabalhadores da cidade e do campo irmanados na mesma vontade firme de fazer avançar a democracia.

Câmara de Gondomar não ouviu os lavradores

A Câmara Municipal de Gondomar decidiu a expropriação de terrenos no lugar de Gândara. Esta decisão, tomada de acordo com o plano habitacional para 1978, a ser levada à prática corresponderá à eliminação de terrenos férteis e conduzirá os agricultores que os trabalham à ruína. Apesar de existirem a meias com as terras expropriadas outros terrenos de bouça onde não há inconveniente em construir, apesar do protesto dos agricultores e da população e do desacordo de vereadores da FEPU, a Câmara Municipal de Gondomar não voltou ainda atrás com uma decisão de graves consequências económicas e sociais.

Rádio Moscovo

transmite para Portugal

3 vezes por dia

Das 19.30 às 20.30; das 20.30 às 21.30 e das 22 às 23 horas, em 25, 31, 41 e 49 metros

A formação ideológica tarefa de todo o militante

Temos de responder, no campo político e ideológico, às massas populares, aos trabalhadores e ao país.

"A democracia portuguesa necessita de um forte movimento da juventude, como grande movimento de massas, polarizado em torno dos interesses e aspirações da juventude e dos grandes ideais do povo português na hora actual e inserido, como um verdadeiro exército de energias renovadoras, na construção da democracia portuguesa rumo ao socialismo.

"Um tal movimento depende em parte decisiva do reforço da UJC e da UEC, da sua justa orientação política, do melhoramento da direcção, do reforço orgânico, do melhoramento da propaganda, do trabalho ideológico, da adopção de justas formas de actividade." (Álvaro Cunhal, **A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro**. Edições "Avante!").

A juventude portuguesa tem atrás de si uma longa e rica tradição de luta, na qual os jovens comunistas desempenharam sempre um papel destacado como sua vanguarda organizativa, mobilizadora e orientadora. No decurso de toda essa acção, o Partido dedicou permanente atenção e carinho à luta e organização da juventude. Em **O PCP e a Juventude**, das Edições "Avante!", podem-se ler os Informes do Camarada Duarte (Álvaro Cunhal), do Camarada Amílcar (Sérgio Vilarigues) e do Camarada Melo (Octávio Pato), e vários artigos de o Militante; neles se colherá uma valiosa informação sobre as várias formas assumidas pelos movimentos juvenis e uma fonte de ensinamentos sobre a análise da situação e perspectivas da acção da juventude e definição da orientação mais justa que lhes corresponde. Está ali a presença viva e criadora do Partido.

"A juventude desempenha um importante papel no movimento da unidade antifascista. A juventude traz ao movimento antifascista a sua audácia, a sua fogosidade, o seu entusiasmo. Em todas as lutas populares, os jovens têm tido uma participação activa, ocupando muitas vezes os postos de vanguarda, sendo muitas vezes os dirigentes dos movimentos populares.

"Mas seria um erro considerar o movimento antifascista da juventude somente sob este aspecto da sua participação no Movimento de Unidade Nacional. A juventude tem interesses próprios a defender, tem reivindicações próprias a formular. Devemos fazer todos os esforços para criar em Portugal **amplos movimentos juvenis**, movimentos e lutas que visem defender os interesses próprios da Juventude." (Duarte – Informe ao I Congresso ilegal do PCP, 1943 – in **O PCP e a Juventude**)

Tem sido sempre esta a preocupação dos jovens comunistas, considerar a juventude não como uma classe, mas como uma camada

que tem em comum problemas, interesses e reivindicações que lhe são específicas. É pois dentro desse esforço para criar amplos movimentos juvenis que se dissolveu em 1946 a heróica FCP, criado que estava o MUD juvenil, grande Movimento Unitário da Juventude que mobilizou dezenas de milhares de jovens trabalhadores e estudantes; da FCP e do MUD juvenil saíram dezenas de destacados dirigentes do nosso Partido, dos movimentos antifascistas e do movimento sindical. Foi ainda dentro desse esforço que se criou o MJT em 1969 e a UEC em 1972, e que em 1975 nasceu a UJC.

A estas duas organizações, UJC e UEC, se abrem grandes perspectivas para a sua participação profunda e indispensável na construção do Portugal do futuro. Sobre elas recai por isso mesmo uma grande responsabilidade perante a juventude e o povo português, responsabilidade de que têm nítida consciência. A maturidade, a consequência

e firmeza com que têm enfrentado o dia-a-dia do processo revolucionário, a justeza dos objectivos que definiram e a correcta formulação da acção a desenvolver podem ser documentados pelos Encontros e Congressos que já realizaram.

Em **Com a UEC nas Escolas a Reacção Não Passará** assistimos à análise que a UEC fez dos problemas do Ensino e da situação política na Universidade oito meses apenas depois do 25 de Abril. Mas é com **Alargar a Unidade para Reforçar o Movimento Estudantil** e mais recentemente com **A Escola e a Vida no Caminho de Abril** (I Congresso da UEC, 21-22 de Janeiro de 1978) que podemos entrar plenamente na discussão viva e profunda da realidade da juventude estudantil, na procura e definição dos caminhos a seguir para melhor a defender e mais directamente participar nas lutas do povo português.

Ao lermos no **2.º Encontro Nacional da União da Juventude Comunista**, a Proclamação final, em que se afirma "Agora que a reacção procura liquidar todas as conquistas há que defendê-las, e para tal é necessária a unidade de todos aqueles que querem e estão interessados realmente em combater a reacção e o perigo fascista. Pata tal é necessário que toda a juventude que anseia por uma vida feliz e melhor se organize, se una e lute por esses objectivos"; ao lermos as várias intervenções ali transcritas, encontramos a garantia de que a UJC, serena e firmemente, lúcida e combativa, se reforça e alarga, cada vez mais ligada às massas da juventude trabalhadora, repelindo sectarismo e desenvolvendo a unidade. Unidade que o Partido sempre tem defendido, pela qual se tem batido e se bate: "Uma das principais tarefas que se colocam à UJC é a unidade da juventude trabalhadora, na luta pelos seus interesses, direitos e aspirações, na luta pela democracia, a independência nacional e o socialismo." (Álvaro Cunhal – **1.º Congresso da UJC** – Edições "Avante!").

A UJC, como organização consciente que é, não ignora, nem esconde, as dificuldades, não confunde confiança com irresponsabilidade. Na Declaração do seu I Congresso em Abril de 1977, afirma-se: "Apesar das dificuldades existentes, da complexidade e dos perigos da situação em que tem lugar, o I Congresso da UJC exprime perante a juventude portuguesa a sua confiança em que a alternativa democrática para a situação actual se há-de concretizar. O I Congresso da UJC manifesta a sua plena confiança em que a juventude, e em especial a juventude comunista, continuará a reforçar o seu empenhamento e entusiasmo na luta por este grande objectivo nacional, a maior aspiração actual da juventude e de todo o povo trabalhador." (in **I Congresso da UJC** – Edições "Avante!").

A UJC e a UEC organizaram conjuntamente o grande Encontro da Juventude pelo Direito ao Trabalho, e nele reafirmaram que consideram indissociáveis os problemas próprios da juventude e os problemas do povo português. O camarada Horácio Rufino afirmou: "Ao realizar este Encontro, a União da Juventude Comunista e a União dos Estudantes Comunistas assumem, como vanguarda revolucionária da Juventude Trabalhadora e Estudantil, a responsabilidade patriótica de contribuirem para a resolução do mais grave problema que afecta a juventude portuguesa e que é também um grande problema nacional: a existência em fins de 1976 de mais de 300 000 jovens desempregados, dos quais 200 000 procuram emprego pela primeira vez." (in **A Juventude pelo Direito ao Trabalho** – Edições "Avante!").

E no documento final aprovado diz-se: "A juventude é uma força indispensável à defesa e prosseguimento da democracia portuguesa, e as suas capacidades e potencialidades são uma base decisiva para vencer o atraso económico e erguer no País a vida nova, de liberdade e progresso, que une as aspirações de milhões de portuguses" (Ibidem).

A UJC e UEC, ombro a ombro e ombro a ombro com o Partido, darão uma contribuição decisiva para que a juventude, no prosseguimento da suas heróicas tradições de luta, se mantenha sempre nas primeiras filas da luta do povo português, em defesa da liberdade e das outras conquistas da Revolução, pela consolidação do regime democrático consagrado na Constituição, pela independência de Portugal que o imperialismo ameaça mas que o povo saberá defender.

Que os jovens comunistas, que todos os jovens que anseiam por um futuro melhor para a juventude e para o povo português peguem nestes documentos e deles façam uma sólida ferramenta para aperfeiçoar cada vez mais a acção da UJC e da UEC, e portanto da juventude portuguesa.

Que todos os comunistas, que todos os que querem bater-se pela defesa das conquistas da Revolução façam destes documentos um instrumento para a compreensão dos anseios da juventude, dos seus problemas e da sua luta, que se não podem desinserir da luta por um Portugal democrático, progressista e independente.

grande lançamento

A JUVENTUDE PELO DIREITO AO TRABALHO

O testemunho do empenhamento construtivo dos jovens comunistas no estudo e conhecimento dos problemas reais da juventude portuguesa, na procura de soluções que correspondam ás suas aspirações e anseios

Temas ideológicos

As transformações democráticas e a luta pelo socialismo

As modificações sociais que alargam a base da luta revolucionária e a viragem geral à esquerda nas tendências das massas populares nos países capitalistas, criam uma base sólida para uma ampla aliança da classe operária e de todas as forças democráticas contra os monopólios. No documento aprovado na Conferência dos Partidos Comunistas realizada em 1969 lê-se: «No decurso das acções unitárias antimonopolistas e anti-imperialistas criam-se condições favoráveis à conjugação de esforços de todas as correntes democráticas numa aliança política capaz de limitar decisivamente o papel dos monopólios na vida económica do país, preparar o fim do poder do grande capital e realizar as transformações políticas e económicas fundamentais que criam as condições favoráveis para a luta pelo socialismo. A força principal desta aliança democrática é a classe operária».

Nos países capitalistas desenvolvidos, onde as condições materiais para a passagem ao socialismo há muito estão amadurecidas, as transformações democráticas profundas ganham uma importância decisiva. A luta pela democracia, trazendo como traz as amplas camadas da classe operária e dos trabalhadores na prática para a compreensão da necessidade da revolução socialista, é parte integrante da luta pelo socialismo.

Nos documentos programáticos dos partidos comunistas estão formulados os pontos principais das transformações democráticas, cuja necessidade se torna cada vez mais clara para as amplas massas trabalhadoras e para as quais as condições económicas e sociais se encontram já amadurecidas. Entre elas contam-se reformas agrárias profundas, a nacionalização dos principais ramos da indústria, a programação económica democrática, a fiscalização da produção pelas organizações operárias, o alargamento e a renovação de todo o sistema de direcção económica e ampla democratização das instituições políticas.

Estas transformações só por si não eliminam o capitalismo. Mas com o peso do movimento popular de massas elas podem ultrapassar o âmbito das reformas habituais, limitar o poder dos monopólios e criar os pressupostos para a luta pelo socialismo. Quando a Revolução Socialista de Outubro estava a ser preparada, Lénine considerava que transformações democráticas como a nacionalização das terras, dos bancos e dos sindicatos financeiros e do seu controlo pelos sovietes eram «medidas de transição rumo ao socialismo».

Numa altura em que estão maduras as condições materiais para a passagem ao socialismo, transformações democráticas profundas podem afectar a estrutura das relações de propriedade e desencadear uma série de transformações que conduzam directamente à fronteira decisiva para além da qual a revolução socialista é inevitável.

Os radicalistas de esquerda repudiam a luta pelas transformações democráticas e censuram os comunistas por estes renunciarem, com esta luta, à revolução socialista. Na prática, por detrás desta posição ultra-revolucionária esconde-se a incapacidade para definirem os meios concretos pelos quais as massas podem ser guiadas para a revolução socialista. Como disse Lénine, a táctica dos doutrinários de «esquerda» é a de «esperarem os grandes dias sem saberem reunir as forças que produzem os grandes acontecimentos».

Os comunistas opõem-se à concepção dos radicalistas de esquerda de que ou «tudo ou nada». Lénine ensinou que a revolução socialista nunca nasce de um momento para o outro. Quando se avança para ela são inevitáveis as fases intermédias que preparam a revolução e esclarecem politicamente as massas populares.

Não basta verificar, com base numa análise das condições objectivas, que existe a possibilidade da passagem ao socialismo. É preciso convencer as grandes massas, na base das suas próprias experiências, da necessidade da revolução socialista, é preciso formar o exército político da revolução. Isto consegue-se por via da luta por objectivos intermédios, por transformações democráticas. Essas transformações, precisou Lénine, preparam terreno para a revolução socialista, «trazem-na para um futuro cada vez mais próximo, alargam a sua base, atraem novas camadas da pequena burguesia e das massas semiproletárias para a luta pelo socialismo».

A luta pela democracia não é, portanto, nos países capitalistas desenvolvidos, a renúncia aos objectivos socialistas, é pelo contrário, parte integrante da luta pela realização mais rápida da revolução socialista e da sua vitória. As transformações democráticas podem servir de ponte para a revolução socialista.

Temas vários

Dias de Maio na Arménia (2)

O primeiro dia que passámos na Arménia, foi o dia dos primeiros contactos, olhando em redor; o dia das primeiras impressões, o pisar de uma terra antiga onde, varrida a opressão pelo Poder Soviético, um Estado moderno se ergue já à nossa vista.

por **Leandro Martins** enviado especial do "Avante!"

No dia seguinte, recebidos por camaradas do CC do Partido Comunista da Arménia, tivemos oportunidade de conhecer melhor os progressos realizados.

No campo da indústria, por exemplo, onde antes da Revolução não havia nada, apenas algumas pequenas minas de cobre que pertenciam a estrangeiros, hoje a Arménia é uma das repúblicas industrialmente mais desenvolvidas. Fábricas de geradores eléctricos, máquinas eléctricas, indústrias químicas várias, produção de computadores da quarta geração, incremento da indústria ligeira, sobretudo alimentar, tais são alguns dos traços que caracterizam a poderosa actividade industrial da Rúepública. Na agricultura o panorama anterior era também de pouco desenvolvimento de uma agricultura dispersa baseada na economia privada. Hoje as cooperativas e granjas do Estado desenvolvem uma agricultura mecanizada, lutando contra as dificuldades da natureza do solo, aproveitando o clima variado, que vai desde a montanha ao vale subtropical.

Hoje há mais professores que alunos havia nos anos 20. O analfabetismo pertence desde há muito à História. Mais de 70 mil jovens estudam em estabelecimentos superiores. Doze jornais são publicados diariamente, um deles em azerbaijanês e outro em kurdo, disse-nos o camarada que nos recebeu.

Os kurdos, soubemos também, não tinham alfabeto, que foi criado na Arménia. Jornais da Juventude e dos Pioneiros, publicações especializadas, são centenas de milhares de exemplares que se publicam diariamente ou semanalmente. A Televisão tem dois canais arménios e ainda recebe mais dois de Moscovo, como de resto tivemos oportunidade de apreciar.

Hoje cento e cinquenta mil comunistas estão na vanguarda do esforço nacional para consolidar o socialismo e lançar as bases, também naquele canto da União Soviética, do comunismo, organizados nas fábricas, nas cooperativas e nos outros locais de trabalho. Cada membro do Partido Comunista da Arménia é membro do Partido Comunista da União Soviética.

Nesse dia ainda teríamos oportunidade de contactar mais de perto com a realidade. Na visita que fizemos a uma escola de formação profissional, onde nos recebeu o ministro do Ensino Profissional Público da República, um camarada cuja idade não fez perder o entusiasmo cotagiante, velho comunista cujo pai, pastor, morreu na época das grandes fomes de 1922, ouvimos o director, um engenheiro mecânico condecorado com a Ordem de Lénine, contar-nos que a própria escola foi construída pelos estudantes. De sala em sala, recebidos por professores e estudantes, calorosamente, tivemos uma breve ideia de como funciona o ensino daquele ramo, as facilidades técnicas concedidas ao estudo.

O ensino profissional desenvolve-se na base das necessidades e a preparação dos quadros técnicos planifica-se na mesma base, informou-nos o ministro. E continuou:

Nas 90 escolas técnicas e técnico-profissionais da Arménia 70 mil jovens preparam-se em 160 especialidades. Mas não chega, disse-nos ainda. *A tarefa de hoje é aprofundar e ampliar este sistema de ensino que se segue ao ensino secundário.*

Na República existem 1300 escolas secundárias, de onde saem alunos que vêm engrossar o caudal de estudantes do ensino técnico e superior. O ensino realiza-se sempre na língua natal. Assim, além do arménio, também as línguas russa, azerbaijaneza e kurda, são utilizadas para a administração do ensino, através dos professores que a falam e de edições naquelas línguas.

É melhor ver uma vez que 100 vezes escutar, disse-nos o camarada, continuando a acompanhar-nos na visita. Ao despedirmo-nos, era como se fizessemos parte da "casa", tal a simpatia e o calor, a atenção que dedicaram às nossas perguntas.

Um solo praticamente construído

Na manhã seguinte visitámos a Associação de Amizade da Arménia, na qual funcionam secções que desenvolvem e aprofundam as relações de amizade com vários países. O seu presidente já havia estado em Portugal e muitos dos outros amigos que nos receberam tinham um conhecimento notável da realidade do nosso país. Foi uma visita breve, curta de mais para as perguntas que nos dirigiram desta vez a nós e que revelavam não apenas a curiosidade mas também o saber prévio das questões fundamentais da nossa Pátria. Poderíamos ficar ali o dia inteiro, a trocar ideias, experiências, notícias. Mas o autocarro esperava-nos para mais uma viagem. Trata-se de subir às montanhas a visitar um sovkhoz, uma granja estatal. E a pontualidade é coisa importante lá onde há muito que fazer.

Talin era a cidade que nos esperava, na região agrícola do mesmo nome, encravada nas montanhas. A subida, longa e penosa para o autocarro, levou-nos por entre os picos cobertos de neve que a Primavera ainda não derretera. Largas extensões de terra semeada de pedras que brigadas de solidariedade arrancavam para conquistar mais terra.

À chegada esperavam-nos camaradas do Comité Regional do Partido, que nos acompanharam depois até ao sovkhoz. Tratava-se, avisaram-nos, da região mais pobre do ponto de vista agrícola, de todo o país. A terra é mesmo conquistada palmo a palmo, constroem-se canais de rega, o solo é praticamente construído. Mas logo alguns números nos dão a ideia dos êxitos e dos esforços dos trabalhadores, à frente dos quais se encontram os 2 mil comunistas e os 6 milhares de jovens comunistas da região, que conta 45 mil habitantes. O secretário do Comité Regional explicou:

Onde nada havia e apenas a pedra vulcânica reinava, existem hoje 15 cooperativas e 17 granjas estatais, 2 complexos industriais de agricultura e ainda 20 empresas industriais, algumas das quais absorvem a mão-de-obra dos operários agrícolas quando o trabalho do campo, no Inverno, se interrompe. Já existem 2 200 hectares de vinhas e 1 500 de pomares. A mecanização é de 80 por cento nos trabalhos agrícolas. E depois mostrou-nos uma espécie de pedra existente na região, a perlite, com a qual mais de uma centena de produtos podem obter-se — por exemplo a seda artificial —, e que é hoje objecto de exportação. Mas já uma fábrica se contrói para a transformação da matéria-prima.

Chegámos ao sovkhoz. O director é um camponês vigoroso, os cabelos enbranquecidos sobre a face talhada não apenas pelo tempo mas pela guerra. É um veterano da 2.ª Guerra Mundial, defendeu Leninegrado. Aguardavam-nos para uma refeição que se iria prolongar, entremeada de conversas, pela tarde fora. E de novo, milhares de quilómetros distantes da nossa pátria, nos reconheceram. Num sovkhoz de montanha, Portugal e a Revolução de Abril, o nome e a história do nosso Partido eram conhecidos. E, tal como a nós a vontade de saber mais nos levava a perguntar, também os camaradas que nos recebiam queriam saber mais dos esforços que desenvolvemos, de como resolvemos as dificuldades. Falámos da Reforma Agrária, claro, dos seus êxitos e dos ataques de que é alvo. Das conquistas dos trabalhadores, da vida difícil que muitos camponeses ainda têm em tantas regiões do nosso país.

Ali, junto de amigos que há muito acabaram com a exploração do homem pelo homem, as nossas palavras tinham o sabor de evocação histórica. Mas nem por isso nos faltou a compreensão de todos, a solidariedade para a nossa luta. E, quando antes da tarde cair nos despedimos, abraçámo-nos com uma amizade já antiga.

Passámos mais um dia em Erevan. Provámos o conhaque famoso, visitámos o museu dos manuscritos, demos uma volta à cidade, à noite fizeram-nos uma festa de despedida. De manhazinha, de volta a Moscovo, onde também nos iríamos despedir para voltar a Portugal, pensámos que afinal os que lutam pelos mesmos objectivos de justiça, de liberdade e de uma vida melhor não se despedem. Porque continuam trilhando o mesmo caminho.

Vista parcial de Erevan, capital da Arménia

Semana

23
Terça-feira

1875 – Abre o Congresso de Gotha, que funda o Partido Socialista Operário da Alemanha.

Forças do Exército do Zaire ocupam posições em torno da devastada cidade de Kolwesi, juntamente com mil legionários franceses; entretanto o ditador Mobutu chega a Paris ridiculamente vestido com "farda de campanha", para agradecer aos presidente d'Estaing a "providencial" ajuda dos mercenários franceses ■ Realiza-se, em Paris, a cimeira Franco-Africana, tendo o governo francês proposto a criação duma "força conjunta de intervenção" que permita a ingerência militar do seu país em África em moldes menos escandalosos ■ É descoberto novo esconderijo das autodenominadas Brigadas Vermelhas nos arredores de Roma ■ Abre uma Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU dedicada ao desarmamento, onde estão dirigentes políticos de todo o mundo ■ O conselheiro presidencial dos EUA, Zbignew Brzezinski, parte de Pequim afirmando que as conversações havidas com os dirigentes chineses haviam sido "úteis" ■ Os Ministros das Finanças dos Países exportadores de petróleo integrados na OPEP reunem-se em Viena de Áustria, para debaterem as medidas de estabilização das suas receitas, gravemente lesadas com a desvalorização do dólar ■ Cerca de cem membros da organização das famílias dos chilenos que continuam "desaparecidos", iniciam uma greve de fome ilimitada em Santiago do Chile, instalando-se em três igrejas católicas e na sede da UNICEF ■ No segundo dia de greve geral no Peru contra os aumentos decretados por exigências do FMI, continuam a registar-se confrontos entre manifestantes e Polícia.

24
Quarta-feira

1734 – Nasce Jean-Paul Marat, na Suíça, um dos maiores vultos da Revolução Francesa.

É aprovada pela "Cimeira" franco-africana a "força conjunta de intervenção" para "cobrir" o escândalo das presentes e futuras ingerências militares francesas em África contra os Movimentos de Libertação ■ Os ministros das Finanças da Organização dos Países Exportadores de Petróleo terminam inesperadamente a sua reunião, após quatro horas, em Viena de Austria ■ Ali Bhutto, ex-presidente do Paquistão e condenado à morte num processo vergonhoso, suspende a greve da fome que encetara por terem sido satisfeitas as suas exigências de melhores condições de detenção ■ O deputado Amnon Rubinstein, chefe do grupo parlamentar hebraico MDM (Movimento Democrático para a Mudança) acusa o governo sionista de seguir uma política contrária à paz, ameaçando que se ela não se alterar dentro de algumas semanas, abandonará a coligação governamental ■ O presidente Kaunda, da Zâmbia, afirma em Luanda a necessidade duma nova reunião cimeira dos Países da Linha da Frente para analisar os problemas da Namíbia.

25
Quinta-feira

1969 – Golpe de Estado no Sudão por forças do Exército auxiliadas por civis, criando um Conselho Revolucionário com o objectivo de apoiar o povo árabe na sua luta contra os sionistas.

O governo peruano deporta onze destacados políticos progressistas, incluindo dois ex-ministros da Marinha do ex-presidente general Velasco Alvarado, primeiro dirigente da revolução do Peru ■ A República Socialista do Vietname rejeita acusações chinesas, segundo as quais Hanói expulsara mais de 70 000 residentes chineses com agressões e maus tratos ■ Um estudo realizado pelo Pentágono indica que cerca de 31% dos graduados do Exército dos EUA fumam marijuana (pelo menos de tempos a tempos) e cerca de 7% tomam drogas "fortes" ■ O presidente Carter decide manter o general Alexandre Haig como Comandante-Chefe das forças dos EUA e do conjunto das forças da NATO no continente europeu para além de 31 de Dezembro deste ano, fim do seu actual mandato.

26
Sexta-feira

1969 – É anunciado, pela primeira vez, que o Exército norte-americano, no Vietname, enfrenta unidades de combate constituídas por mulheres, lutadoras da liberdade.

O presidente argelino Boumedienne denuncia a actuação da França no Saara e Zaire como neocolonialista, considerando que, nestas circunstâncias, o seu país não poderia alargar a cooperação franco-argelina ■ O Partido Liberal britânico decide não renovar o pacto firmado com o Partido Trabalhista em Março de 1977 e que tem sustentado o governo de James Callaghan ■ William Colby, ex-chefe da CIA, afirma que este organismo de espionagem e desestabilização forneceu grandes quantias em dinheiro à DC Italiana e organizações culturais e sindicais que, em Itália, agissem "contra" a política de Moscovo ■ O senador democrata Dick Clark, do Estado de Iowa, EUA, afirma parecer cada vez mais evidente que o presidente Carter decidiu reimplicar os Estados Unidos na ingerência armada em Angola

27
Sábado

1265 – Nasce Dante Alighieri, poeta renascentista italiano, autor, entre outras obras, da célebre "Divina Comédia".

O candidato do Partido Revolucionário Dominicano (PRD) ganha as eleições presidenciais no país com mais de 160 000 votos de vantagem sobre o ditador Balaguer ■ O presidente do Peru, general Moralez Bermudez, ataca o FMI e os países ricos capitalistas, acusando-os de incompreensão e visão curta, provocando assim recessões penosas e situações sociais explosivas ■ A greve da fome iniciada em Santiago do Chile por 90 pessoas alastra em várias partes do mundo, como forma de solidariedade para com os grevistas e pressão sobre o fascismo chileno ■ Simon Weisenthal, mundialmente conhecido por "Caçador de Nazis", afirma que reside no Brasil Gustav Franz Wagner, um dos maiores assassinos do regime de Hitler ■ A "Al Fatah", principal organização da resistência palestiniana, dá ordens rigorosas a todos os seus membros proibindo-lhes qualquer infiltração pelas linhas controladas pela FINUL, no sul do Líbano.

28
Domingo

1871 – Caem as últimas barricadas da Comuna de Paris; execuções em massa (17 000 fuzilados e ao todo 20 000 mortos).

Pela primeira vez na História da República de São Marinho os Partidos Comunista e Socialista coligados obtêm a maioria absoluta nas eleições para o Parlamento ■ O arcebispo de Olinda e Recife, Brasil, Monsenhor Helder Câmara, pede o fim de sequestros e torturas no país, num sermão durante a missa pela passagem de mais um aniversário do assassínio do padre António Henrique Pereira por membros do "Comando de Caça aos Comunistas" (CCC) ■ Realiza-se no "paseo de la castellana", em Madrid, um grande desfile militar comemorando o "Dia das Forças Armadas", presidido pelo rei Juan Carlos.

29
Segunda-feira

1918 – O Governo soviético decide a mobilização geral de operários e camponeses para o Exército Vermelho, em defesa da Pátria Socialista em perigo.

Um comunicado do directório político-militar das Comores anuncia que o ex-presidente do país, Ali Soilih, foi abatido quando tentava evadir-se da sua residência, onde se encontrava sob liberdade vigiada ■ O Conselho da Revolução angolano toma importantes medidas relativas à defesa interna do país e torna público um documento de análise da actual situação política e militar em África ■ Isaac Navon é eleito presidente de Israel ■ Prossegue a "caça às bruxas" no Egipto com a prisão de 60 jornalistas, entre os quais Hassanein Heykal, antigo director do jornal "Al Aharam" e íntimo colaborador e conselheiro de Nasser ■ Marcelino Oreja, ministro espanhol dos NE, desloca-se à Líbia numa visita oficial ■ O deputado Ulisses Guimarães é escolhido como candidato oficial do Movimento Democrático Brasileiro à presidência do Brasil, para se opor ao candidato do regime, J. B. Figueiredo.

30
Terça-feira

1967 – Início da secessão no Biafra.

Inicia-se em Washington a "cimeira" da NATO, onde o presidente Carter, dos EUA, pronuncia um violento e agressivo discurso contra Cuba e a URSS ■ A Associação Internacional dos Juristas Democratas, com sede em Bruxelas, condena, num comunicado, a intervenção franco-belga no Shaba ■ Leonid Brejnev, presidente da URSS, chega a Praga para uma visita oficial de quatro dias à Checoslováquia, à frente duma delegação do Partido e do Governo da União Soviética.

ONU debate desarmamento: mais um passo na luta pela paz

Decorre em Nova York a primeira Assembleia-Geral das Nações Unidas dedicada ao problema do desarmamento. Simultaneamente estão em curso outras iniciativas, todas com um mesmo tema e objectivo — a Paz. Algumas arrastam-se de há muito sem que por ora tenham sido alcançados resultados tangíveis. Noutras registam-se mais progressos. Mas constituem no seu conjunto uma frente — e importante — pelo objectivo central da humanidade neste momento, o desarmamento: as conversações de Viena, sobre a redução de tropas no centro da Europa, onde se confrontam as duas alianças militar e politicamente mais poderosas; as conversações SALT — sobre limitação de armas estratégicas — em que finalmente se parece vislumbrar a possibilidade de um acordo sistematicamente protelado pelos EUA; as conversações sobre a proibição total e geral de experiências com armas nucleares, que decorrem, com progressos, entre a União Soviética, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha.

«Os tanques à água!» — desenho de B. Prorokov (URSS)

Todos estes encontros e conversações em curso foram salientados por Andrei Gromyko, ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, na sua intervenção na Assembleia-Geral da ONU onde os países da comunidade socialista apresentaram um documento com medidas concretas, em que é dada prioridade à necessidade de travar a corrida às armas nucleares e ao desarmamento nuclear, incluindo a proibição geral e completa das experiências nucleares, a rigorosa não-disseminação das armas nucleares, a proibição do fabrico de novas armas de destruição massiva, incluindo a renúncia à arma de neutrões. São propostas também medidas concretas de limitação e redução das forças armadas e das armas convencionais, a redução dos orçamentos militares, as medidas regionais de distenção militar, como é o caso do centro da Europa, do Mediterrâneo, do Mar Vermelho, etc.

A Assembleia da ONU para o desarmamento reúne-se num momento em que são anualmente gastos 35 000 milhões de dólares com fins militares, enquanto se acentua a tensão em diversas partes do mundo, com intervenções militares directas do imperialismo, como no Zaire, no Chade, no Saara, ou o fomentar de conflitos e a preparação de outros. A venda de armas prossegue a um ritmo acelerado. E não são só os *stocks* muito «legalmente» vendidos a Israel, ao Egipto, à Arábia Saudita, à China. Há que somar-lhe as que seguem para a África do Sul ou a Rodésia, as que vão para as mãos das tropas de países da América Latina onde vigoram regimes fascistas, as que são enviadas para combates contra a Etiópia, ou para a UNITA e a FNLA contra Angola. Sob a cortina de fumo da «ameaça soviética» a NATO decidiu, na sua última reunião em Bruxelas, o reforço permanente do seu potencial bélico.

Entretanto, e paralelamente a batalha mundial da Paz, integrando-se nela, surge um outro factor positivo (de que o Irão é exemplo): o temor de que, face ao crescente movimento popular que tem arrancado vitórias nos vários continentes, os arsenais militares do imperialismo venham a ficar nas mãos de povos livres. O que é bem significativo da falta de perspectivas do imperialismo, da redução progressiva do seu campo de manobra, tanto mais que as tentativas de transformar a distensão na impossibilidade de solidariedade internacional aos povos vítimas de agressão, aos que lutam pela sua libertação, não surte naturalmente quaisquer resultados como a prática da política mundial evidencia.

Quanto ao pretexto batido e repisado da «ameaça soviética», para dar cobertura ao entravar dos esforços da Paz, à criminosa corrida aos armamentos, cada vez convence menos. Porque casos como o do Zaire evidenciam de que lado está o agressor. Porque declarações como as de Carter na Florida deixam bem clara a vontade de ingerência — e ingerência armada — na vida interna de outros países. O próprio chanceler da RFA, Helmut Schmidt, em entrevista concedida ao «Newsweek», depois da sua visita à União Soviética, afirma que a vontade de paz e de desanuviamento de Brejnev não pode ser posta em causa e, o que é ainda mais importante, que não acredita que «o equilíbrio das forças haja deslizado a favor dos soviéticos», contrariamente ao que a NATO proclama e a propaganda do capital se esforça por fazer crer todos os dias.

Apesar dos esforços do imperialismo, este é o momento de se lutar pela paz — uma paz possível, e indispensável ainda que com caminhos atribulados. É o momento de mobilizar nesse sentido todas as forças. E os comunistas são uma força decisiva nessa luta.

Peru: Os frutos das exigências do FMI

Desde o dia 15 de Maio sucederam-se manifestações populares nas principais cidades do Peru. A greve geral nacional de 48 horas convocada pela Confederação Geral dos Trabalhadores Peruanos (CGTP) e pela Confederação dos Trabalhadores do Peru (CTP), contou com uma adesão popular superior a 90%, constituindo o maior protesto de massas alguma vez registado no Peru. A luta popular foi acompanhada e seguida pela repressão. O número oficial de mortos é de 36, somando-se-lhe dezenas de feridos e milhares de presos. Na semana passada foram deportados 13 dirigentes sindicais e jornalistas. Afirma-se com insistência a possibilidade de não realização das eleições marcadas para o próximo dia 18, para escolha dos deputados que elaborarão a Constituição do país, onde terão de ser incorporadas todas as conquistas sociais e económicas alcançadas pelo povo peruano nos dez anos de revolução. Foi imposto o estado de emergência. Suspensos os direitos constitucionais. Decretado o recolher obrigatório.

Peru – trabalhadores lutam contra consequências económicas dos acordos com o FMI

O deflagrar destes acontecimentos no Peru — um país onde se realizaram, em estreita aliança entre os trabalhadores e as forças armadas que detêm o poder, profundas transformações económicas, políticas e sociais — está naturalmente ligado à evolução política interna, ao afastamento do Poder de figuras eminentes do processo revolucionário, ao confronto entre os que defendem os interesses populares e os que se esforçam para fazer recuar e anular as conquistas da revolução, às hesitações nas esferas do Poder. Mas, neste momento, e inseparável de todos estes factores, o que se passa no Peru está directamente ligado às condições impostas pelo FMI para a concessão de um empréstimo ao país. No dia 15 de Maio, que marcou o início de dez dias consecutivos de luta popular; que marcou também o desencadear da violência repressiva,o governo anunciou as medidas impostas pelo FMI: aumentos da ordem de 50% e mais nos produtos alimentares, na gasolina, nos transportes.

Depois destes dias de luta e repressão, a CGTP exige o regresso imediato dos dirigentes políticos deportados, a libertação dos presos, uma rápida resposta às exigências contidas no caderno reivindicativo que serviu de suporte às grandes jornadas de luta. A Confederação Nacional Agrária (CNA), central camponesa que agrupa três milhões de trabalhadores agrícolas, pediu ao presidente Morales Bermudez um diálogo sobre a actual situação no país, salientando que a repressão desencadeada face ao protesto popular, como as medidas económicas que originaram esse protesto, abriram um indesejável e perigoso fosso entre o povo e as Forças Armadas. O próprio presidente Morales Bermudez atacou os organismos financeiros internacionais e as potências capitalistas, pela sua política.

Os acontecimentos no Peru ilustram bem o que significam os "auxílios" do FMI no que respeita à deterioração das condições de vida das massas trabalhadoras, mas também no campo político, levando um governo que, apesar de todas as hesitações, ainda recentemente tinha tomado medidas positivas como a amnistia a todos os deportados políticos e uma legislação laboral favorável aos trabalhadores, a levantar armas contra o povo. A grandiosidade da luta popular que ocorre no Peru não poderá ser ignorada. A lição das consequências dos famosos empréstimos do FMI não deverá também ser esquecida.

O QUE É O FMI?

● Criado por decisão de uma conferência financeira internacional reunida, em 1944, em Bretton Woods, nos EUA, como organização intergovernamental destinada a estabilizar as relações monetárias entre os seus participantes. O dólar é considerado moeda de reserva internacional, como o ouro.

● É montado um sistema de créditos e de empréstimos. A participação nos fundos do FMI permite a obtenção desses créditos e empréstimos em organizações ligadas ao FMI como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) e outros bancos regionais.

● Os votos estão repartidos em função do capital. Isto significa que os EUA, o país que maior capital dispõe entre os 133 membros do FMI e em consequência conta com 20,7% dos votos, determina de facto a orientação seguida dentro do FMI.

● Em 1970, para conservar a posição do dólar, o FMI colocou no lugar do ouro os direitos especiais de saque (DTS), meios artificiais de crédito para acordos entre Estados. Repare-se que, actualmente, os depósitos em dólares nos bancos estrangeiros são cerca de dez vezes superiores ao valor das reservas de ouro nos EUA e cinco vezes superiores às suas exportações anuais.

● Os direitos especiais de saque (DTS), tal como os votos, são repartidos em função do capital. Ou seja, em 1970, por exemplo, data da primeira emissão de DTS, os EUA receberam 24% e 39 países africanos 4,7%.

● Os créditos só são concedidos mediante a aceitação de certas condições — o que, dado o funcionamento do FMI, significa estarem dependentes dos interesses dos EUA. O que é mais que evidente em relação aos países menos desenvolvidos. Mas não só. No acordo elaborado em 76, com a Grã-Bretanha, foi exigida a redução nas despesas previstas no orçamento para fins sociais, a redução do consumo e a renúncia à nacionalização de diversas empresas. O factor político joga de forma clara como o demonstram, por exemplo, os casos do Zaire e do Chile.

Porquê a fuga de chineses do Vietnam?

Que se passa, de facto? Desde 31 de Dezembro de 77, quando se iniciaram os ataques do Cambodja ao Vietnam, foi desencadeada uma campanha, entre os chineses que viviam no Vietnam, de que seria necessário abandonar rapidamente este país, pois mais ou menos brevemente eclodiria uma guerra entre os dois Estados. Esta campanha teve as suas repercusões, lançando o pânico em alguns sectores. Houve quem se apressasse a passar a fronteira apesar de os chineses radicados no Vietnam terem os mesmos deveres e direitos da população vietnamita, ao contrário do que se passa com os vietnamitas na China. Por outro lado, o governo vietnamita teve de actuar decididamente contra os especuladores que grassavam em Cholon, cidade gémea de Ho Chi Minh, detentores de grande parte do comércio por grosso, recentemente nacionalizado. Parte importante destes especuladores eram chineses.

Enquanto preenche de calúnias contra o Vietnam as páginas dos seus periódicos, passa falsos filmes na televisão e divulga fotografias de chorosas mulheres chinesas, o governo da China toma medidas de ordem prática mais imediatas, ameaçando retirar técnicos chineses que se encontram na República Socialista do Vietnam, envolvidos em 20 projectos ao abrigo de acordos entre os dois países, que assim são violados. Simultaneamente ignora a proposta de conversações apresentadas pelo vice-primeiro-ministro vietnamita para os Negócios Estrangeiros, que visa resolver o diferendo surgido «num espírito de amizade e de interesse dos dois povos».

As relações entre a China e o Vietnam têm sido difíceis e têm-se vindo a agravar com o crescente comprometimento da China com a política imperialista. É natural que aqueles que andam a pedir armas à NATO e acolhem fraternalmente Brzezinski, com base no comum anti-sovietismo, defendam o que resta de exploradores no Vietnam, ataquem um povo que a um preço tremendamente pesado conquistou o direito de construir o socialismo na sua pátria finalmente livre e unida.

África: na ofensiva do imperialismo Angola também é alvo

Poucas vezes ficou tão clara a íntima ligação entre a campanha de calúnias contra as forças progressistas e os países socialistas e os problemas ou as manobras políticas e a ingerência nos problemas de outros países por parte das do imperialismo. O Zaire está a aí a atestá-lo como um exemplo dificilmente ignorável. Dia a dia, sem que falhe um único, as agências e os órgãos de informação dependentes do capital, trazem as suas páginas coalhadas de ataques à União Soviética, a Cuba, a Angola, e agora também à RDA, declarando estes países responsáveis pelas mortes produzidas no Shaba pelas tropas anárquicas de Mobutu, pelos mercenários franceses, antigos presos de delito comum vestidos de uniforme, pelos soldados belgas, pelos marroquinos, tudo com a preciosa direcção da Casa Branca e o auxílio também da Grã-Bretanha e da RFA. Mbumba, comandante militar da FLEC, declarou: «O espectro da penetração sovieto-cubana é somente um subterfúgio para se arranjarem alibis para a intervenção de potências ocidentais». E Kolwezi aí está a confirmar estas palavras, a atestar do cariz «humanitário» da intervenção imperialista: terra morta, atulhada de cadáveres.

Neste momento o imperialismo está a tentar passar ao contra-ataque em África. A operação de salvamento do regime corrupto de Mobutut foi coordenada e dirigida pelos EUA, através do general norte-americano Haig, comandante-chefe das forças armadas da NATO na Europa — uma descarada intervenção militar, sob a frágil capa de salvação de vidas de europeus. Na sequência da intervenção no Zaire, estão a ser orientados esforços no sentido da criação de um bloco político-militar com os países africanos independentes de orientação capitalista, devidamente patrocinados pelas ex-potências coloniais europeias e pelos EUA. Na conferência franco-africana que reuniu 21 países em Paris, e em que no final participou Mobutu, foi decidida a criação de uma força de intervenção continental, que representa a possibilidade de o imperialismo intervir, de forma menos ostensiva e mais eficiente, contra o movimento de libertação.

Em declarações proferidas numa conferência de Imprensa em Chicago, Carter insinuou claras ameaças em relação a África — o imperialismo ainda alimenta esperanças de recuperar terreno. Não esqueceu a Etiópia. Neste momento Angola seria o alvo preferencial. Assim, e como afirmou o senador americano Clark, autor de uma emenda que impede a venda legal de armas aos movimentos provocatórios que actuam em Angola, Carter prepara-se para anular essa emenda, o que representa a clara intenção de envolver os EUA de forma mais directa em provocações armadas contra Angola. É evidente a tentativa de salvar posições de facto indefensáveis. Os interesses do capital internacional em África são imensos. Só no Zaire, por exemplo, os monopólios norte-americanos têm investimentos da ordem dos mil milhões de dólares. São lucros incontáveis em riscos de se perder. E que o imperialismo não se coíbe de tentar prolongar à custa de sangue — como nunca se coibiu. Em vão. No Shaba massacrado a luta prossegue. Como na Rodésia, na Namíbia, na África do Sul. Na batalha contra o novo e perigoso recrudescer da tensão no continente e no mundo, contra as novas aventuras militares do imperialismo, o movimento de libertação — contando com a solidariedade das forças progressistas, da comunidade socialista — será o vencedor.

Chile e S. Salvador em luta contra o fascismo

Um grupo de 80 mulheres organizou uma greve da fome em Santiago do Chile, na sede da UNICEF (organismo da ONU) e noutros locais da capital chilena, exigindo das autoridades informações sobre o paradeiro de milhares de presos políticos vítimas do terror fascista e que a Junta Militar considera «desaparecidos».

Esta corajosa acção das mulheres chilenas desencadeou um amplo movimento internacional de solidariedade, fazendo chover nas secretárias dos fascistas chilenos milhares e milhares de moções de solidariedade, protestos e exigências que, somando-se às inumeráveis manifestações de repúdio que, desde o golpe reaccionário no Chile, isolaram por completo a junta de Pinochet no plano internacional. A Central Sindical Unica dos Trabalhadores Portugueses – CGTP-IN –«já tomou posição face à greve da fome das mulheres chilenas comunicando directamente, por via telefónica, para a UNICEF chilena, manifestando a solidariedade da Central Sindical Portuguesa, e exortando ao mesmo tempo todo o movimento sindical e a opinião pública em geral para manifestarem o seu apoio à luta do povo chileno.

A situação que se vive no Chile é paradigma de quase toda a América Latina – Urugúai, Paraguai, Argentina, Brasil, Colombia, Nicarágua, S. Salvador. etc.. Neste último país e a 17 de Março deste ano a Federação Cristã de Camponeses Salvadorenhos (FECCAS) promoveu uma manifestação pacífica nas ruas de São Salvador, a capital do país. A polícia fez fogo indiscriminadamente e dezenas de mortos e feridos juncaram as ruas. Assim respondeu a ditadura do general Romero às reivindicações dos camponeses. Entretanto, nos campos, muitos outros continuam a cair vítimas da barbárie governamental, que não hesita em lançar elementos da organização paramilitar fascista ORDEN, disfarçados de camponeses, em acções de violência assassina que, depois, o governo procura atribuir às organizações dos camponeses. Pretende-se assim desprestigiar o trabalho organizativo e a luta reivindicativa de todas as organizações democráticas e revolucionárias do país, desfigurar a natureza da causa por que lutam, iludir o povo e conquistar uma base social de apoio para um governo que já foi vigorosamente repudiado, como demonstram os resultados das recentes eleições na República de S. Salvador.

Mas o Chile, S. Salvador e todos os outros países martirizados pelo fascismo e a opressão imperialista, na América Latina ou em qualquer outra parte do mundo, saberão escorraçar o imperialismo e alcançar a liberdade e a paz, a prosperaridade:di-lo a história da luta dos povos e da solidariedade internacionalista.

Breves notícias

● *O regime repressivo do Bangla Desh* – A 12 de Outubro de 1977 o Partido Comunista do Bangla-Desh foi ilegalizado, ao mesmo tempo que uma vaga de prisões se abatia sobre o país, encarcerando muitos líderes políticos e sindicais, patriotas que sempre lutaram, consequentemente, pelo progresso do seu povo. Entre os prisioneiros estão Moni Singh, presidente do Partido Comunista e veterano do Movimento Comunista e de Libertação Nacional do Bangla Desh, assim como Mohammed Farhad, Secretário-Geral do mesmo Partido. Ambos foram encarcerados a 12/10/77 e assim são mantidos sem julgamento nem sequer levantamento de processo.

Esta arbitrariedade contra um Partido e homens conhecidos na sua pátria como destacados combatentes contra o regime reaccionário do Bangla Desh e pela emancipação nacional e social suscita uma justa indignação tanto no país como internacionalmente. As forças progressistas mundiais exigem a libertação dos dirigentes e militantes do PCBD, de todos os democratas, bem como a legalização do Partido Comunista.

● *Reunião Plenária do CC do PC da Turquia* – Celebrou-se recentemente o Plenário do Comité Central do Partido Comunista da Turquia, onde se examinou a situação política no país, o problema dos sindicatos, da Frente Nacional Democrática e questões relacionadas com o fortalecimento do Partido Comunista da Turquia.

O Plenário escutou e discutiu a Informação apresentada pelo Bureau Político e aprovou uma Resolução contendo a orientação para a actividade do Partido. A Informação e a orientação política traçada pelo Bureau Político foram aprovadas, pelo Plenário, por unanimidade.

● *O ditador Balaguer derrotado na R. Dominicana* – O ditador Balaguer, da República Dominicana, caiu.

Ainda a contagem dos votos ia a meio, já a derrota de Balaguer se desenhava, nítida. o que levou o Exército a uma acção de boicote directo, saindo à rua e paralisando o escrutínio. O escândalo forçou os próprios EUA a intervir, apesar do apoio sempre proporcionado ao ditador derrotado; o escrutínio prosseguiu e a vitória do Partido Revolucionário Dominicano e do seu candidato, António Guzman, surgiu imparável, esmagando o ditador que há 12 anos oprimia o país.

Longe vão os tempos que permitiram aos EUA uma intervenção militar directa na pequena República da América Central, invadindo-a, às escâncaras, com uns milhares de "marines" que, sem qualquer disfarce, empoleiraram no governo o mediocre e brutal Balaguer. Agora o voto popular, livremente expresso, arredou em definitivo tal figura e forçou o imperialismo norte-americano a ceder, desapoiando o escandoloso boicote ao escrutínio das eleições presidenciais e abandonando Balaguer ao seu destino inevitável: a rejeição maciça do país.

● **Vitória eleitoral da esquerda em São Marino** — As últimas eleições legislativas em São Marino, a mais antiga e mais pequena República do mundo, foram especialmente concorridas, para o que contribuiu a vinda ao país de muitos emigrantes, alguns dos EUA. Os resultados finais e oficiais deram a vitória ao conjunto da esquerda — Partido Comunista Samarinense (25,13%), Partido Socialista Unitário (13,77%) e Partido Socialista (11,14%) — sobre o Partido Democrata-Cristão (42,29%).

Os três Partidos de esquerda conseguiram 31 lugares no Parlamento e a Democracia-Cristã 26.

DIA MUNDIAL DA CRIANÇA

Passa hoje dia 1 de Junho, o Dia Internacional da Criança. Passa hoje mais um dia igual ao de ontem, parecido com o de amanhã para os 800 milhões de crianças que vivem em zonas atrasadas, que conhecem cedo a fome, condenadas ao analfabetismo e à miséria; para os 500 milhões de crianças que vivem, e morrem mais do que vivem, em condições sub-humanas nos países subdesenvolvidos ou nas camadas pobres dos países capitalistas; para os 200 milhões de crianças que em todo o mundo sofrem diversas formas de subalimentação.

Passa hoje o dia 1 de Junho, Dia Internacional da Criança, para as crianças que sobreviveram à prisão, à tortura no Chile, no Uruguai, no Paraguai, no Brasil, Haiti e em tantos outros países onde o fascismo é ainda um flagelo.

Terão ração melhorada os 35% das 900 mil crianças que no Chile passam fome, antes que a subnutrição as roube à vida? Serão neste dia mais brandos os patrões que na vizinha Espanha exploram mais de 200 mil adolescentes, menores de 14 anos? Terão hoje direito a visitar a escola os 2 milhões e 400 mil crianças que na sociedade de abundância dos Estados Unidos são obrigadas a não estudar para ganhar a vida? Morrerão mais suavemente neste dia 1 de Junho os milhões de crianças negras da África do Sul (30%, uma das taxas mais elevadas no mundo, enquanto a taxa de mortalidade das crianças brancas sul africanas é de 2,7 por cento, uma das mais baixas internacionalmente)? E as crianças negras dos Estados Unidos terão neste dia acesso aos privilégios dos brancos?

Mesmo que a resposta a estas questões fosse, por absurdo, positiva, o que ficaria alterado no mundo onde a situação da infância é mais um estádio no sistema de exploração intensa do homem pelo homem? Seria o fascismo menos terrível? O *apartheid* menos condenável? O racismo, a fome, a miséria, a morte de tantas e tantas crianças dos 1 558 200 000 da população infantil, mais suportáveis, mais compreensíveis? Que mudança ocorreria? Que transformações se verificariam?

Mas é inevitável que milhões e milhões de crianças não tenham jamais infância? Será inevitável nascer mais para a morte do que para a vida, nascer para a exploração, para a dor porque a pele é negra ou a família proletária?

E então os milhões e milhões de crianças que em dois terços do mundo são em todos os dias da sua infância a «única classe privilegiada» da sociedade? Então as crianças que, ainda no ventre da mãe, são cuidadas integralmente, que nascem numa sociedade onde constituem o capital mais precioso, na qual a prática dos direitos da infância é tão natural como a primeira respiração da criança ao nascer?

Quem as fez felizes, quem as tornou privilegiadas, o que lhes deu os dias, todos os dias do ano, em que são o centro das maiores preocupações da sociedade?

Quem se não os povos que resistiram à opressão, que lutaram e venceram? Quem se não os homens e mulheres que construiram um mundo diferente?

Esta a esperança que a luta dos povos torna certeza para os 800 milhões de crianças com fome e analfabetas, para os 500 milhões que vivem em condições sub-humanas, para os 200 milhões atingidas pela subalimentação. Para as que nasceram em regimes fascistas, colonialistas, racistas para as que pertencem aos estratos proletários das sociedades capitalistas; para as que cedo são exploradas, as que não têm acesso à escola; para todas as crianças para as quais a Declaração dos Direitos da Criança é um papel de que jamais ouviram falar, que jamais viram concretizado na sua vida.

Esta a esperança feita certeza de que os homens e mulheres de hoje, os trabalhadores de todo o mundo, os povos em luta saberão construir o amanhã em que cada criança viva a sua infância, cada homem viva a sua humanidade. Nesta perspectiva, o dia 1 de Junho, Dia Internacional da Criança, é como o 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, como, para nós portugueses, o 25 de Abril, Dia da Libertação, mais uma data em que a verdade popular afirma sem hesitação: **A luta continua!**

A sociedade e o Estado são responsáveis pelas crianças nomeadamente pelos órfãos e abandonados. Mas para quando o cumprimento da Constituição? Uma resposta que depende do ritmo de luta das massas trabalhadoras

AS COMEMORAÇÕES EM PORTUGAL

com as crianças de hoje construir o amanhã!

Com as crianças de hoje, construir o amanhã, por uma infância feliz

Alertar os pais, os educadores e o adultos em geral para as questões relacionadas com as crianças; organizar grupos de pais, professores, moradores e trabalhadores no sentido de procurarem conhecer as condições em que vivem e quais as necessidades das crianças das suas localidades: alertar as autoridades para o que se poderia fazer e não se faz neste campo, alegrar as crianças organizando e levando iniciativas onde os condicionalismos do meio não permitem normalmente a sua realização, quer por falta de condições materiais quer humanas – estes são os objectivos das comemorações do 1 de Junho, Dia Mundial da Criança no nosso país.

Organizadas, em Lisboa, por uma Comissão Promotora constituída pelo MDM, o Secretariado das Comissões de Moradores do Concelho de Lisboa, o Secretariado das Colectividades do Concelho de Lisboa, Pioneiros de Portugal, Comissões Unitárias de Mulheres de Lisboa, Comissão de Luta pelo Direito à Habitação, Departamento de Mulheres da União dos Sindicatos de Lisboa e Departamento dos Jovens da USL e da APV, entre outras organizações, estas comemorações estendem-se a todo o país graças a um movimento dinamizador das organizações populares de base e do Movimento Democrático das Mulheres.

Este movimento pretende ultrapassar o Dia 1 de Junho, para se estender, cada vez mais amplo e forte, à organização das comemorações em Portugal, em 1979, do Ano Internacional da Criança, e cujo objectivo será o de contribuir para o derrubar definitivo das "estruturas sociais ainda existentes das quais a criança é também uma vítima, "estruturas essas herdadas do fascismo e mantidas depois do 25 de Abril, pela incapacidade por vezes demonstrada de as alterar, se bem que em alguns casos se tenham registado algumas melhorias.

"Esta afirmação de prosseguir a luta, de "com as crianças de hoje, construir o amanhã" constituiu o tema fundamental da Conferência de Imprensa realizada na passada semana, onde foi divulgado o programa das comemorações do 1 de Junho e na qual participaram Isaura Vieira, do MDM, Manuela Batalha, dos Pioneiros de Portugal, Mariette Barbosa, do Secretariado das Comissões de Moradores do Concelho de Lisboa, Maria José Resende, das CUM de Lisboa, e Joaquim Rusga, do Secretariado das Colectividades do Concelho de Lisboa.

DIA 4, CRIANÇAS VISITARÃO AS UCP
1.º DE MAIO
FIM DE SEMANA DE FESTA NO PORTO
DIA 11, GRANDE FESTA NO PARQUE EDUARDO VII

Dois dos momentos das comemorações do Dia Internacional da Criança, que se iniciaram no passada dia 27 de Maio, são a visita no próximo domingo à UCP "1.º de Maio" de Avis, Portalegre e, encerrando as comemorações, uma grande festa infantil no próximo dia 11 no Parque Eduardo VII que será nesse dia totalmente ocupado por uma multidão de crianças vindas de diversas zonas. Em todas estas festividades participarão os Pioneiros de Portugal, quer trabalhando na decoração dos locais, quer nas brincadeiras e espectáculos que se realizarão.

No Porto, as comemorações atingirão o auge neste fim-de-semana: dia 3, de manhã, com um espectáculo no salão do Grupo dos Modestos e à tarde com cinema e divertimentos no Cine-Clube do Porto. No domingo, José Barata Moura cantará para as crianças no anfiteatro da Escola Superior de Belas Artes e o Teatro Experimental do Porto leva à cena a peça infantil «No Reino de Akim».

De salientar que este ano, pela primeira vez, em muitas zonas remotas do país se comemora o Dia Internacional da Criança. Comemorações ainda simples mas que representam uma conquista cuja importância é impossível medir: a do despertar das populações para a luta, para a participação social, doa o que doer aos caciques que sistematicamente têm tentado impedir a movimentação e mobilização do povo.

DEFENDER A CONSTITUIÇÃO LUTAR POR UMA INFÂNCIA FELIZ

Defender a Constituição, concretizá-la na vida de todos os dias, torná-la uma prática da sociedade é lutar por uma infância feliz para as crianças portuguesas. Neste 1 de Junho, Dia Internacional da Criança, recordemos o que diz a Constituição da República Portuguesa sobre a Infância, recordemos o que deve constituir objectivos do combate das massas trabalhadoras e populares, dos homens e mulheres deste país dispostos a construir hoje o futuro das crianças.

POR UMA INFÂNCIA MAIS FELIZ

Art.º 64-2.º:

"O direito à protecção da saúde é realizado pela criação de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito, pela criação de condições económicas, sociais e culturais que garantam a protecção da infância, da juventude e da velhice e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo."

Art.º 69.º:

"1 – As crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral.

2 – As crianças, particularmente os órfãos e os abandonados, têm direito a especial protecção da sociedade e do Estado, contra todas as formas de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo de autoridade na família e nas demais instituições."

Enquanto houver lugar para as ideologias fascista, belicista, racista no mundo, enquanto povos sofrerem a miséria e a opressão, o Dia Internacional da Criança será, como o 1.º de Maio, uma jornada de luta, de impulso ao combate pela libertação dos povos

Reformados, pensionistas e idosos criam a sua organização unitária

Com a presença de mais de 400 delegados, oriundos de todos os pontos do País, decorreu no passado fim-de-semana, no pavilhão da Académica da Amadora, a 1.ª Conferência Nacional dos Reformados, Pensionistas e Idosos.

Além de terem aprovado o Caderno Reivindicativo daquele sector da população, os delegados à Conferência, a que assistiram cerca de cinco mil pessoas, decidiram, por unanimidade e aclamação, constituir a sua organização de âmbito nacional: o Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI), em cujos estatutos, aprovados no decorrer da Conferência, se refere que o MURPI prosseguirá uma luta orientada pelos seguintes objectivos:

— organizar os Reformados, Pensionistas e Idosos para a realização e defesa dos seus interesses colectivos;

— promover, organizar e apoiar acções conducentes à efectivação dos seus direitos, nomeadamente os previstos na Constituição da República que visem assegurar e proteger uma existência condigna na velhice, invalidez e sobrevivência;

— desenvolver e reforçar o espírito de unidade e de solidariedade entre todos os trabalhadores no activo, reformados, pensionistas e idosos, e a sua consciência política unitária;

— levar à prática outras iniciativas que melhor garantam uma vida em relação com a sua natureza humana e de homens livres;

— procurar em toda a sua actividade a unidade de acção com todos os trabalhadores portugueses e suas organizações de classe, particularmente com a CGTP-IN;

— procurar desenvolver nas suas actividades a unidade de acção com os órgãos do Poder Local e organizações populares de base.

As justas reivindicações dos reformados, pensionistas e idosos

No Caderno aprovado durante a Conferência, cujos trabalhos decorreram num ambiente de grande unidade, determinação e confiança, estão reunidas as principais reivindicações dos reformados.

Conscientes de que só o Portugal de Abril respeitará o Outono da vida, os reformados, pensionistas e idosos, contingente constituído por antigos trabalhadores de todos os ramos de actividade produtores de riqueza, perspectivarão a sua luta no combate que todos os trabalhadores portugueses sustentam contra a ofensiva de recuperação capitalista, agrária e imperialista do governo de coligação PS/CDS e contra as manobras de saudosos do passado fascista que nos tentam instrumentalizar, explorando as carências que tão duramente sentimos — sublinha o documento, que, mais adiante, refere:

Após o 25 de Abril foram dados passos significativos no campo dos benefícios: não só foi estabelecido que o princípio da pensão mínima não seria inferior a metade do salário mínimo nacional, instituído o 13.º mês para os reformados e o pagamento de 1200$00 à maioria das viúvas, como tornou possível a participação dos trabalhadores na gestão e controlo da Previdência, e ainda, *a nossa organização num amplo movimento que exprimisse a nossa voz e que veiculasse a defesa das nossas aspirações.*

Depois de reconhecer que **as dificuldades que vivemos são fruto da política do Governo PS/CDS, que recusa o diálogo e as propostas dos trabalhadores, em benefício das exigências do patronato reaccionário e explorador,** o Caderno Reivindicativo aprovado na Amadora exige que o esquema de benefícios aos reformados seja fixado **tendo em conta os seus legítimos anseios e sempre com a participação efectiva das suas organizações representativas na elaboração das leis e diplomas relativos aos seus direitos e interesses,** designadamente no que se refere ao restabelecimento do princípio da pensão mínima, conquista do 25 de Abril, e a sua regular actualização de acordo com o aumento do custo de vida, *através de negociação com as suas organizações representativas.*

Os reformados exigem ainda que o abono de família e as prestações complementares (como é o caso dos que têm a cargo as suas mulheres) tenham em conta a situação económica dos agregados familiares, e que uma nova regulamentação daquele abono para ascendentes, ou a sua substituição por outros esquemas, *não venha agravar a já difícil situação económica dos trabalhadores.*

Exigido direito de antena na RTP e RDP

A rápida melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais e das domésticas, no respeito integral pelas suas reivindicações; a adopção de medidas eficazes para a redução do tempo de demora na atribuição das pensões e início do seu pagamento, *tendo em conta que aguardam deferimento mais de 50 000 processos de invalidez e 20 000 de velhice;* a actualização da pensão social; a adopção de medidas concretas quanto ao pagamento das dívidas à Previdência (que ultrapassam já os 18 milhões de contos), e de medidas que assegurem, com regularidade e a tempo, o pagamento, pela Caixa Nacional de Pensões, das pensões que são devidas aos reformados — são algumas das outras reivindicações expressas no documento aprovado na Conferência.

Por outro lado, os reformados exigem *o respeito absoluto e o cumprimento integral da Constituição da República, bem como do projecto de transformação económica, social e política no caminho do Socialismo, que ela consagra.* Neste sentido, o documento aponta, nomeadamente, a necessidade da criação de um sistema unificado e descentralizado de segurança social, em cuja concretização participem os legítimos representantes dos trabalhadores do activo e do passivo. *A rápida concretização do direito de antena na RTP e RDP, quer no que respeita aos trabalhadores do activo, através do Movimento Sindical, quer aos trabalhadores do passivo através do MURPI* é outra das reivindicações apresentadas.

No decorrer da Conferência, Amadeu Rodrigues leu o Relatório de Actividades da Comissão Coordenadora Nacional dos Reformados, tendo ainda sido feita uma exposição pormenorizada sobre o resultado dos questionários enviados por aquela comissão a todas as organizações de reformados.

O apoio militante e a solidariedade de classe do Movimento Sindical Unitário e da sua Central Sindical aos reformados seria expresso durante os trabalhos da Conferência por Joaquim Calhau, membro da Comissão Executiva do Secretariado Nacional da CGTP-IN.

A Conferência encerrou com uma sessão de Canto Livre em que actuaram José Jorge Letria e Nuno Gomes dos Santos.

Sobre a mesa da presidência, estava inscrito um lema pleno de significado

Rostos vincados por longa luta. Mas a luta continua!